



Entidade do
Tesouro e Finanças

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

Ficha Técnica

Título:

Relatório de Atividades - 2025

Autoria:

Entidade do Tesouro e Finanças (ETF)

Contactos:

Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º andar, 1149-008 Lisboa

Tel.: (+351) 218 846 000

Correio eletrónico: tesouro@etf.gov.pt

www.etf.gov.pt

Coordenação técnica:

Departamento Jurídico, de Planeamento e Coordenação (DJPC)

Data de elaboração:

Abril de 2026

Local de publicação:

www.etf.gov.pt

Índice

Ficha Técnica	2
MENSAGEM DA DIREÇÃO	6
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	9
2. NOTA INTRODUTÓRIA	11
3. ENQUADRAMENTO	13
3.1. Análise do Contexto	13
3.1. Moldura Institucional	14
3.1.1. Missão, Visão e Valores	14
3.1.2. Atribuições	15
3.1.3. Princípios Orientadores da Atividade da ETF	22
3.1.4. Estrutura Orgânica	24
4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA	28
4.1. ETF	28
4.2. UTAP	35
5. AUTOAVALIAÇÃO	39
5.1. Objetivos Estratégicos	39
5.2. Objetivos Operacionais – Análise dos Resultados e Desvios	40
5.3. Principais Condicionantes da Atividade	51
5.4. Grau de Satisfação dos Trabalhadores	52
5.5. Avaliação da Satisfação dos Clientes e Stakeholders	54
5.6. Avaliação do Sistema de Controlo Interno	55
5.7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	58
5.8. Medidas de Modernização Administrativa	61
5.9. Perspetiva de Género, Igualdade e Não Discriminação	62
5.10. Publicidade Institucional	64
5.11. Resultado Global da Aplicação do SIADAP 2 e 3	64
	3

5.12.	Formação Profissional	65
6.	RECURSOS ENVOLVIDOS	69
6.1.	Recursos Humanos	69
6.2.	Recursos Financeiros	70
7.	AVALIAÇÃO FINAL	71
8.	ANEXOS	72
8.1.	QUAR Quadro de Avaliação e Responsabilização 2025	72
8.2.	Execução das Atividades por Unidade Orgânica	73
8.3.	Síntese dos Resultados do Questionários de Satisfação aos Trabalhadores	94
8.4.	Síntese dos Resultados do Questionários de Satisfação aos Clientes e Stakeholders	95
8.5.	Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP2030 para o Biénio 2026-2027	96
8.6.	Relatório de Formação	97
8.7.	Balanço Social	98

Figura 1 N.º de objetivos e indicadores.....	9
Figura 2 Resultados dos parâmetros	10
Figura 3 Organograma	27
Figura 4 Objetivos Estratégicos.....	39
Figura 5 Objetivos operacionais	41
Figura 6 Objetivos, indicadores e taxa de execução.....	42
Figura 7 Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2025	42
Figura 8 Resultados globais do questionário de satisfação interno (%).....	53
Figura 9 Resultados globais do questionário de satisfação externo (%)	55
Quadro 1 Alinhamento dos objetivos estratégicos e operacionais.....	40
Quadro 2 Taxa de realização do QUAR 2025.....	43
Quadro 3 Resultados e desvios.....	44
Quadro 4 Principais mecanismos de controlo interno	55
Quadro 5 Avaliação do sistema de controlo interno.....	56
Quadro 6 Recursos humanos.....	69
Quadro 7 Recursos financeiros.....	70

MENSAGEM DA DIREÇÃO

2025 foi um ano de reconfiguração orgânica, marcado pela criação da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF). Com efeito, o Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março, reestruturou a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), que passou a designar-se ETF, e extinguiu, por fusão, a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP).

A conclusão do processo de reestruturação ocorreu formalmente em 1 de junho de 2025, nos termos do Despacho n.º 6175/2025, publicado na 2.ª série do D.R., n.º 105, de 02.06.2025, e a fase de arranque da ETF teve início a partir daquela data, designadamente com a criação das estruturas nucleares e flexíveis da ETF e designação dos respetivos dirigentes intermédios.

Por conseguinte, o Plano de Atividades da ETF para 2025 reflete uma fase de transição, tendo-se tomado por referência os objetivos e indicadores que haviam sido apresentados na proposta de Plano de Atividades da DGTF para 2025, com adaptação à nova estrutura orgânica da ETF e aditamento de alguns objetivos direcionados para as áreas que foram objeto de fusão.

Este ciclo de gestão foi, assim, de grande importância para a ETF, caracterizando uma transformação que exigiu a implementação de alterações organizacionais e funcionais ao nível dos procedimentos, das equipas e da logística.

É neste contexto que importa evidenciar os resultados da ETF ao nível dos indicadores e objetivos do QUAR e o seu contributo para um reforço da resiliência das finanças públicas.

Assim, não obstante o processo de reestruturação que caracterizou o ano de 2025, a ETF mostrou-se capacitada e revigorada para cumprir a sua missão primordial de criação de valor na gestão de ativos do Estado, através das seguintes prioridades estratégicas:

- Orientar a atividade para a melhoria da gestão dos ativos financeiros e patrimoniais do Estado;
- Apostar na inovação e no conhecimento;
- Promover a qualidade da informação gerida, produzida e difundida.

Neste contexto, os resultados alcançados permitiram superar os parâmetros de eficácia, de eficiência e de qualidade e alcançar uma taxa de realização global do QUAR de **132%**.

A nível interno, para além de todas as adaptações necessárias para assegurar a nova dinâmica organizacional resultante da reestruturação e das fusões, incluindo a entrada em funções de novas equipas e o redesenho de procedimentos, foi, ainda, possível apostar na retenção de talento através da conclusão de alguns procedimentos de recrutamento. Importa, ainda, realçar o início do processo de modernização dos sistemas de informação que suportam os procedimentos de empréstimos e garantias e bonificações do Estado, bem como da recuperação de créditos.

Atendendo à relevância que o setor empresarial do Estado assume na economia, merecem especial atenção as atividades relativas ao acompanhamento deste setor, incluindo a análise de necessidades financeiras, a preparação de assembleias gerais e aprovação de orçamentos e contas, bem como a elaboração de relatórios e propostas de referenciais estratégicos. Todas estas funções visaram garantir uma gestão eficiente, transparente e alinhada com as políticas públicas no domínio do setor empresarial do Estado.

Face ao interesse que revestem para as empresas e para os cidadãos, merecem também particular enfoque as atividades relativas à gestão dos apoios financeiros do Estado. Nesta sede, destaca-se a gestão das responsabilidades garantidas e a gestão da carteira de ativos do Estado por operações de crédito concedidas que, a 31 de dezembro de 2025, ascendiam a cerca de 9.093 milhões de euros e a cerca de 18.955 milhões de euros, respetivamente. Por seu turno, no âmbito da recuperação de créditos, merece referência o acompanhamento e a gestão de mais de três milhares de créditos.

Também a área das parcerias público-privadas, a cargo da UTAP, é especialmente relevante, merecendo particular enfoque. Nesta área, sublinha-se o acompanhamento da execução financeira e respetivo impacto orçamental de 42 contratos de parceria público-privada, nos setores rodoviário, saúde, ferroviário, portuário, aeroportuário e oceanário.

A nível transversal, a transparência e a integridade são valores fundamentais e intrínsecos à atividade da ETF, pelo que, em 2025, deu-se impulso à revisão do programa de cumprimento normativo, através, designadamente, do mapeamento de riscos e preparação de um novo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, bem como da aprovação de um novo Código de Conduta.

Em suma, em 2025, a ETF levou a cabo um processo de transformação orgânica e, nessa sequência, inaugurou a sua atividade, tendo demonstrado empenho, ambição e rigor na adoção e no cumprimento de objetivos estratégicos e operacionais que contribuem para uma gestão saudável das finanças públicas.

A dedicação, o empenho, o profissionalismo e a competência de todos os trabalhadores e dirigentes da ETF foram cruciais para alcançar os resultados.

O Diretor-Geral,

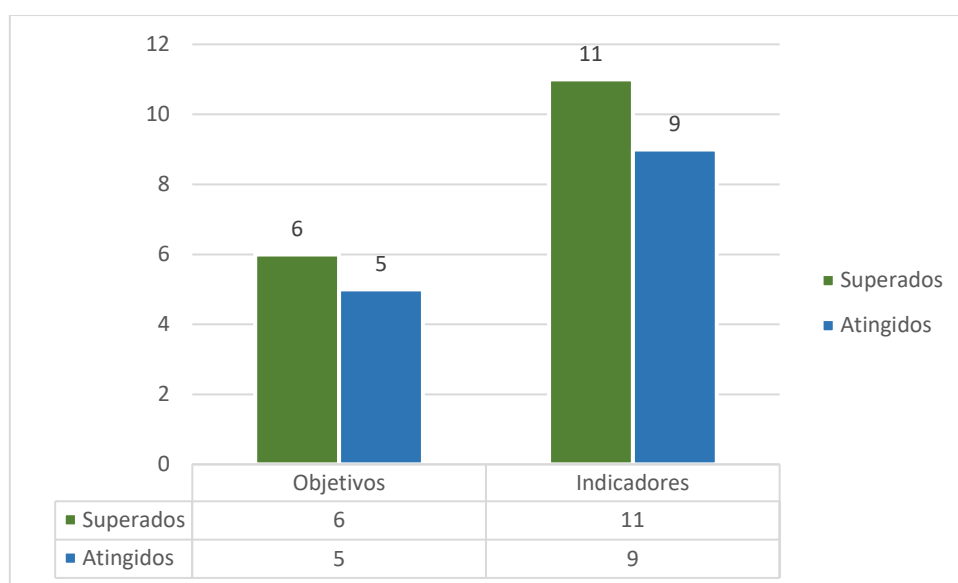
José Passos

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Para o ano de 2025, foram fixados 3 objetivos estratégicos e 11 objetivos operacionais (5 relativos ao parâmetro eficácia, 2 relativos ao parâmetro eficiência e 4 relativos ao parâmetro qualidade), aferidos por 20 indicadores.

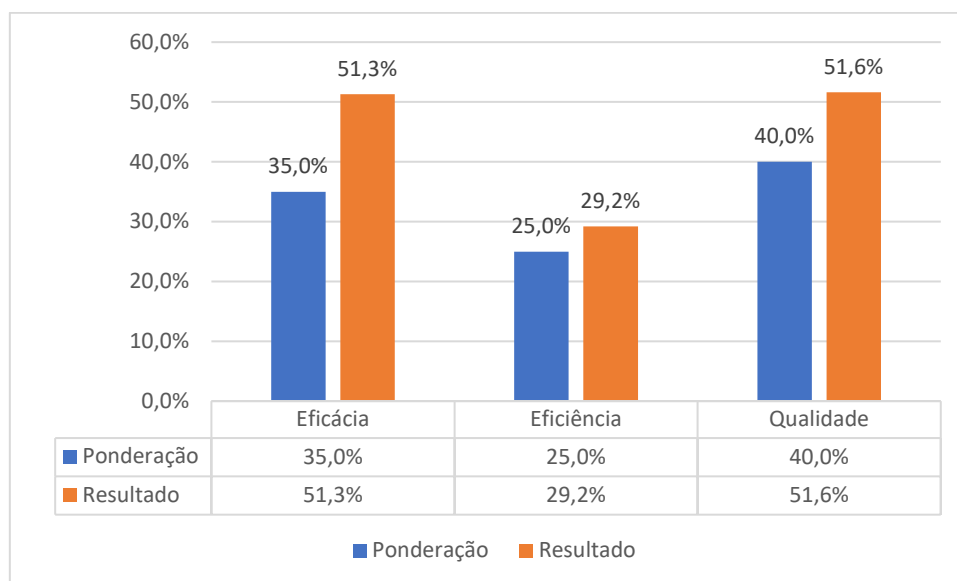
Todos os parâmetros, objetivos operacionais e indicadores foram superados ou atingidos. Assim, dos 20 indicadores, **11** foram superados e **9** foram atingidos. Dos 11 objetivos operacionais, **6** foram superados e **5** foram cumpridos.

Figura 1 | N.º de objetivos e indicadores



Nesta decorrência, os três parâmetros (eficácia, eficiência e qualidade) foram superados: o resultado do parâmetro eficácia foi de **51,3%**, face ao planeado de 35%; o resultado do parâmetro eficiência foi de **29,2%**, face ao planeado de 25%; e o resultado do parâmetro qualidade foi **51,6%**, face ao planeado de 40%.

Figura 2 | Resultados dos parâmetros



Por conseguinte, em 2025, a taxa de execução do QUAR da ETF foi de **132%**.

2. NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de Atividades constitui um dos documentos do ciclo anual de gestão da Administração Pública, sendo obrigatório à luz do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, e da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação.

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, a elaboração do Relatório de Atividades, com demonstração qualitativa dos resultados alcançados, é uma das fases que integra o ciclo de gestão de cada serviço da Administração Pública.

O Relatório integra a autoavaliação do serviço, que é de carácter obrigatório, e deve evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR e o balanço social. O Relatório de Atividades deve conter, ainda, o QUAR e o Relatório Anual de Formação.

O presente Relatório de Atividades, elaborado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, e da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, evidencia a atividade desenvolvida e os resultados alcançados pela ETF durante o ano de 2025, tendo por referência o Plano de Atividades para 2025 e o respetivo QUAR. Nos termos do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, o Relatório discrimina os objetivos atingidos, o respetivo grau de realização e os recursos utilizados.

Não obstante o processo de reestruturação da DGTF e a criação da ETF ter ocorrido em meados do ciclo de gestão, o presente Relatório procura abarcar, sempre que possível, os resultados de todo o ano, considerando que o Plano de Atividades da ETF para 2025 tomou por referência os objetivos e os indicadores que tinham sido apresentados nas propostas de Plano de Atividades e de QUAR da ex-DGTF para 2025, embora com adaptações à nova estrutura orgânica.

A elaboração do presente Relatório contou com uma participação alargada, com envolvimento de todas as unidades orgânicas que integram a ETF. Neste contexto, destaque-se que as unidades orgânicas que sucederam, no todo ou em parte, às unidades orgânicas da ex-DGTF e da ex-UTAM, bem como a UTAP, prestaram contributos reportados ao período completo do ciclo de gestão.

Assim, o presente Relatório encerra o ciclo de gestão de 2025, evidenciando as principais atividades e os resultados obtidos no ano, de modo a permitir a sua apreciação face aos recursos disponíveis (*value for money*) e a respetiva responsabilização (*accountability*).

Sendo um instrumento de suporte ao planeamento estratégico da ETF, o presente Relatório de Atividades reúne informação que poderá contribuir para a definição de medidas para o desenvolvimento organizacional desta instituição e para a consolidação e o fortalecimento do seu desempenho.

3. ENQUADRAMENTO

3.1. Análise do Contexto

A atividade desenvolvida pela ETF em 2025, alinhada com a missão e as atribuições que lhe estão cometidas pelo Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março, levou em consideração o contexto global, o ambiente externo, a estratégia de consolidação orçamental e a materialidade associada ao processo de reestruturação da DGTF, que conduziu à criação da ETF.

Neste enquadramento, a atuação da ETF em 2025 teve em consideração a sua própria reestruturação organizacional, as prioridades definidas no Plano de Atividades e as orientações de política de finanças públicas constantes, designadamente, da Agenda 2030, da Lei das Grandes Opções e da Lei do Orçamento do Estado e do respetivo decreto-lei de execução orçamental, assegurando-se a necessária coerência entre os objetivos internos e os instrumentos de política pública em vigor.

Em paralelo, atendendo à reformulação da orgânica e aos recursos humanos disponíveis, a ETF concentrou a sua atuação na otimização de processos internos e na capacitação dos seus trabalhadores, incluindo a promoção de ações de formação profissional e a implementação de medidas que favorecem a conciliação entre a vida profissional e pessoal, bem como no recrutamento, captação de talento, acolhimento e integração de novos trabalhadores.

Adicionalmente, a atuação da ETF também levou em conta e foi orientada por um quadro de integridade e conformidade, tal como preconizado pelo Regime Geral de Prevenção da Corrupção, o que implicou a designação de um Responsável pelo Cumprimento Normativo e a alavancagem do processo de revisão do Programa de Cumprimento Normativo.

Por outro lado, no cumprimento da sua missão, a ETF recorreu a um conjunto integrado de instrumentos de gestão, planeamento e controlo, que se complementam entre si e englobam a definição, o acompanhamento e a avaliação dos objetivos prosseguidos por esta entidade.

Neste âmbito, assume relevância a monitorização realizada no âmbito do QUAR, que permitiu identificar desvios e vulnerabilidades, bem como definir e implementar estratégias orientadas para a melhoria progressiva dos resultados e para a valorização das respetivas potencialidades. Nesta senda, destacam-se, ainda, como instrumentos de gestão estruturantes, o Plano e o Relatório de Atividades, o Balanço Social e o Plano de Formação.

3.1. Moldura Institucional

3.1.1. Missão, Visão e Valores

A ETF é um serviço da administração direta do Estado, no âmbito do Ministério das Finanças e sob a sua direção, dotado de autonomia administrativa, cuja missão e atribuições se encontram definidas no Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março.

➤ Missão

A ETF tem por missão assegurar as operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público administrativo e empresarial e da função acionista e assegurar a gestão integrada do património do Estado, com exceção do património imobiliário, bem como a intervenção em operações patrimoniais do setor público, nos termos da lei.

➤ Visão

A ETF pretende ser reconhecida pela excelência dos serviços prestados, criando valor na gestão de ativos do Estado.

➤ Valores

Para realizar a sua missão, a ETF tem por referência os seguintes valores:

- **Rigor** - Desempenhar a missão com competência, conhecimento técnico, profissionalismo e objetividade;
- **Coesão** - Promover a entreaajuda, a responsabilidade, a solidariedade e a participação de todos em prol dos objetivos comuns;
- **Cooperação** - Agir em colaboração e parceria com outras entidades, visando a mais eficaz prossecução do interesse público;
- **Responsabilidade** - Atuar no estrito cumprimento da lei e segundo elevados padrões de ética, integridade, equidade, independência e imparcialidade;
- **Transparência** - Adotar práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos e canais de divulgação de informação que asseguram uma prestação de contas clara e acessível.

3.1.2. Atribuições

Nos termos previstos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março, a ETF prossegue as seguintes atribuições:

- Assegurar o estudo, preparação e acompanhamento das matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público, administrativo e empresarial e o exercício da função acionista do Estado;
- Definir orientações, assegurar a sua divulgação e acompanhar a respetiva implementação no setor empresarial do Estado de forma consistente, bem como dar apoio técnico à elaboração de instrumentos de planeamento e de gestão;
- Verificar o cumprimento das orientações, obrigações, responsabilidades e objetivos de gestão, e demais práticas de governo societário, o desempenho anual dos órgãos sociais das empresas do setor empresarial do Estado e dos respetivos membros, bem como a aplicação do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual,



em articulação com os demais órgãos e entidades de fiscalização, assegurando a respetiva integração no processo de aprovação anual de prestação de contas;

- Assegurar e acompanhar a contratualização da prestação de serviços de interesse geral, incluindo a fixação das obrigações das empresas do setor empresarial do Estado no desenvolvimento da atividade e as compensações financeiras a atribuir pelo Estado, nos termos da lei, em conformidade com o disposto nos artigos 48.º e 55.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual;
- Assegurar ou acompanhar processos de liquidação de entidades dos setores público administrativo e empresarial;
- Promover a transferência para o Estado de ativos e passivos e de outras responsabilidades de entidades extintas e assegurar o respetivo acompanhamento;
- Administrar a dívida pública acessória e assegurar a concessão e o acompanhamento de garantias do Estado, e outros poderes previstos na lei, bem como informar do cabimento e acompanhar as garantias concedidas por outras pessoas coletivas de direito público;
- Adquirir e administrar os ativos financeiros do Estado e assegurar a concessão de empréstimos e outras operações ativas do Estado, e o subsequente acompanhamento, bem como renegociar as condições contratuais de empréstimos anteriores ou consolidar créditos;
- Conceder subsídios, indemnizações compensatórias, bonificações de juros e outros apoios financeiros, nos termos previstos na lei;
- Assegurar a assunção de passivos e responsabilidades ou adquirir créditos sobre entidades ou organismos do setor público, bem como regularizar responsabilidades financeiras do Estado, nos termos previstos na lei;
- Promover a recuperação de créditos decorrentes das operações de intervenção financeira e assegurar a atualização e controlo da informação sobre os créditos

do Estado integrados na carteira da ETF, incluindo o acompanhamento e o controlo daqueles cuja gestão seja atribuída a terceiros;

- Adquirir, administrar e alienar, direta ou indiretamente, os ativos patrimoniais do Estado, com exceção do património imobiliário e sem prejuízo das competências que se encontrem atribuídas a outras entidades;
- Assegurar os procedimentos relativos à aceitação, a favor do Estado, como sucessor legitimário, de heranças e legados, bem como de doações, salvo quando se refiram exclusivamente a bens imóveis e sem prejuízo das competências que se encontrem atribuídas a outras entidades;
- Controlar a emissão e circulação da moeda metálica, em articulação com as restantes entidades competentes na matéria;
- Acompanhar o relacionamento entre o setor empresarial do Estado e o setor financeiro;
- Assegurar a gestão financeira de patrimónios autónomos;
- Propor princípios e instrumentos de apoio financeiro em matéria de créditos à exportação e ao investimento português no estrangeiro, incluindo o crédito de ajuda, em coordenação com as agências de crédito à exportação, sem prejuízo das atribuições de auditoria financeira e de gestão de outras entidades nesta matéria;
- Dar apoio e ou assegurar a representação técnica da área governativa das finanças em organizações europeias e internacionais nas matérias que se inserem dentro das suas competências, sem prejuízo das atribuições de orientação geral e estratégica de outras entidades nesta matéria;
- Prestar apoio técnico em matéria de instrumentos financeiros no âmbito das relações bilaterais, europeias e multilaterais, assegurando a realização de participações e contribuições internacionais nas instituições financeiras internacionais;

- Emitir os pareceres que lhe forem solicitados e executar as medidas que lhe forem determinadas;
- Propor a política anual e plurianual de financiamento das empresas do setor público empresarial, quer para funcionamento, quer para investimento, coerente com as necessidades de financiamento agregadas e compatível com a disciplina financeira e orçamental, designadamente com a Lei do Orçamento de Estado, com o Documento de Estratégia Orçamental e com a lei das finanças locais, identificando as fontes de financiamento e os limites máximos de acréscimo líquido do endividamento;
- Propor programas anuais e plurianuais específicos tendentes à melhoria da gestão das empresas do setor empresarial do Estado (SEE), à sua sustentabilidade e à redução do esforço financeiro do Estado;
- Apresentar propostas de orientações destinadas à elaboração, pelas empresas do SEE, dos planos de atividades e orçamento, designadamente os indicadores macroeconómicos e os referenciais de atividade e de natureza económica e financeira associados aos programas de reestruturação e sustentabilidade fixados pelo Governo, com base na informação a que se refere o n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE;
- Analisar as propostas de planos de atividades e orçamentos das empresas do SEE, para os efeitos previstos no n.º 7 do artigo 39.º do RJSPE, e elaborar o relatório dessa análise, a submeter à aprovação do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 8 e 9 do artigo 39.º do RJSPE;
- Avaliar o cumprimento das orientações e objetivos de gestão e o desempenho anual do órgão de administração, devendo os resultados ser integrados no processo de apreciação dos documentos anuais de prestação de contas;
- Apreciar, com vista à sua aprovação, as propostas de contratualização da prestação de serviços de interesse geral, fixando as obrigações das empresas do SEE ao nível da atividade a desenvolver e as compensações financeiras a atribuir

pelo Estado no âmbito da regulamentação europeia, em conformidade com o disposto nos artigos 48.º e 55.º do RJSPE;

- Emitir parecer prévio à respetiva orçamentação anual sobre os montantes das indemnizações compensatórias, dotações de capital e subsídios a conceder às empresas públicas, sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, quanto às atribuições da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) em matéria de fiscalização e controlo das entidades beneficiárias de indemnizações compensatórias;
- Emitir parecer anual sobre a estrutura das fontes de financiamento e a evolução dos custos financeiros das entidades do setor público empresarial, tendo em conta a informação disponível, nomeadamente os pareceres da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E. (IGCP, E. P. E.), em matéria de financiamento das empresas, nos termos da lei;
- Informar o membro do Governo responsável pela área das finanças da situação económico-financeira das empresas e da sua evolução, identificando, nomeadamente, as situações suscetíveis de contribuir para um eventual agravamento do esforço financeiro do setor público;
- Acompanhar e monitorizar a atividade do Setor Empresarial Local (SEL) através da informação recebida da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), com reporte periódico ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da administração local;
- Avaliar o cumprimento do disposto no n.º 10 do artigo 39.º do RJSPE, nomeadamente no que respeita às práticas de bom governo, devendo a avaliação ser integrada no processo de apreciação dos documentos anuais de prestação de contas;
- Emitir parecer sobre os elementos referidos do n.º 1 do artigo 64.º do RJSPE;

- Emitir parecer sobre a constituição, a transformação, a fusão, a cisão ou a dissolução de empresas do SEE;
- Elaborar anualmente um relatório sobre os financiamentos do setor público empresarial, com base na informação disponibilizada trimestralmente pelo IGCP, E. P. E., nos termos do RJSPE, bem como na recebida por via da DGAL e da IGF, no que respeita em particular ao SEL, e disponibilizá-lo no respetivo sítio na Internet;
- Emitir pareceres sobre matérias relativas ao exercício da função acionista do SEL, mediante solicitação do membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da administração local;
- Elaborar anualmente um relatório sobre o cumprimento das práticas de bom governo;
- Acompanhar as experiências internacionais no âmbito do setor público empresarial, estabelecendo relações com organizações da União Europeia e internacionais que intervenham nesta área, bem como propor a nomeação de representantes nacionais nos organismos congéneres das referidas organizações;
- Tratar e centralizar a informação relevante no âmbito das suas atribuições, designadamente de índole económica e financeira, a publicitar no seu sítio na Internet;
- Promover ações de formação, em particular dirigidas aos quadros técnicos que exercem funções no âmbito do setor público empresarial, cujos custos são integralmente suportados pelas entidades que delas beneficiam.
- Assegurar que a experiência e o conhecimento adquiridos pelo setor público nas matérias relacionadas com parcerias permanecem na UTAP e estejam disponíveis para outras entidades públicas;
- Estudar e preparar processos de lançamento de parcerias;

- Prestar apoio técnico, de natureza jurídica e financeira, aos membros do Governo e a outras entidades públicas no âmbito das parcerias;
- Proceder ao acompanhamento global das parcerias nas matérias económico-financeiras;
- Propor a designação das equipas de projetos para o estudo, preparação e lançamento de parcerias, bem como as equipas para acompanhar a fase inicial de execução de contratos de parcerias;
- Indicar membros para júris e comissões de negociação relativas a processos de parcerias;
- Prestar apoio técnico e administrativo às equipas de projetos, aos júris e às comissões a que se referem as alíneas anteriores;
- Apresentar ao membro do Governo responsável pela área das finanças os relatórios previstos no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, na sua redação atual, bem como outros estudos que superiormente lhe sejam solicitados relativos a parcerias;
- Emitir os pareceres que lhe forem solicitados e executar as tarefas que lhe forem determinadas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças no âmbito das parcerias;
- Assumir a qualidade de gestora de contrato de parceria, nos termos previstos no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, na sua redação atual;
- Proceder ao acompanhamento dos processos arbitrais relativos às parcerias, disponibilizando, designadamente, todo o apoio técnico que lhe for solicitado pelos mandatários do parceiro público;
- Informar o membro do Governo responsável pela área das finanças da situação económico-financeira dos contratos de parcerias e da sua evolução;
- Identificar situações suscetíveis de contribuir para um eventual agravamento do esforço financeiro do setor público;

- Recolher, tratar e centralizar a informação económico-financeira e de repartição de riscos relativa a contratos de parcerias a celebrar ou já celebrados;
- Elaborar modelos de documentos e apresentar recomendações suscetíveis de se revelarem úteis às diversas entidades que se encontrem envolvidas no lançamento, acompanhamento e gestão de parcerias;
- Promover a publicitação em sítio próprio de matérias de interesse relacionadas com processos de parcerias;
- Promover ações de formação, em particular dirigidas aos quadros técnicos das entidades públicas que participam em processos de parcerias;
- Otimizar os recursos técnicos disponíveis no setor público, contribuindo para a redução do recurso à consultadoria externa;
- Acompanhar as experiências internacionais no âmbito das parcerias, estabelecendo relações com entidades comunitárias e internacionais que intervenham nesta área;
- Prestar apoio técnico no desenvolvimento, contratação e acompanhamento de grandes projetos de infraestruturas, não enquadráveis na definição de parceria público-privada, suscetíveis de serem financiados pelo setor público ou gerarem encargos para este.

3.1.3. Princípios Orientadores da Atividade da ETF

No desenvolvimento da sua atividade, a ETF rege-se pelos princípios gerais que enquadram a atuação da Administração Pública, especialmente os que decorrem da Constituição da República Portuguesa e do Código do Procedimento Administrativo, não descurando mecanismos regulamentares de atuação com terceiros e na relação destes com seus trabalhadores, tais como o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas e o Código de Conduta da ETF.

A ETF pauta-se, igualmente, por um conjunto de princípios caracterizadores da atividade da Administração Pública, designadamente, a aproximação da sua atividade aos seus *stakeholders*, a normalização dos processos e procedimentos, a qualificação dos recursos humanos e a promoção de uma cultura de gestão por objetivos, os quais constituem fatores críticos de sucesso das estratégias de atuação delineadas.

Adicionalmente, a ETF norteia a sua atuação pela necessidade de modernização estrutural e pelo aumento da produtividade, desiderato fomentado através da promoção da gestão por objetivos, da renovação tecnológica, da simplificação de procedimentos, da desburocratização e da racionalização de meios e recursos, tendo sempre como referência os princípios e os objetivos inerentes à própria missão do Ministério das Finanças, espelhada na respetiva lei orgânica, incluindo a gestão racional e a valorização dos recursos públicos, a eficiência e equidade na sua obtenção e gestão, a formação e a capacitação de todos aqueles que para eles contribuem e a melhoria dos seus sistemas e processos de organização e gestão.

Ademais, importa destacar o estrito cumprimento dos princípios inerentes à gestão dos ativos financeiros do Estado, enquanto função central desenvolvida pela ETF, tendo em vista alcançar uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e, consequentemente, proporcionar um reforço da eficácia e do rigor da atuação do Estado.

Pelo exposto, a ETF rege-se, designadamente, pelos seguintes princípios orientadores:

- Prossecução do interesse público;
- Legalidade;
- Igualdade;
- Proporcionalidade;
- Justiça;
- Imparcialidade;
- Aproximação da sua atividade aos interessados e parceiros;
- Promoção de uma cultura de gestão por objetivos;
- Modernização estrutural e renovação tecnológica;

- Simplificação, uniformização e desburocratização de processos e procedimentos;
- Formação, qualificação e capacitação dos recursos humanos;
- Gestão racional, eficiente e equitativa dos recursos públicos, visando a sua valorização e o reforço da eficácia e do rigor da atuação do Estado, designadamente recursos humanos, recursos financeiros, recursos patrimoniais e recursos tecnológicos;
- Melhoria contínua dos sistemas e processos de organização e gestão;
- Aumento da produtividade.

3.1.4. Estrutura Orgânica

A ETF é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por três subdiretores-gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau, respetivamente. Sem prejuízo das competências que lhe forem conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas, compete ao diretor-geral dirigir e orientar a ação dos órgãos e serviços da ETF. Os subdiretores-gerais exercem as competências que lhes sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor-geral, devendo este identificar a quem compete substituí-lo nas suas faltas e impedimentos. Nos termos da lei, a um dos subdiretores-gerais da ETF compete assegurar a direção da UTAP.

No âmbito da organização interna, a ETF obedece ao seguinte modelo estrutural misto:

- O modelo de estrutura matricial, nas seguintes áreas:
 - Estudo, implementação, desenvolvimento e acompanhamento de projetos;
 - Função acionista das empresas do setor empresarial do Estado;
 - Atividade da UTAP;
- O modelo de estrutura hierarquizada, nas restantes áreas de atividade da ETF.

Atualmente, a estrutura orgânica nuclear da ETF integra quatro departamentos e duas equipas multidisciplinares, sendo o estatuto dos chefes destas equipas equiparado a

diretor de serviços, bem como a UTAP (regulada expressamente nos artigos 17.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 24/2025/1, de 15 de maio). Por sua vez, a estrutura orgânica flexível integra 12 divisões.

Assim, tendo em conta o acima exposto a estrutura orgânica da ETF abrange as seguintes equipas, departamentos, unidades e divisões:

- Departamento de Gestão de Recursos (DGR):
 - Divisão de Gestão Financeira e Orçamental (DGFO);
 - Divisão Patrimonial e de Gestão de Documentação (DPGD);
 - Divisão de Gestão de Pessoas (DGP);
 - Divisão de Gestão de Projetos Especiais e Moeda (DGPEM);
- Departamento de Gestão de Participações do Estado (DGPE):
 - Divisão de Empresas Públicas Financeiras e de Infraestruturas (DEPFI);
 - Divisão de Empresas Públicas Não Financeiras (DEPNF);
 - Divisão de Informação e Monitorização do SEE (DIMSEE);
 - Divisão de Liquidações e Regularizações (DLR);
- Departamento Jurídico de Planeamento e Coordenação (DJPC):
 - Divisão de Planeamento e Apoio à Gestão (DPAG);
 - Divisão de Recuperação de Créditos (DRC);
- Departamento de Apoios Financeiro (DAF):
 - Divisão de Garantias, Empréstimos e Outros Apoios Financeiros (DGEAF);
 - Divisão de Apoios Financeiros Internacionais (DAFI);
- Equipa de Avaliação e Supervisão do SPE (EAS-SPE);

- Equipa de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação (EGSI);
- Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP).

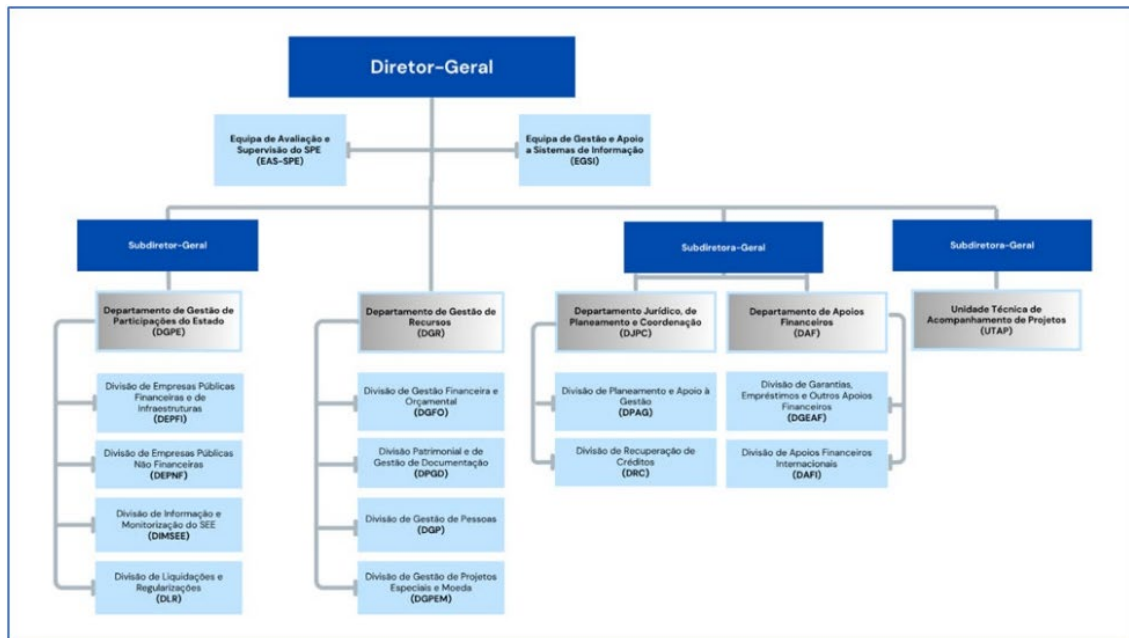
Por fim, importa referir que a estrutura orgânica da ETF se encontra definida em diferentes diplomas legais, nomeadamente os seguintes:

- Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 24/2025/1, de 15 de maio (reestrutura a DGTF, aprova a orgânica da ETF e extingue, por fusão, a UTAM e a UTAP);
- Portaria n.º 235/2025/1, de 27 de maio (estabelece a estrutura nuclear da ETF);
- Portaria n.º 236/2025/1, de 27 de maio (fixa as dotações de consultores da ETF);
- Despacho n.º 6175/2025, de 2 de junho (conclusão do processo de reorganização da DGTF, da UTAM e da UTAP, mediante a criação da ETF);
- Despacho n.º 6822/2025, de 25 de junho (estabelece a estrutura orgânica flexível da ETF);
- Despacho n.º 7242/2025, de 1 de julho (cria a Equipa Multidisciplinar de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação);
- Despacho n.º 7307/2025, de 2 de julho (cria a Equipa de Avaliação e Supervisão do Setor Público Empresarial).

Nesta conformidade, a estrutura interna da ETF apresenta a seguinte configuração:



Figura 3 | Organograma



4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

4.1. ETF

Em 2025, em matéria de **concessão, controlo e gestão de apoios de intervenção financeira do Estado**, a cargo do DAF, destacaram-se as seguintes atividades:

- ✓ Preparação da autorização e subsequente concessão de garantias do Estado, ao abrigo dos limites estabelecidos na Lei do Orçamento do Estado para 2025, no valor de cerca de 1.556 milhões de euros (excluindo operações de apoio à exportação e à internacionalização), das quais se realçam as garantias à Região Autónoma da Madeira e as enquadradas no Decreto-Lei n.º 44/2024, de 10 de julho;
- ✓ Gestão das responsabilidades garantidas que, a 31 de dezembro de 2025, ascendiam a cerca de 9.093 milhões de euros e que envolveram uma grande diversidade de entidades beneficiárias e de operações financeiras visadas, incluindo empresas e institutos públicos, regiões autónomas, países terceiros e instrumentos europeus;
- ✓ Pagamento de bonificações no valor de 73,06 milhões de euros, ao abrigo dos diversos regimes, dos quais se evidencia o apoio à habitação própria permanente, relevando-se a intervenção no apoio e na operacionalização das medidas criadas ao abrigo do programa "Mais habitação" e, ainda, as bonificações ao abrigo dos programas de crédito de ajuda no âmbito da cooperação para o desenvolvimento (27,00 milhões de euros);
- ✓ Pagamento de subsídios de arrendamento no valor de 94,84 milhões de euros e de mobilidade nas regiões autónomas, no valor de cerca de 133,35 milhões de euros;
- ✓ Instrução e concessão de apoios sobre a forma de empréstimos ou outras operações de crédito, no valor de cerca de 226,9 milhões de euros, incluindo

empresas públicas, instrumentos específicos de apoio à economia e países terceiros (15,00 milhões de euros), salientando-se, ainda, o envolvimento em operações de reestruturação e conversão de dívida em capital de empresas públicas;

- ✓ Gestão da carteira de ativos do Estado, por operações de crédito concedidas que, a 31 de dezembro de 2025, ascendia a cerca de 18.955 milhões de euros, incluindo uma grande diversidade de mutuários dos quais se evidenciam empresas públicas, municípios, operações inseridas no PRR e países terceiros;
- ✓ Realização das participações e contribuições nas Instituições Financeiras Internacionais, no valor de cerca de 43,59 milhões de euros, incluindo o apoio ao GPEARI na preparação das respetivas bases legais;
- ✓ Em matéria de apoio à exportação, investimento e demais instrumentos de apoio à internacionalização, relevam-se a preparação e concessão de garantias do Estado, no valor de cerca de 888,73 milhões de euros, assumindo particular importância o mercado de Angola, relevando-se ainda o acompanhamento das responsabilidades garantidas neste âmbito, distribuídas por cerca de 82 países e duas Agências de Crédito à Exportação, bem como o acompanhamento efetuado no processo de transição das competências de ECA para o Banco de Fomento;
- ✓ Ainda em matéria internacional, releva-se o acompanhamento e a liderança da delegação portuguesa, em diversos fóruns da OCDE e da UE, sobre a temática dos créditos à exportação, destacando-se a participação em 54 reuniões internacionais;
- ✓ Arrecadação de receita de diversa natureza, da qual se enfatiza a das comissões de garantia e prémios, no valor de cerca de 50,61 milhões de euros.

No eixo do **Setor Empresarial do Estado**, assegurado pelo DGPE e pela EASSPE, foi desenvolvido um conjunto de ações no âmbito da gestão, supervisão e acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, em conformidade com as competências previstas no respetivo enquadramento legal.

No domínio do acompanhamento das empresas públicas, foram elaboradas, pelo DGPE, mais de 180 informações técnicas, refletindo a análise de variados assuntos e respetivas

propostas de atuação da tutela. Por seu turno, durante o ano de 2025, a EASSPE produziu 289 documentos técnicos (12 pareceres, 77 informações e 200 Relatórios de Análise).

Neste domínio, destacaram-se, ainda, as seguintes atividades prosseguidas pelo DGPE:

- ✓ Análise e proposta de dezenas de pedidos no âmbito das necessidades financeiras a dotar por aumentos de capital, transferências correntes, ou compensações por prestação de serviço público;
- ✓ Atualização regular dos reportes sobre a composição da carteira de participações do Estado, bem como a disponibilização de informação no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas;
- ✓ Análise e preparação atempada das assembleias gerais e de aprovação de contas das empresas;
- ✓ Resposta atempada a diversas solicitações superiores e externas, incluindo pedidos de pronúncia, pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, referentes a projetos de diplomas legais e outros assuntos;
- ✓ Análise e acompanhamento de processos relacionados com concessões, projetos de reestruturação empresarial, negociações contratuais e participação em organizações internacionais;
- ✓ Preparação de relatórios e propostas de referenciais estratégicos, assegurando a coerência e precisão das informações relacionadas com o Setor Empresarial do Estado, bem como apoio à representação técnica do Ministério das Finanças em fóruns europeus e internacionais

Assim, todas estas funções visaram garantir uma gestão eficiente, transparente e alinhada com as políticas públicas do Setor Empresarial do Estado.

No âmbito da **recuperação de créditos do Estado**, a cargo do DJPC/DRC, destacaram-se as seguintes atividades:

- ✓ Acompanhamento e gestão de mais de três milhares de créditos no âmbito dos quais foram elaborados cerca de 581 ofícios, informações e notas internas e donde

resultou a extinção de 62 créditos, 43 deles pela confirmação da extinção do direito de crédito e 12 pelo pagamento integral da dívida;

- ✓ Celebração, em 27.02.2025, de acordo de cessão de créditos privilegiados e garantidos do Estado sobre o Banco Privado Português (BPP), no processo de liquidação do BPP, a favor da Holma, Serviços de Consultadoria, SA (em liquidação) e da consequente transmissão a favor do Estado das obras de arte que integram a coleção Ellipse da titularidade daquela, cujo processo de vistoria se iniciou em 2024;
- ✓ Cessão adicional, em 29.10.2025, do crédito reconhecido e graduado, como privilegiado e garantido do Estado sobre o BPP, a favor da Holma, Serviços de Consultadoria, SA (em liquidação) e da consequente transmissão a favor do Estado de 5 frações que constituem as antigas instalações da Ellipse Foundation. Estas duas últimas operações contribuíram para a regularização de uma parte substancial dos créditos do Estado sobre o BPP;
- ✓ Cobrança de créditos no valor de 41,3 milhões de euros, do qual cerca de 64% respeita ao pagamento da prestação devida nos termos do contrato de reescalonamento da dívida de Angola, envolvendo no seu conjunto, o registo de 635 documentos únicos de cobrança;
- ✓ Diligências efetuadas com vista à regularização da dívida do Estado sobre a Casa do Douro, nos termos previstos na Lei n.º 19/2016, de 24 de junho;
- ✓ Contributos prestados no âmbito da implementação do Sistema de Informação, Gestão e Exploração na vertente da Recuperação de Créditos, envolvendo a participação em 7 reuniões e a produção de um conjunto vasto de documentos;
- ✓ Formalização, em 16.12.2025, do Protocolo de colaboração para acesso a informação no âmbito do n.º 5 do artigo 77.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, relativo à consulta pela ETF às Bases de dados da Autoridade Tributária e Aduaneira;
- ✓ Diligências promovidas para o acesso automático a informação do Portal Citius sobre os processos judiciais em curso (insolvência, processo especial de revitalização, processo especial para acordo de pagamento), relativamente a

devedores registados no Sistema de Informação e Recuperação de Créditos (SIRC) da ETF;

- ✓ Prossecução das diligências tendentes à cobrança dos créditos emergentes da Facilidade Financeira da República da Guiné-Bissau, na sequência do processo de notificação judicial avulsa dos respetivos devedores, com vista à instauração de ações executivas, quando justificável.

No que respeita ao **acompanhamento jurídico**, ao DJPC compete diretamente a realização de estudos, a emissão de pareceres e a prestação de informações de natureza jurídica sobre matérias que se inserem nas atribuições da ETF, estando a sua atividade fortemente condicionada pela atuação e matérias tratadas pelas restantes unidades orgânicas, atento o carácter transversal da atividade desta unidade orgânica. Nesta medida, é de destacar a emissão e elaboração de pareceres e informações jurídicas, parte dos quais sustentaram o cumprimento dos objetivos propostos, o acompanhamento dos processos judiciais em que a ETF é parte, não só através da intervenção direta, como através da preparação dos elementos a remeter ao Ministério Público, bem como a análise de projetos de diplomas legais que se prendem diretamente e indiretamente com as atribuições da ETF, em especial sobre o Setor Empresarial do Estado.

Atendendo à transversalidade, especificidade e complexidade dos assuntos objeto de análise pelo DJPC, e sem prejuízo da elaboração e preparação de outra documentação de natureza diversa, foi alcançado um total de cerca de 115 informações e de 270 ofícios e emails (sem contabilizar os documentos - informações e ofícios/emails - produzidos em colaboração com outras Unidades Orgânicas), tendo sido efetuadas cerca de 230 diligências no âmbito de processos judiciais respeitantes a heranças declaradas vagas a favor do Estado, resultando desta atividade a receita arrecadada, em 2025, de 2.133.944,67 €.

Em matéria de **planeamento**, a cargo do DJPC/DPAG, salienta-se a realização do exercício prospetivo para 2026, através da elaboração das propostas de QUAR e do

Plano de Atividades da ETF, instrumentos estes que foram alvo de uma reformulação considerável face ao que vinha sendo previsto.

Destaca-se, ainda, a revisão do Programa de Cumprimento Normativo em cumprimento do disposto no Regime Geral de Prevenção da Corrupção, o que acarretou, designadamente, a preparação e a aprovação de um novo Código de Conduta, bem como o início da preparação de um novo Plano de Prevenção de Riscos. Concomitantemente, foram asseguradas as funções de monitorização do Plano de Prevenção de Riscos, através da elaboração dos correspondentes Relatórios de Avaliação Intercalar e Anual.

No âmbito da **gestão de recursos**, a cargo do DGR, destacaram-se as seguintes atividades:

- ✓ No âmbito da gestão financeira de dois patrimónios autónomos, prosseguiu-se o acompanhamento da respetiva atividade operacional, de concretização de aplicações em CEDIC e na elaboração dos relatórios anuais relativos à atividade desenvolvida em 2024;
- ✓ Quanto ao controlo, emissão e circulação de moeda metálica corrente, comemorativa e de coleção, e para além do respetivo acompanhamento em colaboração com o Banco de Portugal e a Imprensa Nacional Casa da Moeda, salientaram-se os procedimentos conducentes à aprovação do Plano Numismático para 2025 e das respetivas portarias de emissão de moeda comemorativa e de coleção, bem como a continuação de análise de procedimentos inerentes a moedas, tais como destruição de moedas de euros impróprias para circulação;
- ✓ No âmbito da coordenação orçamental da despesa, foram assegurados os trabalhos inerentes à preparação da proposta de orçamento para 2026 relativa ao Capítulo 60 -Despesas Excecionais, ao acompanhamento da execução orçamental, à prestação de contas de gerência, ao envio de contributos para a Conta Geral do Estado (CGE) e à prestação de informação frequente a outras entidades, designadamente à Entidade Orçamental, ao Tribunal de Contas e aos auditores internos e externos de outras entidades. Quanto ao orçamento de funcionamento,

foi elaborada a respetiva proposta para o OE 2026. De salientar, ainda, os procedimentos conducentes a transferências para outras entidades, designadamente Estrutura de Missão Recuperar Portugal, ESTAMO, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Fundos de Pensões do Setor Bancário, Fundo de Modernização da Justiça, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e Força Aérea. Por último, é de referir que a partir de meados de 2025, e na sequência da reestruturação da ETF os procedimentos em GERFIP, no âmbito da despesa, relativos ao Capítulo 60 transitaram para o DGR/DGFO;

- ✓ No que se refere à cobrança, foram efetuados o acompanhamento e a respetiva contabilização das receitas administradas pela ETF, na qual se incluem as resultantes de heranças vagas a favor do Estado, por sentença judicial. Foi efetuada a faturação e a emissão dos recibos associados a contratos vigentes aquando da liquidação da Parque-Expo, que transitaram para o Estado, através da ETF, tendo sido efetuada a entrega tempestiva do IVA associado à AT-Administração Tributária e Aduaneira e os reportes referentes a faturação e declarações mensais de Imposto de Selo;
- ✓ Foi assegurado o acolhimento de colaboradores no âmbito do recrutamento para preenchimento de postos de trabalho, tendo sido, designadamente, efetuada a revisão do modelo de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e o manual de acolhimento;
- ✓ Foi preparado o Plano de Formação para 2026 e criado um procedimento para indicação da formação a efetuar e respetiva autorização por parte do superior hierárquico;
- ✓ No âmbito da reestruturação da ETF, salientam-se as ações inerentes à redistribuição dos colaboradores pelos diversos departamentos e divisões, o que implicou alterações de registo em bases de dados de recursos humanos, bem como a respetiva reafecção física, através da operacionalização da mudança para os novos locais de trabalho;

- ✓ Foi elaborado o relatório para o biénio 2026-2027, referente ao Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública para o período até 2030 (ECO.AP 2030), relativo à implementação do ECO.AP 2030 nas instalações sob gestão ou utilização da ETF;
- ✓ Relativamente ao arquivo, foi promovida a destruição de 11.125 unidades de instalação.

4.2. UTAP

No âmbito da atividade desenvolvida pela **UTAP** (regulada expressamente nos artigos 17.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março), em 2025, destacaram-se, em matéria de contratos e de projetos, as seguintes atividades:

- ✓ Acompanhamento da execução financeira e respetivo impacto orçamental de 42 contratos de parceria público privada (PPP), nos setores rodoviário, saúde, ferroviário, portuário, aeroportuário e oceanário, incluindo as tarefas de monitorização e identificação das situações passíveis de implicar um agravamento do esforço financeiro do setor público (administrativo ou empresarial), entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2025. Neste âmbito a UTAP procedeu, entre o mais, à análise dos dados disponíveis, tendo elaborado regularmente relatórios de acompanhamento sobre a situação dos encargos estimados e assumidos pelo setor público, complementado pelos elementos julgados relevantes relacionados com os contratos e processos em execução;
- ✓ Acompanhamento, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, da negociação e contratação de trabalhos complementares relacionados com a introdução de uma nova solução de sistema de isolamento de base contra sismos no Hospital Lisboa Oriental;
- ✓ Processo de negociação da proposta de refinanciamento apresentada pela Entidade Gestora do Edifício do Hospital de Loures, designada HL - Sociedade Gestora do Edifício, S. A., bem como da forma de partilha dos benefícios

associados ao refinanciamento, com significativas vantagens financeiras para o Estado, por força da caducidade da autorização das entidades financiadoras à operação negociada;

- ✓ Processo de estudo e preparação do lançamento do projeto de uma nova linha ferroviária de alta velocidade de passageiros entre as cidades do Porto e de Lisboa, em concreto, da PPP2 v.2 (Oiã-Soure), na sequência da revogação da decisão de contratar inerente ao anterior concurso e tendo presente os prazos previstos para a realização das obras para efeitos de atribuição dos fundos comunitários relativamente aos quais Portugal já se tinha candidatado;
- ✓ Processo de negociação da prorrogação, iniciado na sequência do Despacho n.º 4611/2025, de 8 de abril, do «Contrato de Subconcessão do Sistema do Metro Ligeiro da área metropolitana do Porto», celebrado entre a Metro do Porto, S.A., e a ViaPorto, Operação e Manutenção de Transportes, Unipessoal, Lda., que cessava a 30 de junho de 2025, pelo prazo necessário para assegurar a continuidade do serviço público subconcessionado até à entrada em operação da nova subconcessão;
- ✓ Processo de estudo e preparação do lançamento de uma nova parceria para a construção do novo Hospital Central do Algarve (Despacho n.º 4535/2023, do Coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos);
- ✓ Acompanhamento do concurso público internacional para a exploração da rede urbana de frio e calor do Parque das Nações (Despacho n.º 38/2022 – SEFin, emitido pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças em 26 de janeiro de 2022);
- ✓ Processo de estudo e preparação do lançamento de uma nova parceria para a subconcessão da operação e manutenção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto (Despacho n.º 12182/2024, de 10 de outubro de 2024, da Coordenadora da UTAP);
- ✓ Processo de negociação relativo aos pedidos de reposição do equilíbrio económico-financeiro apresentados pela concessionária SCUTVIAS — Autoestradas da Beira Interior, S. A., no âmbito do respetivo contrato de

concessão da autoestrada da Beira Interior (Despacho n.º 14510/2024, de 29 de novembro de 2024, da Coordenadora da UTAP);

- ✓ Acompanhamento do concurso relativo à PPP1 do projeto de uma nova linha ferroviária de alta velocidade de passageiros entre as cidades do Porto e de Lisboa (Despacho n.º 12609/2022, do Coordenador da UTAP);
- ✓ Processo de negociação para os efeitos da negociação dos termos contratuais da afetação do Aeródromo de Trânsito n.º 1, após a respetiva desafetação do domínio público militar, ao Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos Situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores (Despacho n.º 12047/2024, de 2 de outubro de 2024, da Coordenadora da UTAP);
- ✓ Processo de negociação com referência ao Contrato de Concessão Brisa (Despacho n.º 15154/2024, de 16 de dezembro de 2024, da Coordenadora da UTAP).

Noutro plano, a UTAP prestou, regularmente, apoio aos processos de decisão do Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Finanças, relativamente a PPP e a outros assuntos acompanhados por esse Gabinete, muitos dos quais também com incidência orçamental relevante, bem como se dedicou frequentemente a prestar apoio, de forma mais alargada, ao Governo em funções, no âmbito da adoção de medidas administrativas e/ou legislativas com impacto, designadamente económico-financeiro, na execução das PPP em vigor, tendo ainda emitido diversos pareceres sobre os poderes do Governo no âmbito do “Governo de Gestão”.

Para além do já referido, a UTAP, no âmbito das suas competências de acompanhamento de experiências internacionais e estabelecimento de relações de cooperação/apoio com entidade europeias e internacionais que intervenham nesta área, realizou as seguintes atividades:

- ✓ Reuniões e apresentações com uma delegação Ucraniana, composta por diversos elementos do Governo Ucraniano, assim como do Banco Central Europeu;

- ✓ Participação, através da sua coordenadora, na reunião anual da EPEC – European PPP Expertise Center -, em Luxemburgo, onde se reuniram os responsáveis pelas PPP de cada um dos estados membros para discutir as experiências nacionais, assim como os temas mais recentes em matéria de grandes projetos;
- ✓ Colaboração com a EPEC e a Secretaria de Estado da Habitação no desenho de uma eventual futura PPP na área da habitação.

5. AUTOAVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, o presente capítulo reflete a autoavaliação da ETF quanto ao desempenho de 2025, através da evidência dos resultados alcançados e dos desvios verificados face aos objetivos fixados no QUAR, o qual consta do **anexo 8.1**, elemento primordial ao nível dos instrumentos previsionais de gestão.

Do **anexo 8.2** constam os resultados alcançados, por unidade orgânica, face aos objetivos fixados no Plano de Atividades (objetivos QUAR e extra-QUAR).

Apresentam-se, de seguida, os objetivos estratégicos e o grau de cumprimento dos objetivos operacionais constantes do QUAR.

5.1. Objetivos Estratégicos

Para o ano de 2025 foram mantidos os **objetivos estratégicos** que haviam sido definidos no QUAR da DGTF para 2024, considerando a respetiva harmonia com a missão da ETF e atendendo a que o processo de reestruturação teve lugar em meados do ano de 2025. Tais objetivos estratégicos são os seguintes:

Figura 4 | Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico 1 (OE1)	Objetivo Estratégico 2 (OE2)	Objetivo Estratégico 3 (OE3)
• Orientar a atividade da ETF para a melhoria da gestão dos ativos financeiros e patrimoniais do Estado	• Apostar na inovação e no conhecimento	• Promover a qualidade da informação gerida, produzida e difundida pela ETF

5.2. Objetivos Operacionais – Análise dos Resultados e Desvios

Foram fixados 11 objetivos operacionais para a concretização dos objetivos estratégicos. Tais objetivos operacionais abarcam as principais áreas de atuação da ETF.

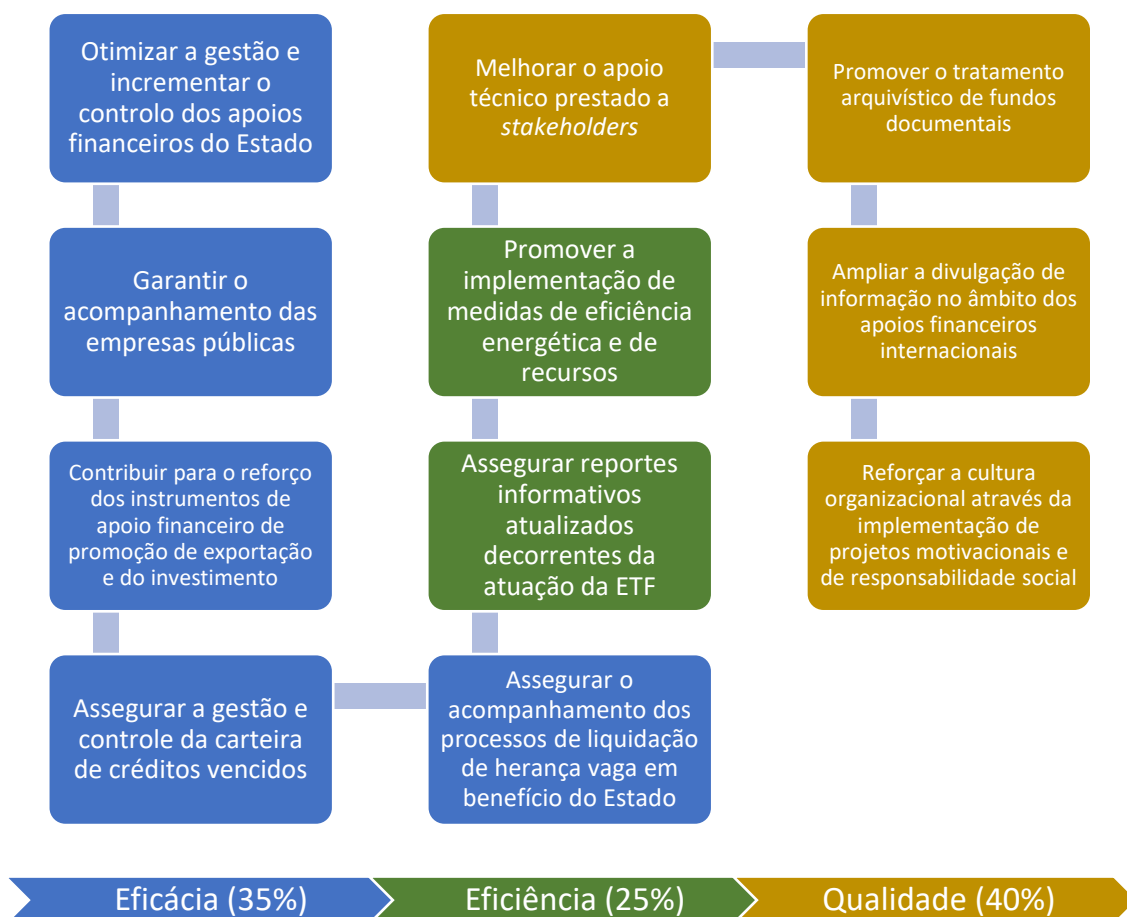
O quadro seguinte espelha o alinhamento dos objetivos operacionais com os objetivos estratégicos.

Quadro 1 | Alinhamento dos objetivos estratégicos e operacionais

		Objetivos Estratégicos		
		Orientar a atividade da ETF para a melhoria da gestão dos ativos financeiros do Estado	Apostar na inovação e no conhecimento	Promover a qualidade da informação gerida, produzida e difundida pela ETF
Objetivos Operacionais	O1. Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado	X		
	O2. Garantir o acompanhamento das empresas públicas	X		
	O3. Contribuir para o reforço dos instrumentos de apoio financeiro de promoção da exportação e do investimento	X		
	O4. Assegurar a gestão e controlo da carteira de créditos vencidos	X		
	O5. Assegurar o acompanhamento dos processos de liquidação de herança vaga em benefício do Estado	X		
	O6. Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da ETF			X
	O7. Promover a implementação de medidas de eficiência energética e de recursos	X	X	
	O8. Melhorar o apoio técnico prestado a stakeholders		X	X
	O9. Promover o tratamento arquivístico de fundos documentais			X
	O10. Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais	X		X
	O11. Reforçar a cultura organizacional através da implementação de projetos motivacionais e de responsabilidade social		X	

Os objetivos operacionais estão distribuídos pelos parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade, com diferente ponderação, e têm associadas metas e indicadores de desempenho.

Figura 5 | Objetivos operacionais



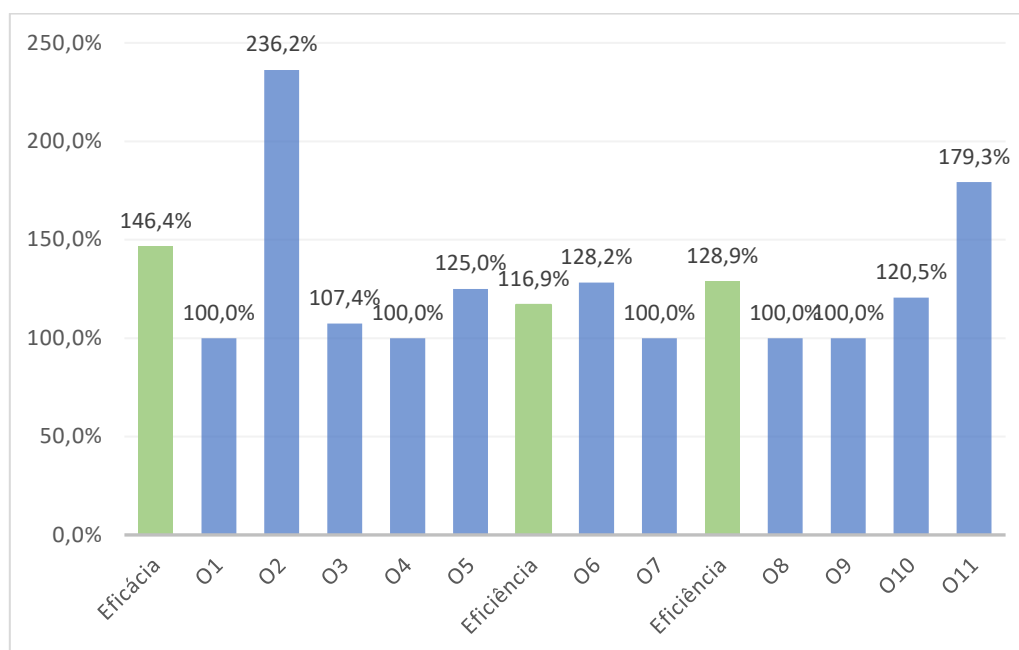
Dos 11 objetivos operacionais, aferidos através de um conjunto de 20 indicadores, **6** foram superados e **5** foram atingidos. Quanto aos indicadores, **11** foram superados e **9** foram atingidos.

Figura 6 | Objetivos, indicadores e taxa de execução



O parâmetro “Eficácia” obteve uma taxa de realização de **146,4%**, o parâmetro “Eficiência” obteve uma taxa de realização de **116,9%** e o parâmetro “Qualidade” obteve uma taxa de realização de **128,9%**. Assim, a taxa de execução final do QUAR ascendeu a **132%**.

Figura 7 | Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2025



O quadro infra contém os objetivos fixados e os resultados obtidos:

Quadro 2 | Taxa de realização do QUAR 2025

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos					
	Planeado	Realizado	Taxa Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Objetivos mais relevantes
EFICÁCIA	35,0%	51,3%	146,4%	Superou	
O1. Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado	15,0%	15,0%	100,0%	Atingiu	5%
O2. Garantir o acompanhamento das empresas públicas	30,0%	70,8%	236,2%	Superou	11%
O3. Contribuir para o reforço dos instrumentos de apoio financeiro de promoção da exportação e do investimento	25,0%	26,8%	107,4%	Superou	9%
O4. Assegurar a gestão e controle da carteira de créditos vencidos	15,0%	15,0%	100,0%	Atingiu	5%
O5. Assegurar o acompanhamento dos processos de liquidação de herança vaga em benefício do Estado	15,0%	18,8%	125,0%	Superou	5%
EFICIÊNCIA	25,0%	29,2%	114,9%	Superou	
O6. Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da ETF	60,0%	76,9%	128,2%	Superou	15%
O7. Promover a implementação de medidas de eficiência energética e de recursos	40,0%	40,0%	100,0%	Atingiu	10%
QUALIDADE	40,0%	51,6%	128,9%	Superou	
O8. Melhorar o apoio técnico prestado a stakeholders	25,0%	25,0%	100,0%	Atingiu	10%
O9. Promover o tratamento arquivístico de fundos documentais	20,0%	20,0%	100,0%	Atingiu	8%
O10. Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais	25,0%	30,1%	120,5%	Superou	10%
O11. Reforçar a cultura organizacional através da implementação de projetos motivacionais e de responsabilidade social	30,0%	53,8%	179,3%	Superou	12%
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100,0%		132,0%		68%

Assim, dos 6 objetivos que foram fixados como mais relevantes, **4** foram superados e **2** foram atingidos.

De seguida, expõem-se, em detalhe, os resultados atingidos e respetivos desvios face ao planeado.

Quadro 3 | Resultados e desvios

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	Planeado	Executado	Classificação		
	35%	51,3%	Superou		
O1 - Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado	Planeado	Executado	Classificação		
	15,0%	15,0%	Atingiu		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.1 Manutenção da carteira de garantias do Estado atualizada, minimizando o número de dias úteis para o registo, em sistema, contados a partir do recebimento da informação dos beneficiários (N.º de dias úteis contados a partir da data de receção da informação)	10	2	7	12	Atingiu
<i>Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DAF. Realce-se que as responsabilidades garantidas ascendiam, a 31 de dezembro de 2025, a cerca de 9.093 milhões de euros, envolvendo uma grande diversidade de entidades beneficiárias e de operações financeiras visadas, incluindo empresas e institutos públicos, regiões autónomas, países terceiros e instrumentos europeus.</i>					
O2. Garantir o acompanhamento das empresas públicas	Planeado	Executado	Classificação		
	30%	70,8%	Superou		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.2 Número de iniciativas com vista ao encerramento da liquidação de entidades públicas (a aferir através das iniciativas realizadas, v.g. informações, ofícios, emails, reuniões)	30	5	38	62	Superou
<i>Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DGPE/DLR. Relativamente à superação, destaca-se que o Fundo de Recuperação – Fundo de Capital de Risco Fechado, cujas UP's foram objeto de venda no último trimestre do ano, envolveram 25 iniciativas, quando não eram expetáveis mais do que 5.</i>					
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.3 Número de Informações no âmbito do acompanhamento do Setor Empresarial do Estado	305	15	324	477	Superou

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DGPE e pela EASSPE. No contexto da reestruturação da ETF em meados do ano, aglutinaram-se os resultados de ambas as unidades orgânicas, incluindo-se também a atividade técnica da ex-UTAM. Foi nesse contexto atípico que o objetivo foi definido, tendo sido superado. O DGPE elaborou 189 documentos técnicos. A EASSPE elaborou 288 documentos técnicos, com a seguinte desagregação: Pareceres - 12 UTAM; Informações - 77 = 55 UTAM + 22 EASSPE; Relatórios de Análise - 240 = 165 UTAM + 75 EASSPE.

Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND. 4 Número de Informações elaboradas referentes ao processo de autorização orçamental das compensações financeiras referentes à prestação de serviço público (concessões, aéreos, passes, outros)	32	5	40	41	Superou

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DGPE. A superação deve-se ao facto de terem sido efetuados pagamentos referentes às adendas dos contratos dos aéreos, bem como maior número de certificações da IGF.

03. Contribuir para o reforço dos instrumentos de apoio financeiro de promoção da exportação e do investimento	Planeado	Executado	Classificação
	25%	26,8%	Superou

Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.5 Número de reuniões de carácter internacional asseguradas no âmbito das relações bilaterais, europeias e multilaterais	40	5	59	54	Superou

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DAF. Nesta sede, releva-se o acompanhamento e a liderança da delegação portuguesa, em diversos fóruns da OCDE e da UE, sobre a temática dos créditos à exportação, destacando-se a participação em 54 reuniões internacionais.

Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.6 Número de propostas apresentadas referentes a apoios financeiros no âmbito de relações comerciais e de ajuda com países terceiros e instituições financeiras internacionais	52	10	64	62	Atingiu

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DAF. Em matéria de apoio à exportação, investimento e demais instrumentos de apoio à internacionalização, relevam-se a preparação e concessão de garantias do Estado, no valor de cerca de 888,73 milhões de euros, assumindo particular importância o mercado de Angola, salientando-se ainda o acompanhamento das responsabilidades garantidas neste âmbito, distribuídas por cerca de 82 países e duas Agências de Crédito à Exportação, bem como o acompanhamento efetuado no processo de transição das competências de ECA para o Banco de Fomento.

O4. Assegurar a gestão e controle da carteira de créditos vencidos	Planeado	Executado	Classificação		
	15%	15%	Atingiu		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.7 N.º de créditos extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação propondo a anulação dos créditos)	61	10	73	62	Atingiu

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DJPC/DRC. Destaca-se o acompanhamento e gestão de mais de três milhares de créditos, donde resultou a extinção de 62 créditos, 43 deles pela confirmação da extinção do direito de crédito e 12 pelo pagamento integral da dívida.

O5. Assegurar o acompanhamento dos processos de liquidação de herança vaga em benefício do Estado	Planeado	Executado	Classificação		
	15%	18,8%	Superou		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.8 Número de processos de liquidação de herança acompanhados	200	8	230	230	Superou

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DJPC. É de referir que se verificou a abertura de mais processos de herança e mais solicitações por parte do Ministério Público e dos Tribunais do que o expectável.

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA	Planeado	Executado	Classificação		
	25%	29,2%	Superou		
O6. Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da ETF	Planeado	Executado	Classificação		
	60%	76,9%	Superou		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação

IND. 9 Prazo médio da divulgação da informação trimestral sobre o valor da recuperação dos créditos vencidos (somatório dos dias úteis corridos após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	5	1	3,75	1,75	Superou
---	----------	----------	-------------	-------------	----------------

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DJPC/DRC. Inclui a média de dias úteis corridos após o término de cada trimestre e o dia da publicação da informação no site da ETF, referente a esse trimestre: inf. sobre 1º trimestre de 2025, divulgada em 01.04.2025, perfazendo 1 dia útil; inf. sobre 2º trimestre de 2025, divulgada em 01.07.2025, perfazendo 1 dia útil; inf. sobre 3º trimestre de 2025, divulgada em 01.10.2025, perfazendo 1 dia útil; inf. sobre 4º trimestre de 2025, divulgada em 07.01.2026, perfazendo 4 dias úteis.

Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND. 10 Número de informações a entidades nacionais ou internacionais no âmbito de auditorias.	80	3	85	83	Atingiu

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DGR. Anualmente, para efeito de prestação de contas, diversas entidades, públicas e privadas, solicitam à ETF que preste informação a ROC/SROC ou emita declarações sobre confirmação de saldos. Em 2025, o número dessas informações ascendeu a 85.

Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.11 Prazo médio em dias corridos da divulgação da informação relativa à composição da carteira de participações financeiras diretas do Estado (somatório dos dias após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	17	2	13	11	Superou

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DGPE. O objetivo foi superado, realçando-se que se têm vindo a envidar esforços para que a publicação seja mais célere e acompanhada pela disponibilização desta informação nos Dados.Gov.

Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
-------------	------	------------	---------------	-----------	---------------

IND. 12 Prazo médio em dias corridos da divulgação da informação relativa ao Prazo Médio de Pagamentos das empresas do SEE, excluindo saúde (somatório dos dias após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	95	2	71	85	Superou
--	----	---	----	----	---------

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DGPE. Tem existido um maior controlo na antecipação da informação, permitindo que o prazo seja cumprindo em menor número de dias.

O7. Promover a implementação de medidas de eficiência energética e de recursos	Planeado	Executado	Classificação		
	40%	40%	Atingiu		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND. 13 Contribuir para a eficiência de recursos materiais definida no ECO.AP 2030, garantindo a manutenção(a) da eficiência material (redução do consumo de papel) já alcançada. (a) considerando a poupança já realizada	66,6%	15,0%	83,3%	74%	Atingiu

*Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DGR/DPGD. Trata-se da percentagem de redução do consumo de papel (cópia & impressão) face a 2019 (486 000fls/123 RH) – (116 500fls /115.31 média RH)) /((consumo papel ano 2019/486 000fls/123))*100] = 74,43%*

OBJETIVOS DE QUALIDADE	Planeado	Executado	Classificação		
	40%	51,6%	Superou		
O8. Melhorar o apoio técnico prestado a stakeholders	Planeado	Executado	Classificação		
	25%	25,0%	Atingiu		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.14 Grau de satisfação dos stakeholders internos e externos com o apoio técnico prestado (% de respostas alcançadas com menções iguais ou superiores a "Bom")	93%	5%	100%	89%	Atingiu

Obs.: A percentagem de respostas com menções positivas (3,4, e 5) no inquérito interno de satisfação foi de 84,25% e a percentagem de respostas com menções positivas (muito bom, bom, suficiente) no inquérito externo de satisfação foi de 93,56%, o que perfaz uma média de 88,9%.

09. Promover o tratamento arquivístico de fundos documentais	Planeado	Executado	Classificação		
	20%	20%	Atingiu		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND.15 % de metros lineares em custódia externa objeto de tratamento arquivístico [(metros lineares em custódia externa tratados / 574 metros lineares em custódia externa)*100]	80%	10%	100%	75%	Atingiu

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DGR/DPGD. É de notar que os técnicos especialistas foram admitidos na ETF, tendo, por isso, a execução correspondido apenas a uma parte do ano.

010. Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais	Planeado	Executado	Classificação		
	25%	30,1%	Superou		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND. 16 Prazo (em dias corridos) de atualização da informação divulgada, após o termo do trimestre a que diz respeito, no âmbito dos apoios financeiros internacionais, em matéria de contribuições e participações em IFIs	25	5	19	19	Superou

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DAF. A superação deste objetivo resultou da aplicação de número médio de dias corridos de divulgação durante os 4 trimestres de 2025 (2 trimestres com 24 dias e dois trimestres com 13 dias). Realça-se a realização das participações e contribuições nas Instituições Financeiras Internacionais, no valor de cerca de 43,59 milhões de euros, incluindo o apoio ao GPEARI na preparação das respetivas bases legais.

Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
--------------------	-------------	-------------------	----------------------	------------------	----------------------

IND. 17 Prazo (em dias corridos) de comunicação à OCDE, no âmbito do exercício da transparência, das notificações das operações de garantia de crédito à exportação após assunção do compromisso	45	5	34	31	Superou
--	----	---	----	----	---------

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DAF. A superação deste objetivo resultou do esforço de cumprimento empenhado por parte do mencionado Departamento, tendo em conta a elevada visibilidade e a dimensão dos projetos, bem como de todas as entidades envolvidas.

Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND. 18 Prazo (em dias corridos) de atualização da informação divulgada, após comunicação à OCDE, sobre a lista das operações de garantia de crédito à exportação e respetiva classificação	30	5	23	35	Atingiu

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DAF.

O11. Reforçar a cultura organizacional através da implementação de projetos motivacionais e de responsabilidade social	Planeado	Executado	Classificação		
	30%	53,8%	Superou		
Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND. 19 Percentagem de trabalhadores e trabalhadoras abrangidos / abrangidas por ações de formação, em regime presencial ou online [(n.º de trabalhadores e trabalhadoras abrangidos/abrangidas por ações de formação/ n.º total de trabalhadores)*100]	65%	3%	70%	97%	Superou

Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pelo DGR/DGP. À data de 31.12.2025, o número total de trabalhadores era 121, dos quais 117 participaram em ações de formação, em regime presencial e/ou online. Deste modo, a percentagem de trabalhadores abrangidos por formação corresponde a 96,7%, apurada nos seguintes termos: $(117 / 121) \times 100 = 96,7\%$

Indicadores	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Classificação
IND. 20 Percentagem de trabalhadores com acesso ao posto de trabalho remoto [(n.º de trabalhadores com acesso ao posto de trabalho remoto/ n.º total de trabalhadores)*100]	95%	3%	100%	95%	Atingiu
<i>Obs.: O resultado deste indicador foi assegurado pela EGSI. A 31.12.2025, o número de trabalhadores da ETF ascendia a 121, dos quais 115 tinham acesso ao posto de trabalho remoto.</i>					

5.3. Principais Condicionantes da Atividade

Atendendo ao processo de reestruturação da DGTF, de extinção, por fusão, da UTAM e da UTAP, e de criação da ETF, a segmentação de procedimentos e de atuações constitui uma condicionante não negligenciável, justificando-se um reforço da articulação e uniformização de procedimentos e da coesão interna. Nesta senda, também a integração e a modernização de ferramentas tecnológicas e de sistemas de informação constituem desafios essenciais em curso.

As dificuldades de retenção de pessoal especializado e de *know-how*, bem como as saídas por aposentação de pessoal experiente, também constituem um fator crítico. A este propósito, refira-se que o cenário de escassez de recursos humanos tem exigido um investimento significativo no reforço dos postos de trabalho, registando-se que a média de idades dos efetivos da ETF era, em 31 de dezembro de 2025, de 51 anos.

No decorrer no ano de 2025, após a conclusão de procedimentos concursais comuns e dos procedimentos de oferta de colocação, ingressaram na ETF 15 profissionais, maioritariamente de idades mais jovens e sem antiguidade na Administração Pública, prevendo-se o ingresso de mais profissionais no ano de 2026.

No que respeita em concreto à UTAP, é patente a dificuldade que se vem sentindo, em face do não acompanhamento da evolução do mercado profissional no sector privado, no que concerne à estabilização da estrutura de recursos humanos desta unidade, *maxime* do corpo de consultores, nomeadamente, a dificuldade em manter e atrair

novos que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas às áreas de atribuição da UTAP, sendo evidente, à data, a criticidade da gestão de recursos humanos para o desenvolvimento da atividade da UTAP. Realça-se, neste particular, que em sentido contrário àquele que é o crescente portfolio e volume de trabalho da UTAP (nas dimensões acima identificadas – project/non project) e sem prejuízo de se prever uma dotação de até 15 consultores, a sua estrutura de recursos humanos nos últimos anos não tem aumentado, ao ponto de em dezembro de 2025, a UTAP integrar apenas 7 consultores (5 financeiros e 2 juristas), sendo que, naturalmente, em face às presentes e crescentes necessidades do Governo em matérias de parcerias público-privadas e grandes projetos, a estrutura revela-se manifestamente exígua, tornando absolutamente premente que, em 2026 se mantenha um enfoque no recrutamento e, bem assim, na criação de condições que possam conduzir a uma estabilização da estrutura de recursos humanos da UTAP.

Por último, note-se que as condicionantes externas têm trazido desafios acrescidos à ETF, designadamente ao nível do acompanhamento do Setor Empresarial do Estado e da necessidade de reforço dos apoios financeiros, em resultado dos contextos económicos e financeiros nacional, europeu e mundial.

5.4. Grau de Satisfação dos Trabalhadores

A ETF realizou um questionário para avaliar o grau de satisfação dos trabalhadores, o qual abrangeu os seguintes domínios:

- Satisfação global com a ETF (imagem da organização; desempenho global da organização; papel da organização na sociedade; relação da organização com os cidadãos e a sociedade; nível de envolvimento dos colaboradores na organização e na missão);
- Condições de trabalho (arquitetura do local de trabalho; ambiente de trabalho/temperatura/iluminação; flexibilidade do horário de trabalho;

possibilidade de conciliar o trabalho com assuntos da vida pessoal; igualdade de oportunidades e de tratamento na organização);

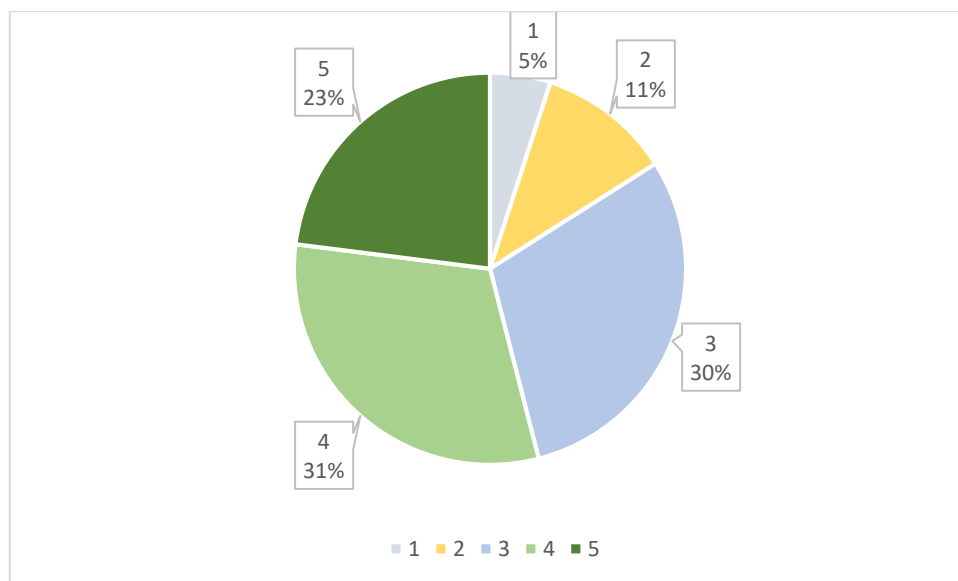
- Higiene, segurança, equipamentos e serviços (equipamentos informáticos disponíveis; condições de higiene);
- Envolvimento e participação na organização (envolvimento em mecanismos de comunicação; participação no processo de tomada de decisão; sistema de comunicação interna; mecanismos de consulta e diálogo entre níveis hierárquicos);
- Apoio técnico prestado (apoio prestado no âmbito de solicitações dos sistemas de informação; apoio prestado aos utilizadores no âmbito de questões de índole informática; apoio prestado no fornecimento de economato; apoio prestado em questões relacionadas com a gestão da assiduidade).

O processo de inquirição foi realizado entre os dias 24 e 26 de fevereiro de 2026, tendo sido disponibilizados questionários a todos os trabalhadores da ETF elegíveis e recebidas 54 respostas.

A análise dos resultados do questionário de satisfação revela que a satisfação média global dos trabalhadores da ETF foi de 3,72 (escala de 1 a 5).

Considerando a escala utilizada de 1 a 5, o cômputo global das respostas às questões, em termos percentuais, pode ser resumido da forma que se segue:

Figura 8 | Resultados globais do questionário de satisfação interno (%)



Por conseguinte, as respostas que demonstraram satisfação positiva (3, 4 e 5) ascenderam a cerca de **84%**.

Do **anexo 8.3** consta a síntese detalhada dos resultados do questionário de satisfação aos trabalhadores.

5.5. Avaliação da Satisfação dos Clientes e Stakeholders

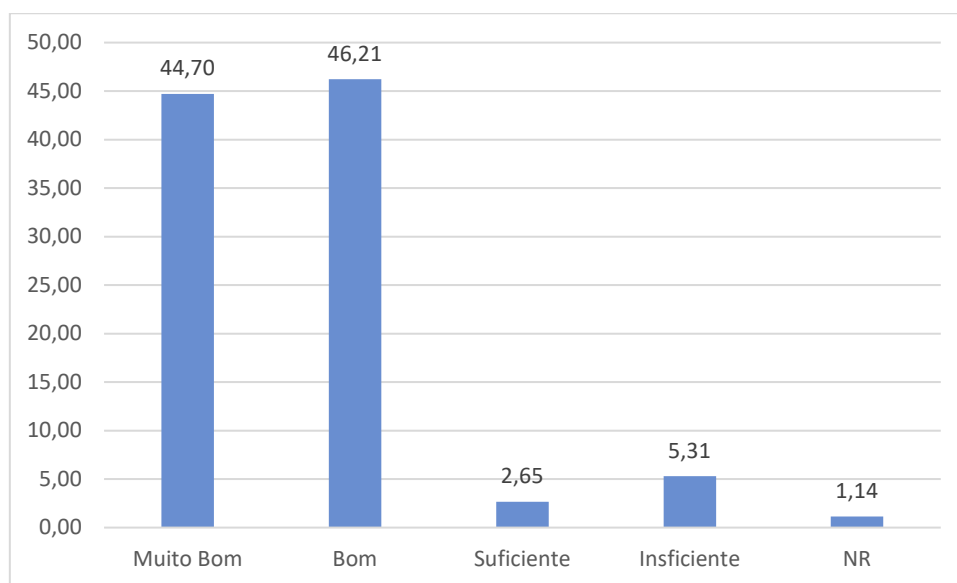
A ETF realizou um questionário para avaliar o grau de satisfação dos clientes e *stakeholders*, o qual se destinou especialmente a empresas do setor empresarial do Estado (utilizadores do sistema de recolha de informação), tendo abrangido os seguintes domínios:

- Qualidade do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos;
- Rapidez do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos;
- Qualidade do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos;
- Rapidez do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos;
- Eficácia na resolução de problemas;
- Simpatia e educação no atendimento.

O processo de inquirição foi realizado entre os dias 16 e 28 de fevereiro de 2026, tendo sido recebidas 44 respostas.

Da análise dos resultados do questionário de satisfação realça-se que a grande maioria dos inquiridos classifica os serviços prestados como “Muito Bom” (44,70%) e “Bom” (46,21%), conforme se pode constatar através do gráfico seguinte:

Figura 9 | Resultados globais do questionário de satisfação externo (%)



Assim, as respostas que demonstraram satisfação positiva (“muito bom”; “bom”; “suficiente”) ascenderam a cerca de **94%**.

Do **anexo 8.4** consta a síntese dos resultados do questionário de satisfação aos clientes e stakeholders.

5.6. Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Os principais mecanismos de controlo interno instituídos na ETF são os seguintes:

Quadro 4 | Principais mecanismos de controlo interno

Mecanismos	Descrição
Código de Conduta	Princípios e normas orientadores que devem pautar a atuação e relacionamento de todos os trabalhadores em exercício de funções, independentemente do cargo ou da carreira em que se encontram integrados. O Código de Conduta encontra-se publicitado no sítio da ETF na intranet e na internet.
"Four eyes principle"	Os procedimentos de decisão assentam em procedimento hierárquico com diferentes níveis de decisão.
Manual de Procedimentos	Existe um manual de procedimentos de suporte às atividades. O Manual encontra-se em revisão.
Encarregado de Proteção de Dados	O Encarregado de Proteção de Dados, cuja contratualização está a cargo da Secretaria-Geral, efetua o acompanhamento e supervisão das matérias relacionadas com as práticas de proteção de dados pessoais.
Sistemas informáticos de suporte ao processamento de dados	Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, designadamente nas áreas financeira e de recursos humanos, fornecidas pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.. Existem diversas aplicações específicas de apoio à atividade operacional, designadamente: Sistema de Informação de Gestão de Bonificações do Estado (SIGB); Sistema de Informação de Garantias e Empréstimos do Estado (SIGE); Sistema de Informação de Recuperação de Créditos (SIRC); Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado (SISEE). É utilizado transversalmente um sistema de gestão documental (Edoclink - SGD).
Políticas de gestão de acesso a informação ou a ativos da entidade	Os ativos tecnológicos estão salvaguardados: • Por restrições físicas, como acessos restritos a salas e equipamentos; • Por restrições lógicas, como proteção da através de sistema de firewall, VPN, acessos e permissões atribuídos a perfis específicos.
Segregação de Funções	Adota-se como procedimento geral a segregação/separação de funções e responsabilidades na atividade de missão e de suporte.

A avaliação do Sistema de Controlo Interno consta do quadro que se segue:

Quadro 5 | Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicação			Fundamentação
	S	N	NA	
1 - Ambiente de controlo				
1.1. Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			
1.2. É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3. Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe um departamento com funções de auditoria interna.
1.4. Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Existe um Código de Conduta.
1.5. Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			



Questões	Aplicação			Fundamentação
	S	N	NA	
1.6. Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			São realizadas reuniões de coordenação.
1.7. O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Sim, por parte do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.
2 - Estrutura organizacional				
2.1. A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2. Qual a percentagem de trabalhadores avaliados de acordo com o SIADAP 3?	X			A 31.12.2025 a ETF contava com 121 trabalhadores em exercício efetivo de funções. Destes apenas 87 são avaliados pelo SIADAP3, uma vez que aos dirigentes e aos consultores não se lhes é aplicável o referido sistema avaliativo. Assim, tendo como base os 87 trabalhadores, a percentagem de avaliados foi de 79,3%, o qual é explicado pelo facto de 18 trabalhadores não se encontrarem em situação elegível para aplicação do SIADAP 3, conforme disposto no artigo 42.º do DL n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, ou seja, 16 trabalhadores não tiveram durante o ciclo avaliativo de 2025 contacto mínimo funcional de 6 meses e 2 trabalhadores solicitaram o arrastamento da última nota detida.
2.3. Qual a percentagem de trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			96,7%
3 - Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1. Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existe um Manual de Procedimentos que se encontra em revisão
3.2. A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3. É elaborado anualmente um plano de compras?	X			Sim, por via da Secretaria-Geral do MF.
3.4. Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		A maioria das funções da ETF, atendendo à sua tecnicidade, não se compadece com sistemas rotativos.
3.5. As responsabilidades funcionais estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6. Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Manual de Procedimentos
3.7. Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Manual de Procedimentos
3.8. Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			O plano de gestão de riscos encontra-se em revisão.
3.9. O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			São elaborados relatórios de avaliação anual e intercalar.
4 - Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1. Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2. As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		

Questões	Aplicação			Fundamentação
	S	N	NA	
4.3. Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X	X		Parcial: Verificação inputs existe; correlação manual entre apps quando necessária. Uptime 99,9%. Falta: Automatização correlação, validação outputs e SLAs, essenciais para fiabilidade/oportunidade/utilidade plena.
4.4. A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5. Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Utilização obrigatória de VPN com duplo fator de autenticação.
4.6. A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Existem mecanismos de salvaguarda (backups) para todos os servidores da ETF.
4.7. A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

5.7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A atuação da ETF, ao longo de 2025, foi enformada pela Lei das Grandes Opções (Lei n.º 45-B/2024, de 31 de dezembro) e pela Agenda 2030.

A Lei das Grandes Opções, influenciada pelas recomendações da União Europeia e pela Agenda 2030, debruça-se sobre matérias de planeamento e programação orçamental plurianual, através da definição de estratégias de desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesa, com vista a contribuir para um país:

- Mais justo e solidário;
- Mais rico, inovador e competitivo;
- Com um Estado mais eficiente;
- Mais democrático, aberto e transparente;
- Mais verde e sustentável;
- Mais global e humanista.

Por sua vez, a mencionada Agenda 2030, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e assinada por 193 Estados-membros, define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) passíveis de contribuir para a erradicação da pobreza, a proteção do planeta e a prosperidade até 2030, tendo norteados a definição

dos diferentes desafios estratégicos, domínios e áreas de política plasmados nas Lei Grandes Opções.

Assim sendo, a atuação da ETF, por intermédio da Lei das Grandes Opções, assenta em objetivos alinhados com os plasmados na Agenda 2030. Assim, os indicadores e os objetivos estratégicos e operacionais definidos no QUAR da ETF relacionam-se com desafios estratégicos e domínios e áreas políticas da Lei das Grandes Opções e, subsequentemente, com os ODS da Agenda 2030, vejamos:

No domínio da sustentabilidade, a atuação da ETF em 2025 assentou numa abordagem integrada das dimensões económica, institucional, social e ambiental, incorporando estes princípios de forma transversal na definição e execução dos seus Objetivos Estratégicos e Operacionais.

Desde logo, no plano económico-financeiro, a melhoria da gestão dos ativos financeiros e patrimoniais do Estado, o reforço do controlo dos apoios financeiros, o acompanhamento do setor empresarial do Estado e a gestão da carteira de créditos vencidos traduziram-se numa contribuição para o objetivo de equilíbrio orçamental e reforma das finanças públicas, consagrado no Eixo 4.1 das Grandes Opções. Ao promover maior rigor, eficiência e previsibilidade na utilização de recursos públicos, a ETF incorporou o princípio da sustentabilidade financeira na sua atuação quotidiana.

Em paralelo, o reforço dos instrumentos de apoio à exportação e ao investimento, bem como a ampliação da divulgação de informação sobre mecanismos financeiros internacionais, não só acompanharam as prioridades de crescimento, internacionalização e competitividade da economia previstas no Eixo 3 das Grandes Opções, como também contribuíram para a concretização dos ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), ao fomentar condições para um desenvolvimento económico mais robusto e estruturado.

No domínio institucional, a promoção da qualidade da informação produzida e divulgada, o reforço dos mecanismos de reporte e a implementação de instrumentos de planeamento, avaliação e cumprimento normativo consolidaram práticas de transparência e responsabilização. Desta forma, a ETF deu execução às orientações do

Eixo 5 das Grandes Opções — “Um país mais democrático, aberto e transparente” — e contribuiu para o ODS 16, designadamente no que respeita ao fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

Acresce que as medidas de modernização administrativa, a desmaterialização de processos e o reforço dos sistemas de informação incorporaram preocupações de eficiência, simplificação e melhoria contínua, promovendo uma Administração Pública mais capacitada, conforme previsto o Eixo 4.2 das Grandes Opções. Também aqui se evidencia o contributo para o ODS 16, ao fortalecer a qualidade institucional e os mecanismos de prestação de contas.

Por sua vez, a aposta na inovação, no conhecimento e na formação contínua dos trabalhadores traduziu-se no reforço da capacitação interna e na melhoria da qualidade do apoio técnico prestado aos *stakeholders*. Esta orientação articula-se com o Eixo 3.2 das Grandes Opções, relativo à educação, ciência e inovação, e com o ODS 4 (Educação de Qualidade), na vertente da aprendizagem ao longo da vida. Paralelamente, a promoção de uma cultura organizacional assente em princípios de responsabilidade, igualdade e inclusão contribuiu para os objetivos de coesão social consagrados nas Grandes Opções e para os ODS 5 (Igualdade de Género) e 10 (Redução das Desigualdades).

Finalmente, no plano ambiental, a integração de medidas de eficiência energética e de racionalização de recursos — designadamente através da desmaterialização de processos e da redução do consumo de papel — evidenciou a incorporação de critérios de sustentabilidade na gestão interna da organização. Estas práticas alinharam-se com o Eixo 6 das Grandes Opções — “Um país mais verde e sustentável” — e com os ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 13 (Ação Climática), refletindo uma preocupação efetiva com a utilização responsável dos recursos.

Nesta sede, a ETF elaborou o relatório para o biénio 2026-2027, referente ao Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública para o período

até 2030 (ECO.AP 2030), relativo à implementação do ECO.AP 2030 nas instalações sob gestão ou utilização da ETF. Este relatório consta do **Anexo 8.5**.

5.8. Medidas de Modernização Administrativa

As medidas de modernização administrativa previstas no Plano de Atividades de 2025 estão especialmente orientadas para a desburocratização, qualidade e inovação administrativa. Assim, ao longo de 2025, a ETF procurou implementar medidas de modernização em linha com os seus Objetivos Estratégicos, designadamente em alinhamento com as orientações para a Transformação Digital na Administração Pública e com aposta na inovação, no conhecimento e na promoção da qualidade da informação gerida, produzida e difundida.

Neste contexto, no ano de 2025, a ETF desenvolveu as seguintes atividades, através da EGSi:

- ✓ Início do processo de modernização dos sistemas de informação que suportam os procedimentos de empréstimos e garantias e bonificações do Estado, bem como da recuperação de créditos;
- ✓ Disponibilização da informação no portal público, garantindo transparência e acesso a dados essenciais aos *stakeholders* internos e externos;
- ✓ Implementação da intranet corporativa para otimizar a comunicação interna, centralizar informações importantes e melhorar o fluxo de trabalho, permitindo promover e difundir a visão e a estratégia da ETF;
- ✓ Disponibilização de novos serviços eletrónicos e melhoria de serviços existentes através da reengenharia de processos e automatização por via da implementação de robots;
- ✓ Fortalecimento da cibersegurança no ecossistema informático da ETF, através de políticas, alertas e recomendações com o objetivo de minimizar as vulnerabilidades nos Sistemas de Informação da ETF, utilizando uma solução de segurança integrada;

- ✓ Continuação da estratégia de aumento dos recursos tecnológicos para apoiar o desempenho das atividades, bem como o aperfeiçoamento dos sistemas já existentes, com o objetivo de oferecer novas funcionalidades aos interlocutores internos e externos.

5.9. Perspetiva de Género, Igualdade e Não Discriminação

A Constituição da República exige que o Estado promova a igualdade entre os homens e mulheres, que ninguém seja prejudicado ou beneficiado em razão do seu sexo ou orientação sexual e que exista igualdade de oportunidades e de remuneração entre todos os que desempenhem o mesmo trabalho. Acresce que, também as Grandes Opções, em particular as que visam promover um país mais justo, solidário e transparente, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, designadamente o ODS 5 (Igualdade de Género), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), implicam que a igualdade, a não discriminação e o respeito pela dignidade humana constituam princípios estruturantes da atuação da Administração Pública em geral e da ETF em particular.

Esta exigência normativa e social, manifesta-se através de um compromisso efetivo, integrado na cultura organizacional da ETF e nos respetivos instrumentos de gestão e práticas quotidianas. Este compromisso, no plano interno, materializa-se através do Código de Conduta da ETF, aprovado em 2025, que estabelece uma base clara e inequívoca de respeito pela igualdade. Um bom exemplo reside no seu artigo 4.º, que determina que nenhum trabalhador pode beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, idade, género, orientação sexual, raça, território de origem, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, instrução, filiação sindical, situação económica ou condição social. Ora, esta exigência de imparcialidade, isenção e independência no exercício de funções, visa que as decisões sejam tomadas com base

em critérios objetivos, acabando por prevenir discriminações diretas ou indiretas e reforçando a confiança na atuação administrativa.

A ETF pretende promover de um ambiente de trabalho assente no respeito dos mais elementares direitos humanos, o que passa por assegurar condições que permitam que todos os trabalhadores se sintam seguros, valorizados e respeitados. Nesse sentido, foram adotadas medidas destinadas à prevenção e ao combate ao assédio e a todas as formas de discriminação, que estão intrinsecamente relacionadas com o Regime Geral De Proteção De Denunciantes De Infrações, previsto na Lei n.º 93/2021, de 20 de Dezembro, e que se encontram expressas nos artigos 17.º e seguintes do Código de Conduta, onde encontramos a definição do que se entende por assédio e onde se estabelecem mecanismos de denúncia acessíveis e confidenciais, que pretendem proteger o denunciante de qualquer forma de retaliação e garantir que as situações de risco podem ser reportadas sem receio. Desta forma, a ETF não só cumpre as suas obrigações legais, como afirma a sua intolerância perante comportamentos abusivos ou discriminatórios e cria condições concretas para a sua prevenção e correção.

O canal de denúncias e o regime de responsabilidade disciplinar e criminal, plasmados nos artigos 18.º e 19.º do Código de Conduta, visam que as irregularidades sejam tratadas através de procedimentos claros, confidenciais e imparciais, o que contribui para a consolidação de um ambiente assente no respeito mútuo, na responsabilização e na transparência, o que é particularmente relevante para o cumprimento do ODS 16, na medida em que se fortalecem as práticas de boa governação e instituições eficazes.

Não menos importante é a política de gestão de pessoas da ETF, que pretende garantir a igualdade no acesso à formação, na avaliação de desempenho e na valorização profissional. Esta aposta na capacitação contínua e na valorização das competências individuais é desenvolvida com base em critérios objetivos, promovendo a já mencionada igualdade de oportunidades e contribuindo para a redução de desigualdades no contexto organizacional e pessoal.

Em 2025, a ETF, enquanto sucessora da DGTF, consolidou e aprofundou o seu compromisso com os princípios da igualdade, da não discriminação e do respeito pela

dignidade da pessoa humana, assegurando a sua concretização efetiva na prática organizacional. Deste modo, o trabalho realizado demonstra não apenas o cumprimento das obrigações legais e institucionais que vinculam a ETF, mas também a afirmação de uma cultura organizacional assente na integridade, na responsabilidade e na promoção ativa de um ambiente de trabalho mais justo, inclusivo e alinhado com os objetivos nacionais e internacionais em matéria de igualdade e boa governação.

Refira-se, por último, que, em 2025, o género mais representativo na ETF correspondeu ao género feminino (61,98%), sendo este género o mais representado nos grupos profissionais de dirigentes, de técnicos superiores e de assistentes técnicos.

5.10. Publicidade Institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho, define que deve ser incluída no relatório de atividades uma secção específica dedicada à informação sintética sobre iniciativas de publicidade institucional.

No que respeita à atividade da ETF, durante o ano de 2025 não se verificou qualquer iniciativa de publicidade institucional.

5.11. Resultado Global da Aplicação do SIADAP 2 e 3

Em 2025, no âmbito do SIADAP 2, não foi realizada a avaliação dos dirigentes intermédios, uma vez que a publicação do Decreto Lei n.º 56/2025, de 31 de março, veio reestruturar a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, aprovar a orgânica da nova Entidade do Tesouro e Finanças (ETF) e extinguir por fusão, a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP), tendo os cargos de dirigente intermédio sido designados em regime de substituição.

Relativamente ao SIADAP 3, foi considerado um universo de 87 trabalhadores, não se incluindo os consultores, uma vez que o sistema integrado de avaliação de desempenho não lhes é aplicável.

Assim, do universo de 87 trabalhadores, 67 foram avaliados por contratualização de objetivos/competências e 1 por ponderação curricular, ou seja, 78,16%, não apresentando a maioria dos restantes requisitos funcionais para a avaliação.

Com efeito, apurado o número total de avaliados detentores de requisitos funcionais para avaliação (68), nos termos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, e, em cumprimento do disposto no artigo 75.º do mesmo diploma legal, que fixa os limites para a diferenciação de desempenhos, os quais garantem, com arredondamento sempre efetuado por excesso, a percentagem máxima fixada para as avaliações finais de desempenho “Muito Bom” (30%), e de entre estas, 10% do total dos trabalhadores para o reconhecimento de mérito (desempenho “Excelente”), e 30% para as avaliações finais qualitativas de desempenho “Bom”, foi calculada a distribuição das quotas máximas totais e por carreira (ou grupos profissionais).

Em conformidade com as quotas máximas apuradas relativas à diferenciação de desempenhos, foram atribuídas 21 menções qualitativas de “Bom” e 21 menções qualitativas de “Muito Bom”, das quais 7 obtiveram reconhecimento de “Excelente”.

5.12. Formação Profissional

A reestruturação de 2025 levou a uma aposta no recrutamento e na manutenção de talento. Assim, a formação profissional desempenhou um papel de destaque no seio da ETF, que reconheceu que o desenvolvimento contínuo de competências constitui um instrumento essencial para a concretização dos seus objetivos.

Neste contexto, foi aprovado e implementado o Plano de Formação para 2025, que foi estruturado com o propósito de assegurar uma articulação estreita entre as atividades desenvolvidas e as necessidades formativas previamente identificadas, promovendo a

formação enquanto instrumento estratégico de apoio à prossecução eficaz e eficiente da missão institucional. Este Plano assentou numa lógica de coerência entre planeamento e execução, orientada para o reforço das competências internas e para a consolidação de uma Administração Pública dinâmica, tecnicamente qualificada e apta a responder às crescentes exigências que sobre ela recaem.

A adoção de novas tecnologias, a progressiva desmaterialização de processos e a crescente complexidade técnica das atribuições conferidas à ETF impuseram um investimento estruturado e consistente na vertente formativa. Assim sendo, foram promovidas ações de formação transversais, iniciativas especificamente orientadas para o reforço das competências técnicas das diferentes unidades orgânicas e ainda formações ajustadas às necessidades individuais de determinados trabalhadores.

No âmbito do plano de formação, foram definidas como prioritárias as formações atinentes aos seguintes temas:

- Integridade e Prevenção da Corrupção;
- Contratação Pública;
- Direito;
- Gestão;
- Línguas Estrangeiras;
- Economia;
- Finanças;
- União Europeia;
- Análise e exploração de dados;
- Transformação digital;
- Conciliação da vida profissional, pessoal e familiar;
- Gestão da Informação Arquivista;
- Capacitação Avançada para o Início de Funções na Carreira de Técnico Superior (CAT — Formação Inicial);
- Segurança e Higiene no Trabalho; e
- *Soft-skills* como:
 - Liderança para a igualdade de género e em contexto público;

- Gestão de conflitos, assertividade e negociação.

No que concerne ao primeiro tema supra elencado, importa ressaltar que o Regime Geral da Prevenção da Corrupção, plasmado no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, impõe a capacitação dos trabalhadores públicos para lidar com situações passíveis de constituir casos de corrupção, o que é concretizado através de programas formativos na área da Integridade e Prevenção da Corrupção.

As competências da ETF na gestão de recursos financeiros e patrimoniais do Estado levam a que as matérias sobre finanças públicas também assumam particular relevância nas formações promovidas ao longo de 2025.

Por outro lado, num mundo cada vez mais digitalizado, a aposta na transformação digital e na análise e exploração de dados também se revela crucial e estratégica. O desenvolvimento das valias tecnológicas vêm reforçar a modernização administrativa e potenciar ganhos de eficiência, transparência e qualidade na prestação do serviço público.

Assim, em 2025, cerca de **97%** dos trabalhadores da ETF frequentaram ações de formação. Verificou-se a participação em **92** ações de formação, correspondendo a **333** participações em iniciativas formativas e envolvendo **117** trabalhadores. No conjunto das ações realizadas foram frequentadas **1751** horas de formação.

Estas formações envolveram as seguintes áreas de educação e formação, de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF):

- Desenvolvimento pessoal;
- Língua e literatura materna;
- Ciência política e cidadania;
- Economia;
- Biblioteconomia, arquivo e documentação;
- Finanças, banca e seguros;
- Gestão e administração;
- Direito;



- Ciências do ambiente;
- Ciências informáticas;
- Informática na ótica do utilizador;
- Proteção de pessoas e bens;
- Segurança e higiene no trabalho.

Do **anexo 8.6** consta o Relatório de Formação.

6. RECURSOS ENVOLVIDOS

6.1. Recursos Humanos

O mapa de pessoal da ETF previa a ocupação, para o ano de 2025, de 206 postos de trabalho, sendo que, em 31 de dezembro, se encontravam ocupados **121** postos de trabalho, conforme o quadro seguinte:

Quadro 6 | Recursos humanos

RECURSOS HUMANOS							
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS 31 DE DEZEMBRO		DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Dirigentes - Direção superior	20	4	80	4	80	0	100%
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de Equipa	16	20	320	17	272	-3	65%
Assessores	12	2	24	0	0	-2	0%
Secretariado	12	1	12	1	12	0	0%
Consultores	12	33	396	16	192	-17	48%
Técnico(a) Superior Especialista / Técnico(a) Superior	12	118	1416	73	876	-45	58%
Especialistas de Informática	12	8	96	3	36	-5	38%
Técnico(a) de Informática	9	5	45	3	27	-2	60%
Coordenador(a) Técnico(a)	9	1	9	0	0	-1	0%
Assistente Técnico(a)	8	10	80	2	16	-8	40%
Assistente Operacional	5	4	20	2	10	-2	50%
TOTAL		206	2498	121	1521	-93	55%

No ano de 2025 observou-se um crescimento do número de efetivos por força da reestruturação da DGTF e extinção, por fusão, da UTAM e da UTAP, cujos trabalhadores foram absorvidos na ETF.

A maior parte dos trabalhadores das unidades extintas e fundidas (UTAM e UTAP) exercem funções em regime de comissão de serviço, em cargos de consultores, sendo que, para efeitos de balanço social, são integrados na carreira de técnico superior. Para além destes, contabilizam-se duas assistentes técnicas, que se encontravam a exercer funções em regime de mobilidade.

O grupo habilitacional da ETF com maior representatividade é o de efetivos com licenciatura (69%), verificando-se uma concentração de profissionais superior a 96,69% do pessoal com habilitação igual ou superior ao 12.º ano de escolaridade.

Por outro lado, a média de idades dos efetivos da ETF é de 51 anos. Destaca-se que a classe modal da variável “idade” entre os 60 e 64 anos contabiliza 21 profissionais. Por conseguinte, no decorrer do ano de 2025, após a conclusão de procedimentos de recrutamento, ingressaram na ETF 15 profissionais, maioritariamente de idades mais jovens e sem antiguidade na Administração Pública, prevendo-se ainda o ingresso de mais 6 profissionais no início de 2026.

Do **anexo 8.7** consta o Balanço Social da ETF de 2025.

6.2. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros executados sob a responsabilidade da ETF ascenderam, em 2025, a 7.389.267.563,94€, correspondendo a uma taxa de execução de **66,3%**, distribuídos conforme o quadro que se segue:

Quadro 7 | Recursos financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS 2025	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO	SALDO	Taxa de Execução
				31/dez		
Orçamento de ATIVIDADES (OA)	8 318 142,00 €	8 318 142,00 €	7 988 161,00 €	6 995 040,58 €	993 120 €	87,6%
Despesas com Pessoal	6 724 589,00 €	6 724 589,00 €	6 564 911,00 €	5 986 161 €	578 750 €	91,2%
Aquisições de Bens e Serviços	1 147 912,00 €	1 147 912,00 €	1 120 396,00 €	936 788 €	183 608 €	83,6%
Juros e Outros Encargos					- €	-
Outras despesas correntes	173 501,00 €	173 501,00 €	0,00 €	0 €	- €	-
Despesas de capital	272 140,00 €	272 140,00 €	302 854,00 €	72 092 €	230 762 €	23,8%
Orçamento de Projetos (OP)	808 000,00 €	808 000,00 €	146 692,00 €	91 542 €	55 150 €	62,4%
Capítulo 60 - Despesas Excecionais (DE)	13 392 926 197,00 €	13 392 926 197,00 €	11 144 643 620,00 €	7 382 180 982 €	3 762 462 638 €	66,2%
TOTAL (OA+OP+DE)	13 402 052 339,00 €	13 402 052 339,00 €	11 152 778 473,00 €	7 389 267 563,94 €	3 763 510 909 €	66,3%

7. AVALIAÇÃO FINAL

À luz do disposto no n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, é da competência do dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

A **taxa de realização do QUAR** da ETF ascendeu a **132%**, destacando-se que:

- ✓ Os três **parâmetros** (Eficácia; Eficiência; Qualidade) foram **superados**;
- ✓ Do total de 11 **objetivos operacionais**, 6 foram **superados** e 5 foram **atingidos**;
- ✓ Dos 6 objetivos qualificados como mais **relevantes**, 4 foram **superados** e 2 foram **atingidos**;
- ✓ Do total de 20 **indicadores**, 11 foram **superados** e 9 foram **atingidos**.

Assim, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, atendendo aos resultados alcançados relativamente aos objetivos operacionais, propõe-se que o desempenho da ETF, em 2025, seja classificado como “desempenho **BOM**”.

8. ANEXOS

8.1. QUAR | Quadro de Avaliação e Responsabilização 2025

QUAR											2025
Quadro de Avaliação e Responsabilização											
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS											
ENTIDADE DO TESOURO E FINANÇAS (ETF)											
MISSÃO:		Assegurar as operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público administrativo e empresarial e da função acionista e assegurar a gestão integrada do património do Estado, com exceção do património imobiliário, bem como a intervenção em operações patrimoniais do setor público, nos termos da lei.									
		Objetivos Estratégicos									
		OE 1. Orientar a atividade da ETF para a melhoria da gestão dos ativos financeiros e patrimoniais do Estado									
OE 2.		Apostar na inovação e no conhecimento									
OE 3.		Promover a qualidade da informação gerida, produzida e difundida pela ETF									
Objetivos Operacionais											
EFICÁCIA											
Ponderação: 35% Peso: 15%											
O1. Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RO.1 Manutenção da carteira de garantias do Estado atualizada, incluindo o número de atos dele para o registo, em sistema, contados a partir do recebimento da informação dos beneficiários, 30 dias após contados a partir da data de receção da informação		n.d.	n.d.	10	10	2	7	100%	12	100%	Atingiu
O2. Garantir o acompanhamento das empresas públicas											
Peso: 30%											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RO.2 Número de iniciativas com vista ao encerramento da liquidação de entidades públicas (a nível de estruturas desativadas, e.g. informações, e-mails, reuniões)		n.d.	n.d.	n.d.	30	5	38	40%	62	200%	Superou
RO.3 Número de informações no âmbito do acompanhamento do Setor Empresarial do Estado		n.d.	n.d.	324	305	15	324	40%	477	326%	Superou
Ind. 4 Número de informações elaboradas referentes ao processo de extinção/encerramento das compensações financeiras referentes à prestação de serviços públicos (concessões, seguros, pensões, outros)		n.d.	n.d.	n.d.	22	5	40	20%	41	128%	Superou
O3. Contribuir para o reforço dos instrumentos de apoio financeiro de promoção da exportação e do investimento											
Peso: 25%											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RO.5 Número de reuniões de caráter internacional asseguradas no âmbito das relações bilaterais, europeias e multilaterais		n.d.	n.d.	59	40	5	59	40%	54	118%	Superou
RO.6 Número de propostas apresentadas referentes a apoios financeiros no âmbito de relações comerciais e de ajuda com juros bancários e instituições financeiras internacionais		n.d.	n.d.	64	52	10	64	60%	62	100%	Atingiu
O4. Assegurar a gestão e controlo da carteira de créditos vendidos											
Peso: 15%											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RO.7 N.º de créditos vendidos (a nível atrelado de data de confirmação de extinção ou da informação propendo a anulação dos créditos)		42	68	73	61	10	73	100%	62	100%	Atingiu
O5. Assegurar o acompanhamento dos processos de liquidação de herança vaga em benefício do Estado											
Peso: 10%											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RO.8 Número de processos de liquidação de herança acompanhados		n.d.	n.d.	200	200	8	230	100%	230	125%	Superou
EFICIÊNCIA											
Ponderação: 25% Peso: 40%											
O6. Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da ETF											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 9 Prazo médio da divulgação da informação trimestral sobre o valor de recuperação dos créditos vendidos (somatório dos dias úteis contados após o fim do trimestre a que a informação reporta até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)		n.d.	n.d.	n.d.	5	1	3,75	25%	3,75	165%	Superou
Ind. 10 Número de informações a entidades nacionais ou internacionais no âmbito de auditorias		n.d.	n.d.	80	80	3	85	25%	83	100%	Atingiu
RO.11 Prazo médio em dias corridos da divulgação da informação relativa à composição da carteira de participações financeiras diretas do Estado (somatório dos dias úteis a partir do trimestre a que a informação reporta até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)		n.d.	23	17	17	2	13	25%	11	138%	Superou
Ind. 12 Prazo médio em dias corridos da divulgação da informação relativa ao Prazo Médio de Pagamento das ações da BIC, emitidas desde o somatório dos dias úteis a partir do trimestre a que a informação reporta até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)		n.d.	n.d.	n.d.	95	2	71	25%	85	110%	Superou
O7. Promover a implementação de medidas de eficiência energética e de recursos											
Peso: 40%											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 13 Contribuir para a eficiência de recursos materiais definida no RLAPE 2025, gerentes a (re)condicionamento da eficiência material (redução do consumo de papel) já alcançada, e (re)condicionamento e (re)condicionamento já realizada		n.d.	n.d.	n.d.	66,6%	15,0%	83,3%	100%	74%	100%	Atingiu
QUALIDADE											
Ponderação: 40% Peso: 25%											
O8. Melhorar o apoio técnico prestado a stakeholders											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RO.14 Grau de satisfação dos stakeholders internos e externos com o apoio técnico prestado (N.º de respostas alinhadas com intenção (sim ou superiores a "Bom")		80%	90%	93%	93%	5%	100%	100%	80%	100%	Atingiu
O9. Promover o tratamento arquivístico de fundos documentais											
Peso: 30%											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RO.15 N.º de metros lineares em custódia externa objeto de tratamento arquivístico (metros lineares em custódia externa tratados / 574 metros lineares em custódia externa)*100		n.d.	n.d.	11%	80%	10%	100%	100%	75%	100%	Atingiu
O10. Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais											
Peso: 25%											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 16 Prazo (em dias corridos) de atualização da informação divulgada, após o termo do trimestre a que diz respeito, no âmbito dos apoios financeiros internacionais, em matéria de contribuições e participações em IRE		n.d.	n.d.	n.d.	25	5	19	50%	19	125%	Superou
Ind. 17 Prazo (em dias corridos) de comunicação à OCDE, no âmbito do exercício da transparência, das notificações das operações de garantia de crédito à exportação após assinatura do compromisso		n.d.	n.d.	n.d.	45	5	34	25%	31	132%	Superou
Ind. 18 Prazo (em dias corridos) de atualização da informação divulgada, após comunicação à OCDE, sobre a taxa das operações de garantia de crédito à exportação e respetiva classificação		n.d.	n.d.	n.d.	30	5	23	25%	35	100%	Atingiu
O11. Reforçar a cultura organizacional através da implementação de projetos motivacionais e de responsabilidade social											
Peso: 30%											
INDICADORES		2022	2023	2024	META 2025	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2025	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 19 Percentagem de trabalhadores e trabalhadores abrangidos / abrangidos por ações de formação, em regime presencial ou online (n.º de trabalhadores e trabalhadores abrangidos/abrangidos por ações de formação/ n.º total de trabalhadores)*100		n.d.	n.d.	63%	65%	3%	70%	50%	97%	256%	Superou
Ind. 20 Percentagem de trabalhadores com acesso ao ponto de trabalho remoto (n.º de trabalhadores com acesso ao ponto de trabalho remoto/ n.º total de trabalhadores)*100		n.d.	n.d.	94%	95%	3%	100%	50%	95%	100%	Atingiu
INDICADORES DE REALIZAÇÃO PARÂMETROS E OBJETIVOS											
		PLANEJADO	REALIZADO		Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos		Classificação		Objetivos mais relevantes		
									Ponderação	Identificação	
EFICÁCIA		35,0%	51,3%		146,6%		Superou				
O1. Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado		15,0%	15,0%		100,0%		Atingiu		0,05		
O2. Garantir o acompanhamento das empresas públicas		30,0%	70,8%		236,2%		Superou		0,11	R	
O3. Contribuir para o reforço dos instrumentos de apoio financeiro de promoção da exportação e do investimento		25,0%	26,8%		107,4%		Superou		0,09		
O4. Assegurar a gestão e controlo da carteira de créditos vendidos		15,0%	15,0%		100,0%		Atingiu		0,05		
O5. Assegurar o acompanhamento dos processos de liquidação de herança vaga em benefício do Estado		15,0%	18,8%		125,0%		Superou		0,05		
EFICIÊNCIA		25,0%	29,2%		116,9%		Superou		0,15	R	
O6. Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da ETF		40,0%	76,9%		192,3%		Superou		0,10	R	
O7. Promover a implementação de medidas de eficiência energética e de recursos		40,0%	40,0%		100,0%		Atingiu		0,10	R	
O8. Melhorar o apoio técnico prestado a stakeholders		25,0%	25,0%		100,0%		Atingiu		0,08	R	
O9. Promover o tratamento arquivístico de fundos documentais		20,0%	20,0%		100,0%		Atingiu		0,08		
O10. Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais		25,0%	30,1%		120,5%		Superou		0,10	R	
O11. Reforçar a cultura organizacional através da implementação de projetos motivacionais e de responsabilidade social		30,0%	33,8%		179,3%		Superou		0,12	R	
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL		100,0%	132,0%		132,0%				1,00	0,08	

8.2. Execução das Atividades por Unidade Orgânica

➤ Departamento de Apoios Financeiros (DAF) e respetivas Divisões

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DAF	Ob1: Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado	Manutenção da carteira de garantias do Estado atualizada, minimizando o número de dias úteis para o registo, em sistema, contados a partir do recebimento da informação dos beneficiários. (N.º de dias úteis contados a partir da data de receção da informação)	10	12	Atingido	OO1; Ind. 1 do QUAR
	Ob2: Ampliar o conhecimento dos instrumentos financeiros internacionais de apoio à cooperação económica.	Número de reuniões de carácter internacional asseguradas no âmbito das relações bilaterais, europeias e multilaterais	40	54	Superado	OO3; Ind. 5 do QUAR
	Ob3: Contribuir para o reforço dos instrumentos de apoio financeiro de promoção da exportação e do investimento e da cooperação com países terceiros	Número de propostas apresentadas referentes a apoios financeiros no âmbito de relações comerciais e de ajuda com países terceiros e instituições financeiras internacionais	52	62	Atingido	OO3; Ind. 6 do QUAR
	Ob4: Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais em matéria de IFIs	Prazo (em dias corridos) de atualização da informação divulgada, após o termo do trimestre a que diz respeito, no âmbito dos apoios financeiros internacionais, em matéria de contribuições e participações em IFIs	25	19	Superado	OO10; Ind. 16 do QUAR; Justificação do resultado face ao valor crítico (19): A superação deste objetivo resultou da aplicação de número médio de dias corridos de divulgação durante os 4 trimestres de 2025 (2 trimestres com 24 dias e dois trimestres com 13 dias)
	Ob5: Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais em matéria de operações de garantia de crédito à exportação	Prazo (em dias corridos) de comunicação à OCDE, no âmbito do exercício da transparência, das notificações das operações de garantia de crédito à exportação após assunção do compromisso	45	31	Superado	OO10; Ind. 17 do QUAR; Justificação do resultado face ao valor crítico (34): A superação deste objetivo resultou do esforço de cumprimento empenhado por parte desta unidade tendo em conta a elevada visibilidade e a dimensão dos projetos bem como de todas as entidades envolvidas.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DAF/DAFI	Ob.1: Ampliar o conhecimento dos instrumentos financeiros internacionais de apoio à cooperação económica.	Número de reuniões de caráter internacional asseguradas no âmbito das relações bilaterais, europeias e multilaterais	40	54	Superado	OO3; Ind. 5 do QUAR
	Ob.2: Contribuir para o reforço dos instrumentos de apoio financeiro de promoção da exportação e do investimento e da cooperação com países terceiros	Número de propostas apresentadas referentes a apoios financeiros no âmbito de relações comerciais e de ajuda com países terceiros e instituições financeiras internacionais	52	62	Atingido	OO3; Ind. 6 do QUAR
	Ob.3: Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais em matéria de IFIs	Prazo (em dias corridos) de atualização da informação divulgada, após o termo do trimestre a que diz respeito, no âmbito dos apoios financeiros internacionais, em matéria de contribuições e participações em IFIs	25	19	Superado	OO10; Ind. 16 do QUAR; Justificação do resultado face ao valor crítico (19): A superação deste objetivo resultou da aplicação de número médio de dias corridos de divulgação durante os 4 trimestres de 2025 (2 trimestres com 24 dias e dois trimestres com 13 dias)
	Ob.4: Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais em matéria de operações de garantia de crédito à exportação	Prazo (em dias corridos) de comunicação à OCDE, no âmbito do exercício da transparência, das notificações das operações de garantia de crédito à exportação após assunção do compromisso	45	31	Superado	OO10; Ind. 17 do QUAR; Justificação do resultado face ao valor crítico (34): A superação deste objetivo resultou do esforço de cumprimento empenhado por parte desta unidade tendo em conta a elevada visibilidade e a dimensão dos projetos bem como de todas as entidades envolvidas.
	Ob.5: Ampliar a divulgação de informação no âmbito dos apoios financeiros internacionais em matéria de operações de garantia de crédito à exportação	Prazo (em dias corridos) de atualização da informação divulgada, após comunicação à OCDE, sobre a lista das operações de garantia de crédito à exportação e respetiva classificação	30	35	Atingido	OO10; Ind. 18 do QUAR

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DAF/DGEAF	Ob.1: Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado	Manutenção da carteira de garantias do Estado atualizada, minimizando o número de dias úteis para o registo, em sistema, contados a partir do recebimento da informação dos beneficiários. (N.º de dias úteis contados a partir da data de receção da informação)	10	12	Atingido	OO1; Ind. 1 do QUAR
	Ob.2: Assegurar a prestação de informação atualizada decorrente da atuação da DGEAF em matéria de responsabilidades contingentes	Prazo médio de prestação de informação trimestral à DGO sobre o valor das responsabilidades garantidas (somatório dos dias úteis corridos após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	20	19	Superado	Extra-QUAR
	Ob.3: Assegurar a prestação de informação atualizada em matéria de concessão de garantias e empréstimos.	N.º médio de dias após final do mês anterior e/ou trimestre anterior para envio de proposta de informação (EFE)	20	7,7	Superado	Extra-QUAR
	Ob.4: Otimizar a gestão da cobrança de receita associada às comissões de garantias concedidas pelo Estado	(n.º de pedidos de pagamento/periodicidade média de vencimento de juros da carteira de garantias) /n.º de garantias em carteira sujeitas a comissão de garantia	90%	94%	Superado	Extra-QUAR
	Ob.5: Assegurar o apoio técnico direto ou indireto aos stakeholders (SEE, Entidades Públicas, Gabinetes Governamentais ou Entidades Privadas/Famílias) no âmbito dos apoios financeiros decorrentes da atuação da DGEAF, em função dos pedidos de esclarecimento formulados	Nº Reuniões realizadas + Emails esclarecimento remetidos ou propostos + Ofícios remetidos ou propostos	100	102	Superado	Extra-QUAR

➤ Departamento de Gestão de Participações do Estado (DGPE) e respetivas Divisões

	Objetivos Unidade Orgânica (Ob)	Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGPE	Ob.1 Elaborar Informações no âmbito do acompanhamento do Setor Empresarial do Estado	Número de Informações elaboradas	186	189	Superado	OO2; Ind. 3 do QUAR (partilhado com o EASSPE)
	Ob.2 Elaborar Informações no âmbito do processo de autorização orçamental das compensações financeiras referentes à prestação de serviço público (concessões, aéreos, passes, outros)	Número de Informações elaboradas	32	41	Superado	OO2; Ind. 4 do QUAR; O indicador foi superado e ficou acima do valor crítico. Tal deveu-se ao facto de terem sido efetuados pagamentos referentes às adendas dos contratos dos aéreos, bem como maior número de certificações da IGF.
	Ob.3 Assegurar reportes informativos atualizados relativamente à composição da carteira de participações diretas do Estado	Prazo médio em dias corridos da divulgação da informação relativa à composição da carteira de participações financeiras diretas do Estado (somatório dos dias após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	17	11	Superado	OO6; Ind. 11 do QUAR; O objetivo foi superado, superior a 125%. Tem-se vindo a envidar esforços para que a sua publicação seja mais célere e acompanhada pela disponibilização desta informação nos Dados.Gov.
	Ob.4 Assegurar reportes informativos atualizados no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas	Prazo médio em dias corridos da divulgação da informação relativa ao Prazo Médio de Pagamentos das empresas do SEE, excluindo saúde (somatório dos dias após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	95	85	Superado	OO6; Ind. 12 do QUAR; Tem existido um maior controlo na antecipação da informação, permitindo que o prazo seja cumprindo em menor número de dias
	Ob5: Garantir uma preparação adequada das assembleias gerais / aprovação de contas anuais.	Número de informações com propostas de deliberação/despacho para as empresas acompanhadas, submetidas com uma antecedência mínima de 5 dias úteis face aos limites legais ou datas estabelecidas para realização das respetivas AGs	14	14	Atingido	Extra-QUAR; Objetivo atingido. Conseguiu-se submeter 14 propostas com antecedência de pelo menos 5 dias uteis face à data de realização das Ags.
	Ob6: Avaliação das necessidades de financiamento das empresas em tempo oportuno face às necessidades demonstradas pelas empresas.	% de propostas deliberação para dotações de capital submetidas superiormente com uma antecedência mínima de 5 dias uteis face à data limite para efetivar a transferência de fundos.	80%	81,3%	Superado	Extra-QUAR; Objetivo superado
	Ob7: Assegurar resposta às solicitações superiores e externas em tempo oportuno	Número de respostas apresentadas com uma antecedência mínima de 1 dia face ao prazo estabelecido	10	13	Superado	Extra-QUAR; Objetivo superado

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
	Ob8: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado	Número de iniciativas com vista ao encerramento da liquidação de entidades públicas (a aferir através das iniciativas realizadas, v.g. informações, ofícios, emails, reuniões)	25 a 35 iniciativas	62	Superado	OO2: Ind.2 do QUAR; O Fundo de Recuperação – Fundo de Capital de Risco Fechado, cujas UP's foram objeto de venda no último trimestre do ano, envolveram 25 iniciativas, quando não eram expeáveis mais do que 5.
	Ob9: Assegurar reportes informativos atualizados sobre as empresas públicas em liquidação	Prazo médio da divulgação da informação trimestral no site da ETF sobre as empresas públicas em liquidação (somatório dos dias úteis corridos após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	6 a 7 dias	6,78	Atingido	Extra-QUAR

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGPE/DEPFI	Ob1: Garantir uma preparação adequada das assembleias gerais / aprovação de contas anuais.	Número de informações com propostas de deliberação/despacho para as empresas acompanhadas, submetidas com uma antecedência mínima de 5 dias úteis face aos limites legais ou datas estabelecidas para realização das respetivas AGs	14	14	Atingido	Extra-QUAR; Objetivo atingido. Conseguiu-se submeter 14 propostas com antecedência de pelo menos 5 dias uteis face à data de realização das Ags.
	Ob2: Avaliação das necessidades de financiamento das empresas em tempo oportuno face às necessidades demonstradas pelas empresas.	% de propostas deliberação para dotações de capital submetidas superiormente com uma antecedência mínima de 5 dias uteis face à data limite para efetivar a transferência de fundos.	80%	81,3%	Superado	Extra-QUAR; Objetivo superado
	Ob3: Assegurar resposta às solicitações superiores e externas em tempo oportuno	Número de respostas apresentadas com uma antecedência mínima de 1 dia face ao prazo estabelecido	10	13	Superado	Extra-QUAR; Objetivo superado

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGPE/ DIMSEE	Ob.1 Elaborar Informações no âmbito do processo de autorização orçamental das compensações financeiras referentes à prestação de serviço publico (concessões, aéreos, passes, outros)	Número de Informações elaboradas	32	41	Superado	OO2; Ind. 4 do QUAR; O indicador foi superado e ficou acima do valor crítico. Tal deveu-se ao facto de terem sido efetuados pagamentos referentes às adendas dos contratos dos aéreos, bem como maior número de certificações da IGF.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
	Ob.2 Assegurar reportes informativos atualizados relativamente à composição da carteira de participações diretas do Estado	Prazo médio em dias corridos da divulgação da informação relativa à composição da carteira de participações financeiras diretas do Estado (somatório dos dias após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	17	11	Superado	OO6; Ind. 11 do QUAR; O objetivo foi superado, superior a 125%. Tem-se vindo a enviar esforços para que a sua publicação seja mais célere e acompanhada pela disponibilização desta informação nos Dados.Gov.
	Ob.3 Assegurar reportes informativos atualizados no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas	Prazo médio em dias corridos da divulgação da informação relativa ao Prazo Médio de Pagamentos das empresas do SEE, excluindo saúde (somatório dos dias após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	95	85	Superado	OO6; Ind. 12 do QUAR; Tem existido um maior controlo na antecipação da informação, permitindo que o prazo seja cumprindo em menor número de dias

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGPE/ DEPNF	Ob.1 Elaborar Informações no âmbito do acompanhamento do Setor Empresarial do Estado	Número de Informações elaboradas	186	189	Superado	OO2; Ind. 3; Embora superado, está em linha com o previsto.
	Ob.2 Garantir a eficiência do processo de decisão pelos membros do governo do sentido de voto do acionista Estado nas AG	Antecipação em dias corridos do envio aos SE dos Relatórios de preparação das AG relativamente à data da AG (somatório dos dias corridos que medeiam entre a apresentação do Relatório/Informação e a data da AG/n.º de AG)	6	12	Superado	Extra-QUAR; A maior parte das Ags foram convocadas ao abrigo do artigo 377º do CSC, havendo a preocupação da marcação ser agendada com a devida antecedência e a entrega da documentação atempada.
	Ob.3 Elaborar proposta de orientações para a elaboração pelas EPNF (sem saúde) dos instrumentos previsionais de gestão	Prazo para apresentação de proposta de orientações para a elaboração pelas EPNF (sem saúde) dos instrumentos previsionais de gestão para n+1 (anual) e para n+1 a n+3 (plurianual) [(n.º de dias úteis decorridos após o final do 1.º semestre do ano n)]	6	N.A.	N.A.	Extra-QUAR; Não aplicável, pois a matéria deixou de estar a cargo do DGPE.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGPE/DLR	Ob1: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado	Número de iniciativas com vista ao encerramento da liquidação de entidades públicas (a aferir através das iniciativas realizadas, v.g. informações, ofícios, emails, reuniões)	25 a 35 iniciativas	62	Superado	OO2; Ind. 2 do QUAR; O Fundo de Recuperação – Fundo de Capital de Risco Fechado, cujas UP's foram objeto de venda no último trimestre do ano, envolveram 25 iniciativas, quando não eram expetáveis mais do que 5.
	Ob2: Contribuir para que as instruções do sentido de voto do acionista Estado nas AG das sociedades em liquidação sejam tempestivamente emitidas	Antecipação da apresentação de proposta de sentido de voto relativamente às datas das AG (somatório do n.º de dias úteis entre a data da apresentação da informação e a data da AG ÷ n.º total de AG)	Prazo médio entre 3 a 7 dias úteis	6,78	Atingido	Extra-QUAR
	Ob3: Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da UO	Prazo de atualização no site da ETF dos dados trimestrais sobre as empresas públicas em liquidação (n.º médio de dias de disponibilização da informação, após o final de cada trimestre)	Prazo médio entre 2 a 4 dias úteis	2,75	Atingido	Extra-QUAR

➤ Departamento Jurídico, de Planeamento e Coordenação (DJPC) e respetivas Divisões

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DJPC	Ob1: Prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas na ETF	Somatório dos dias úteis despendidos na resposta a solicitações / n.º total de pedidos. Inclui as respostas/pareceres dados através de correio eletrónico	Resposta dada no prazo de 12 dias úteis	12	Atingido	Extra-QUAR
	Ob2: Preparar as peças procedimentais e prestar apoio jurídico no âmbito dos procedimentos pré-contratuais de aquisição de serviços	Número de iniciativas/contributos prestados	Entre 15 e 20 iniciativas	22	Superado	Extra-QUAR; O n.º de iniciativas e contributos prestados foram superiores ao planeado, tendo em conta que, não obstante a UO não ter sido confrontada com a abertura de procedimentos pré-contratuais que não se perspectivavam, houve mais intervenções do que o previsto no âmbito de cada procedimento, dada a respetiva complexidade .
	Ob3: Assegurar o acompanhamento dos processos de liquidação de herança vaga em benefício do Estado	Número de processos de liquidação de herança acompanhados	220	230	Superado	OOS; Ind. 8 do QUAR; Verificou-se a abertura de mais processos de herança e mais solicitações por parte do MP e dos Tribunais do que o expectável.
	Ob4: Apresentar contributos sobre projetos de diplomas legais	Data da apresentação de contributos	Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades operacionais	8	Atingido	Extra-QUAR

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
	Ob5: Apresentar propostas de instrumentos de gestão no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (Plano de Atividades e Relatório de Atividades) e do Programa de Cumprimento Normativo	Data da apresentação de proposta	Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades operacionais	2	Superado	Extra-QUAR; Inclui a média das propostas de: - Resposta às questões do GPEARI relativamente à proposta do Relatório de Atividades da DGTF 2024; - QUAR e Plano de Atividades da ETF 2026; - Código de Conduta; - Relatório de avaliação intercalar do PPR da DGTF 2025; - Relatório de avaliação anual do PPR da DGTF 2024.
	Ob6: Contribuir para a otimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da ETF	Número de créditos extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação propondo a anulação dos créditos)	51 a 71 processos concluídos/extintos	62	Atingido	OO4; Ind. 7 do QUAR
	Ob7: Assegurar reportes informativos atualizados sobre o valor da recuperação dos créditos vencidos	Prazo médio da divulgação da informação trimestral no site da DGTF sobre o valor da recuperação dos créditos vencidos (somatório dos dias úteis corridos após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	6 a 7 dias	1,75	Superado	OO6; Ind. 9 do QUAR; inclui a média de dias úteis corridos após o termino de cada trimestre e o dia da publicação da informação no site da ETF, referente a esse trimestre. - inf. Sobre 1º trimestre de 2025, divulgada em 01.04.2025, perfazendo 1 dia útil. - inf. Sobre 2º trimestre de 2025, divulgada em 01.07.2025, perfazendo 1 dia útil. - inf sobre 3º trimestre de 2025, divulgada em 01.10.2025, perfazendo 1 dia útil. - inf sobre 4º trimestre de 2025, divulgada em 07.01.2026, perfazendo 4 dias úteis.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DJPC/DRC	Ob1: Promover diligências tendentes à recuperação dos créditos vencidos.	Número de iniciativas realizadas (a aferir através das informações submetidas a despacho e dos ofícios expedidos)	500 a 700 iniciativas	581	Atingido	Extra-QUAR
	Ob2: Contribuir para a otimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da ETF	Número de processos de recuperação de créditos concluídos/extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação propondo a anulação)	51 a 71 processos concluídos/extintos	62	Atingido	OO4; Ind. 7 do QUAR
	Ob3: Assegurar reportes informativos atualizados sobre o valor da recuperação dos créditos vencidos	Prazo médio da divulgação da informação trimestral no site da DGTF sobre o valor da recuperação dos créditos vencidos (somatório dos dias úteis corridos após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data da sua disponibilização/n.º de divulgações)	6 a 7 dias	1,75	Superado	OO6; Ind. 9 do QUAR; inclui a média de dias úteis corridos após o termino de cada trimestre e o dia da publicação da informação no site da ETF, referente a esse trimestre. - inf. Sobre 1º trimestre de 2025, divulgada em 01.04.2025, perfazendo 1 dia útil. - inf. Sobre 2º trimestre de 2025, divulgada em 01.07.2025, perfazendo 1 dia útil. - inf sobre 3º trimestre de 2025, divulgada em 01.10.2025, perfazendo 1 dia útil. - inf sobre 4º trimestre de 2025, divulgada em 07.01.2026, perfazendo 4 dias úteis.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DJPC/DPAG	Ob1: Apresentar propostas de instrumentos de gestão no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (Plano de Atividades e Relatório de Atividades)	Data da apresentação de proposta	Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades operacionais	0	Superado	Extra-QUAR; Inclui a média de: - Resposta às questões do GPEARl relativamente à proposta do Relatório de Atividades da DGTF 2024 (o último contributo foi recebido em 15/09/2025 e a resposta ao GPEARl foi dada em 15/09/2025, perfazendo 0 dias úteis); - Proposta de QUAR e de Plano de Atividades da ETF 2026 (o último contributo foi recebido em 27/11/2025 e a proposta de QUAR e de Plano de Atividades foi enviada à consideração superior em 27/11/2025, perfazendo 0 dias úteis).
	Ob2: Apresentar propostas de instrumentos relativos ao Programa de Cumprimento Normativo, incluindo Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetivos Relatórios de Execução	Data da apresentação de proposta	Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades operacionais	3	Superado	Extra-QUAR; Inclui a média de: - Código de Conduta (o último contributo foi recebido em 17/11/2025 e a proposta de Código de Conduta foi enviada à consideração superior em 18/11/2025, perfazendo 1 dia útil); - Relatório de avaliação anual do PPR da DGTF 2024 (o último contributo foi recebido em 27/02/2025 e a proposta de relatório foi enviada à consideração superior em 07/03/2025, perfazendo 7 dias úteis); - Relatório de avaliação intercalar do PPR da DGTF 2025 (o último contributo foi recebido em 22/09/2025 e a proposta de relatório foi enviada à consideração superior em 24/09/2025, o que perfaz 2 dias úteis).

➤ Departamento de Gestão de Recursos (DGR) e respetivas Divisões

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGR	Ob1: Assegurar o acompanhamento da emissão, circulação e destruição de moeda metálica	Prazo de atualização/prestação da informação a partir da data em que são conhecidos os movimentos/procedimentos, designadamente do BdP e da INCM	No máximo 21 dias úteis.	18 dias úteis	Superado	Extra-QUAR; A média anual foi de 18 dias úteis
	Ob2: Assegurar a disponibilização a outras entidades de informação financeira/orçamental e/ou de transferência de verbas, após a receção dos contributos das competentes unidades orgânicas da ETF e/ou de outros organismos	N.º de dias úteis após a data de recolha dos contributos e a disponibilização da informação à(s) entidade(s) requerente(s). Considera-se a disponibilização de informação ao Governo, DGO, TdC, SROCs e outras entidades públicas e privadas	No máximo 8 dias úteis.	8 dias úteis	Atingido	Extra-QUAR; Verifica-se que na generalidade foram cumpridas as datas indicadas para o envio da informação solicitada
	Ob3: Assegurar a disponibilização de informação relativa à gestão financeira de patrimónios autónomos	N.º de dias para a disponibilização da informação contados a partir da recolha de toda a informação relevante	Relatórios no prazo previsto legalmente; Aplicações financeiras - entrega os dados com um dia útil após o início da aplicação; informação solicitada pelos órgãos diretivos ou pelo Governo - cumprimento atempado do prazo estabelecido	Todos as metas foram superadas	Superado	Extra-QUAR; Os prazos estabelecidos foram todos cumpridos, sendo na maioria das vezes em data anterior à solicitada/prevista
	Ob4: Promover o tratamento arquivístico de fundos documentais	% metros lineares de documentação tratada (eliminada; acondicionada/descrita; direcionada para organismo setorial correspondente), com referência a universo prioritário até 794 metros lineares	32%-42%	35%	Atingido	Extra-QUAR; Os técnicos especialistas foram admitidos na ETF, tendo por isso a execução correspondido apenas a uma parte do ano.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
		% de metros lineares em custódia externa objeto de tratamento arquivístico [(metros lineares em custódia externa tratados / 574 metros lineares em custódia externa) *100]	70%-90%	75%	Atingido	009; Ind. 15 do QUAR; Os técnicos especialistas foram admitidos na ETF, tendo por isso a execução correspondido apenas a uma parte do ano.
	Ob5: Promover a qualidade do apoio técnico prestado no âmbito da gestão de recursos (RH, condições de trabalho, aprovisionamento/economato e pesquisas documentais - expediente e arquivo)	Grau de satisfação dos utilizadores com o apoio técnico prestado	3,9-4,2	3,7	Não Atingido	008; Ind. 14 do QUAR; É de salientar, no âmbito da reestruturação da ETF, as ações inerentes à redistribuição dos colaboradores pelos diversos departamentos e divisões, que implicou alterações de registo em bases de dados de recursos humanos, bem como a respetiva reafecção física, através da operacionalização da mudança para os novos locais de trabalho
	Ob6: Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da ETF	Número de informações a entidades nacionais ou internacionais no âmbito de auditorias	80	83	Atingido	006; Ind. 10 do QUAR; Anualmente, para efeito de prestação de contas, diversas entidades, públicas e privadas, solicitam à ETF que preste informação a ROC/SROC ou emita declarações sobre confirmação de saldos. Em 2025, o número dessas informações ascendeu a 85.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGR/DGFO	Ob1: Elaboração da proposta de orçamento do Capítulo 60 - Despesas Excepcionais/ETF (serviço 1018)	Prazo estabelecido pela DGO para o carregamento da proposta de orçamento no SOE-Sistema de Orçamento de Estado	Cumprimento do prazo estabelecido	01/08/2025	Atingido	Extra-QUAR; A proposta de orçamento para 2026 foi submetida no SOE no dia 1 de agosto, conforme o estabelecido no ponto 102 da Circular n.º 1412 da EO, de 23 de junho.
	Ob2: Gestão e acompanhamento da execução orçamental das dotações inscritas nos orçamentos do Capítulo 60º - Despesas Excepcionais (serviço 1018)	N.º de dias para análise e preparação do pedido de autorização das alterações orçamentais e autorização dos pagamentos no Sistema Gerfip, através de dotações inscritas	Tempo de resposta <3 dias úteis	1 dia útil	Superado	Extra-QUAR; O contributo para a redação das propostas de alterações orçamentais (solicitado pelas UO) é geralmente prestado no dia em que é solicitado. Os pagamentos são na generalidade aprovados no sistema Gerfip no dia em que são solicitados, salvo não haja saldo de caixa suficiente (a exceção).
	Ob3: Colaboração na elaboração da Contas de gerência e documentação anexa à prestação de contas relativa ao ano 2024 do Capítulo 60 - Despesas Excepcionais/ETF (serviço 1018)	Prazo legal estabelecido para a submissão on-line da Conta de Gerência	Cumprimento do prazo estabelecido	31/03/2025	Atingido	Extra-QUAR; O prazo estabelecido para a submissão da conta de gerência foi cumprido, conforme guia de remessa obtida no site do Tribunal de Contas.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGR/DGPEM	Ob1: Assegurar o acompanhamento da emissão, circulação e destruição de moeda metálica	Prazo de atualização/prestação da informação a partir da data em que são conhecidos os movimentos/procedimentos, designadamente do BdP e da INCM	No máximo 21 dias úteis.	18 dias úteis	Superado	Extra-QUAR; A média anual foi de 18 dias úteis
	Ob3: Assegurar a disponibilização de informação relativa à gestão financeira de patrimónios autónomos	N.º de dias para a disponibilização da informação contados a partir da recolha de toda a informação relevante	Relatórios no prazo previsto legalmente; Aplicações financeiras - entrega os dados com um dia útil após o início da aplicação; informação solicitada pelos órgãos diretivos ou pelo Governo - cumprimento atempado do prazo estabelecido	Cumprimento dos prazos	Atingido	Extra-QUAR; Relatórios entregues até ao prazo legalmente estabelecido; aplicações financeiras ordenadas até à véspera do respetivo início; solicitações efetuadas pelos órgãos diretivos ou pelo Governo na data indicada no pedido.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGR/ DGP	Ob1: Contribuir para o processo de planeamento e atuação da ETF	N.º de Manuais/Documentos orientadores e instrumentos de gestão produzidos em matérias da competência direta da DGR e N.º de contributos para documentos de gestão elaborados na ETF (inclui dados produzidos em matéria de RH e outras áreas de competências da DSJC/DGR, reportados para efeitos de gestão, monitorização e reporte)	9 _ 12	14	Superado	Extra-QUAR; 1. Novo procedimento para levantamento das necessidades de formação; 2. Novo formulário para o levantamento das necessidades de formação; 3. Revisão das regras de Teletrabalho na ETF; 4. Novo formulário para solicitação do regime de teletrabalho; 5. Novo formulário para solicitação de autorização de acumulação de funções; 6. Elaboração do Manual de Acolhimento para novos colaboradores; 7. Revisão do Regulamento de funcionamento do CCAETF; 8. Elaboração do Plano de Formação 2026; 9. Carregamento Trimestral do SIOE; 10. Elaboração do mapa de pessoal para o ano de 2026; 11. Elaboração da proposta de OE para o ano de 2026 no que diz respeito às despesas com pessoal; 12. Elaboração do Balanço Social de 2024; 13. Elaboração do Relatório anual de formação de 2024; 14. Elaboração do Plano de Formação para o ano de 2025.
	Ob2: Elaborar a proposta de Mapa de Pessoal 2026 e correspondente proposta de orçamento para o agrupamento 01 "despesas com o pessoal" do POE/2026	Data estabelecida superiormente para remessa à SGMF da proposta de Orçamento e resposta a pedidos de esclarecimentos em 24 horas	Data cumprida e respostas emitidas no tempo definido	sim	Atingido	Extra-QUAR; O mapa de pessoal 2026 e correspondente proposta de orçamento para o agrupamento 01 "despesas com o pessoal" do POE/2026 foi enviada por email a 29.07.2025 para a SG

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
	Ob3: Promover a formação das pessoas que trabalham na ETF	Percentagem de trabalhadores e trabalhadoras abrangidos / abrangidas por ações de formação, em regime presencial ou online [(n.º de trabalhadores e trabalhadoras abrangidos/abrangidas por ações de formação/ n.º total de trabalhadores) *100]	62%-68%	96,70%	Superado	OO11; Ind. 19 do QUAR; À data de 31.12.2025, o número total de trabalhadores era de 121, dos quais 117 participaram em ações de formação, em regime presencial e/ou online. Deste modo, a percentagem de trabalhadores abrangidos por formação corresponde a 96,7%, apurada nos seguintes termos: $(117 / 121) \times 100 = 96,7\%$

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
DGR/DPGD	Ob1: Contribuir para a eficiência de recursos materiais definida no ECO.AP 2030, garantindo a manutenção(a) da eficiência material (redução do consumo de papel) já alcançada. <i>(a) considerando a poupança já realizada</i>	% redução do consumo de papel (cópia & impressão) face a 2019 [(((consumo papel ano 2019/n.º RH a 31DEZ2019) – (consumo papel ano 2025/média ponderada do n.º de RH em 2025)) / (consumo papel ano 2019/n.º RH a 31DEZ2019)]*100]	51,6%-81,6%	52%	Atingido	007; Ind. 13 do QUAR Não inclui valores da UTAP.
	Ob2: Promover o tratamento arquivístico de fundos documentais	% metros lineares de documentação tratada (eliminada; acondicionada/descrita; direcionada para organismo setorial correspondente), com referência a universo prioritário até 794 metros lineares	32%-42%	35%	Atingido	Extra-QUAR; Os técnicos especialistas foram admitidos na ETF, tendo por isso a execução correspondido apenas a uma parte do ano.
		% de metros lineares em custódia externa objeto de tratamento arquivístico [(metros lineares em custódia externa tratados / 574 metros lineares em custódia externa) *100]	70%-90%	75%	Atingido	009; Ind. 15 do QUAR; Os técnicos especialistas foram admitidos na ETF, tendo por isso a execução correspondido apenas a uma parte do ano.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
	Ob3: Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, condições de trabalho, aprovisionamento/economato e pesquisas documentais (expediente e arquivo)	Grau de satisfação dos utilizadores com o apoio técnico prestado	3,9-4,2	3,7	Não Atingido	008; Ind 14 do QUAR; É de salientar, no âmbito da reestruturação da ETF, as ações inerentes à redistribuição dos colaboradores pelos diversos departamentos e divisões, que implicou alterações de registo em bases de dados de recursos humanos, bem como a respetiva reafecção física, através da operacionalização da mudança para os novos locais de trabalho

➤ **Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP)**

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
UTAP	Ob. 1 Publicação de Boletins Trimestrais e correspondentes documentos simplificados de acompanhamento de PPPs	Número de boletins publicados	8	8	Atingido	Extra-QUAR; O atraso, da responsabilidade do sector da saúde e do Metro do da Porto, no âmbito da preparação e estruturação das novas PPP relativas ao HCA e ao novo contrato de subconcessão do MdP, respetivamente, implicou uma acumulação de trabalho não previsível e de carácter urgente nos meses de novembro e dezembro, uma vez que estes projetos foram considerados prioritários pelo Governo e tinham de estar concluídos no final do ano de 2025, o que implicou uma alocação quase total dos recursos da UTAP, o que implicou um atraso na publicação do último boletim trimestral (só publicado em 2026). Sem prejuízo no que respeita às obrigações de reporte, foi ainda elaborada a Nota relativa à Conta Geral do Estado de 2024, considerando-se como tal a meta fixada quanto à publicação de boletins e documentos conexos como atingida.

➤ **Equipa de Avaliação e Supervisão do Setor Público Empresarial (EASSPE)**

	Objetivos Unidade Orgânica (Ob)	Indicadores	Meta	Resultados	Nota explicativa
EAS SPE	Ob.1 Elaborar Informações no âmbito do acompanhamento do Setor Empresarial do Estado	Número de Informações elaboradas	119	288	Superado Concorre para o 002; Ind. 3 do QUAR . Desagregação dos documentos técnicos elaborados: Pareceres - 12 UTAM; Informações - 77 = 55 UTAM + 22 EASSPE; Relatórios de Análise - 240 = 165 UTAM + 75 EASSPE.

➤ **Equipa de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação (EGSI)**

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultados		Nota explicativa
EGSI	Ob.1 Disponibilizar uma nova intranet corporativa para otimizar a comunicação interna e centralizar informações importantes	Data de disponibilização da nova plataforma	Maio	Abril	Superado	Extra-QUAR; Evidência através dos Log's de sistema
	Ob.2 Assegurar o apoio aos utilizadores através do apoio informático	Número de pedidos de apoio prestados/número de pedidos solicitados	96%	99%	Superado	Extra-QUAR; Evidência obtida através da plataforma os Ticket. Foram recebidos 1339 pedidos e fechados 1330.
	Ob.3 Assegurar a disponibilidade da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação	Tempo de disponibilidade dos sistemas de informação	98%	99%	Superado	Extra-QUAR; Evidência através dos Log's de sistema
	Ob.4 Garantir a monitorização técnica da execução dos serviços de manutenção preventiva e evolutiva do SISEE	Número de melhorias implementadas	5	8	Superado	Extra-QUAR; Evidência através dos relatórios de backlog enviados semanalmente pela equipa técnica do fornecedor dos serviços de manutenção preventiva e evolutiva do SISEE
	Ob.5 Reforçar a cultura organizacional através da implementação de projetos motivacionais e de responsabilidade social	Percentagem de trabalhadores com acesso ao posto de trabalho remoto [(n.º de trabalhadores com acesso ao posto de trabalho remoto/ n.º total de trabalhadores)*100]	95%	95%	Atingido	OO11; Ind.20 do QUAR; A 31/12/2025, o número de trabalhadores ascendia a 121, dos quais 115 tinham acesso ao posto de trabalho remoto.

8.3. Síntese dos Resultados do Questionários de Satisfação aos Trabalhadores

Statistics:

Inquérito de satisfação dos colaboradores da Direção Geral do Tesouro e Finanças - 2025

Satisfação global com a ETF : Imagem da organização

		Answers	Ratio
1		0	0 %
2		8	14.81 %
3		9	16.67 %
4		22	40.74 %
5		15	27.78 %
No Answer		0	0 %

Satisfação global com a ETF : Desempenho global da organização

		Answers	Ratio
1		0	0 %
2		5	9.26 %
3		14	25.93 %
4		18	33.33 %
5		17	31.48 %
No Answer		0	0 %

Satisfação global com a ETF : Papel da organização na sociedade

		Answers	Ratio
1		1	1.85 %
2		3	5.56 %
3		8	14.81 %
4		17	31.48 %
5		25	46.3 %
No Answer		0	0 %

Satisfação global com a ETF : Relação da organização com os cidadãos e a sociedade

		Answers	Ratio
1		2	3.7 %
2		7	12.96 %
3		16	29.63 %
4		16	29.63 %
5		13	24.07 %
No Answer		0	0 %

Satisfação global com a ETF : Nível de envolvimento dos colaboradores na organização e na missão

		Answers	Ratio
1		1	1.85 %
2		7	12.96 %
3		18	33.33 %
4		15	27.78 %
5		13	24.07 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com as condições de trabalho : Arquitetura do local de trabalho

		Answers	Ratio
1		3	5.56 %
2		6	11.11 %
3		18	33.33 %
4		11	20.37 %
5		16	29.63 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com as condições de trabalho : Ambiente de trabalho (temperatura, iluminação, ...)

		Answers	Ratio
1		4	7.41 %
2		11	20.37 %
3		12	22.22 %
4		16	29.63 %
5		11	20.37 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com as condições de trabalho : Flexibilidade do horário de trabalho

		Answers	Ratio
1		1	1.85 %
2		3	5.56 %
3		7	12.96 %
4		18	33.33 %
5		25	46.3 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com as condições de trabalho : Possibilidade de conciliar o trabalho com assuntos da vida pessoal

		Answers	Ratio
1		1	1.85 %
2		5	9.26 %
3		11	20.37 %
4		15	27.78 %
5		22	40.74 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com as condições de trabalho : Igualdade de oportunidades e de tratamento na organização

		Answers	Ratio
1		1	1.85 %
2		9	16.67 %
3		12	22.22 %
4		15	27.78 %
5		17	31.48 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com a higiene, segurança, equipamentos e serviços : Equipamentos informáticos disponíveis (hardware e software)

		Answers	Ratio
1		2	3.7 %
2		2	3.7 %
3		12	22.22 %
4		25	46.3 %
5		13	24.07 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com a higiene, segurança, equipamentos e serviços : Condições de higiene

		Answers	Ratio
1		1	1.85 %
2		3	5.56 %
3		20	37.04 %
4		16	29.63 %
5		14	25.93 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com o envolvimento e participação na organização : Envolvimento em mecanismos de comunicação

		Answers	Ratio
1		6	11.11 %
2		8	14.81 %
3		15	27.78 %
4		12	22.22 %
5		13	24.07 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com o envolvimento e participação na organização : Participação no processo de tomada de decisão

		Answers	Ratio
1		7	12.96 %
2		10	18.52 %
3		13	24.07 %
4		11	20.37 %
5		13	24.07 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com o envolvimento e participação na organização : Sistema de comunicação interna

		Answers	Ratio
1		9	16.67 %
2		10	18.52 %
3		10	18.52 %
4		13	24.07 %
5		12	22.22 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com o envolvimento e participação na organização : Mecanismos de consulta e dialogo entre níveis hierárquicos

		Answers	Ratio
1		7	12.96 %
2		6	11.11 %
3		10	18.52 %
4		13	24.07 %
5		18	33.33 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com o apoio técnico prestado : Apoio prestado no âmbito de solicitações dos sistemas de informação

		Answers	Ratio
1		0	0 %
2		4	7.41 %
3		14	25.93 %
4		18	33.33 %
5		18	33.33 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com o apoio técnico prestado : Apoio prestado aos utilizadores no âmbito de questões de índole informática

		Answers	Ratio
1		0	0 %
2		5	9.26 %
3		13	24.07 %
4		15	27.78 %
5		21	38.89 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com o apoio técnico prestado : Apoio prestado no fornecimento de economato

		Answers	Ratio
1		4	7.41 %
2		5	9.26 %
3		9	16.67 %
4		21	38.89 %
5		15	27.78 %
No Answer		0	0 %

Satisfação com o apoio técnico prestado : Apoio prestado em questões relacionadas com a gestão de assiduidade

		Answers	Ratio
1		2	3.7 %
2		1	1.85 %
3		5	9.26 %
4		18	33.33 %
5		28	51.85 %
No Answer		0	0 %

Identifique a sua posição face à orgânica da ETF

		Answers	Ratio
Dirigentes Intermédios		6	11.11 %
Outros Colaboradores		48	88.89 %
No Answer		0	0 %

Indique o seu género

		Answers	Ratio
Masculino		13	24.07 %
Feminino		41	75.93 %
No Answer		0	0 %

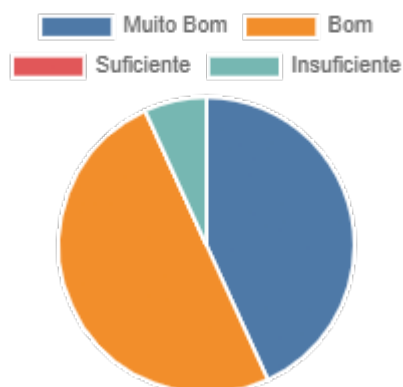


8.4. Síntese dos Resultados do Questionários de Satisfação aos Clientes e Stakeholders

Statistics: Inquérito satisfação do ano de 2025 para os utilizadores do sistema de recolha de informação

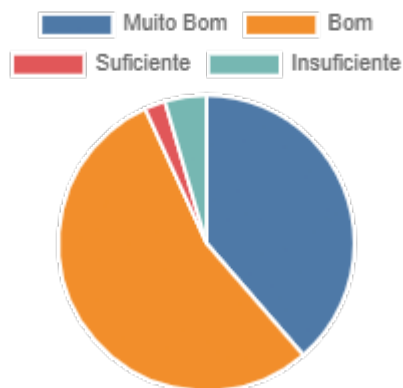
Qualidade do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos:

		Answers	Ratio
Muito Bom		19	43.18 %
Bom		22	50 %
Suficiente		0	0 %
Insuficiente		3	6.82 %
No Answer		0	0 %



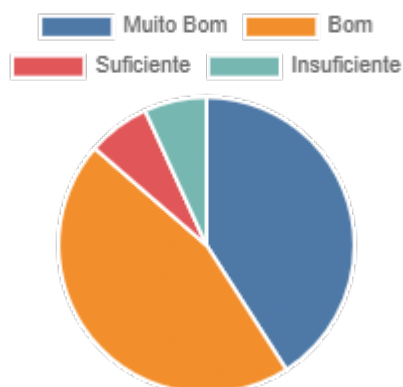
Rapidez do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos:

		Answers	Ratio
Muito Bom		17	38.64 %
Bom		24	54.55 %
Suficiente		1	2.27 %
Insuficiente		2	4.55 %
No Answer		0	0 %



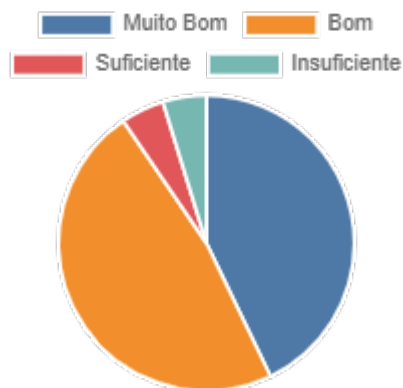
Qualidade do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos:

		Answers	Ratio
Muito Bom		18	40.91 %
Bom		20	45.45 %
Suficiente		3	6.82 %
Insuficiente		3	6.82 %
No Answer		0	0 %



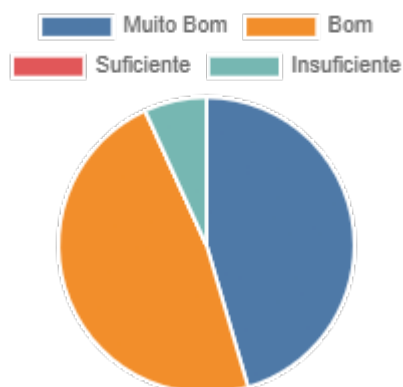
Rapidez do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos:

		Answers	Ratio
Muito Bom		18	40.91 %
Bom		20	45.45 %
Suficiente		2	4.55 %
Insuficiente		2	4.55 %
No Answer		2	4.55 %



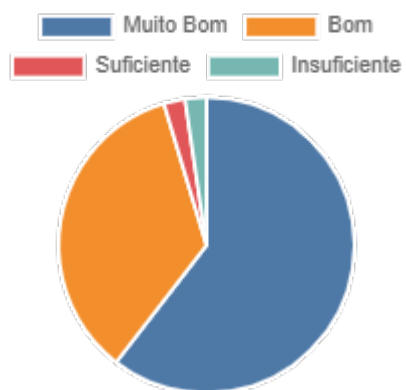
Eficácia na resolução de problemas:

		Answers	Ratio
Muito Bom	[Barra azul]	20	45.45 %
Bom	[Barra laranja]	21	47.73 %
Suficiente	[Barra vermelha]	0	0 %
Insuficiente	[Barra verde]	3	6.82 %
No Answer	[Barra cinza]	0	0 %



Simpatia e educação no atendimento:

		Answers	Ratio
Muito Bom	[Barra azul]	26	59.09 %
Bom	[Barra laranja]	15	34.09 %
Suficiente	[Barra vermelha]	1	2.27 %
Insuficiente	[Barra verde]	1	2.27 %
No Answer	[Barra cinza]	1	2.27 %



8.5. Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP2030 para o Biénio 2026-2027



Entidade do
Tesouro e Finanças

PLANO DE EFICIÊNCIA E DESCARBONIZAÇÃO ECO.AP 2030

Biénio 2026-2027

Versão 1.0.0 (vf1)

Índice

Introdução	3
1. Dados Gerais da Entidade	5
1.1. Caraterização da Entidade	6
2. Caraterização dos Consumos e Custos, nos anos de referência (2019 e 2023)	7
2.1. Consumos de Referência de Recursos	7
2.1.1. Energia nas Instalações	7
2.1.2. Energia nas Frotas	8
2.1.3. Água	8
2.1.4. Materiais	9
2.1.5. Gases Fluorados	9
2.2. Emissões de Gases com Efeito de Estufa	10
3. Medidas de Eficiência de Recursos	10
3.1. Energia	10
3.1.1. Energia nas Instalações, sem Renováveis	10
3.1.2. Energias nas frotas	12
3.1.3. Água	13
3.1.4. Materiais	14
3.2. Resumo	14
4. Monitorização do Consumo de Recursos	16
FATORES DE CONVERSÃO E DE EMISSÃO	17
EVOLUÇÃO DAS VERSÕES DO MODELO <i>WORD</i>	19

Índice de Tabelas

Tabela 1: Identificação dos objetivos da Entidade do Tesouro e Finanças para o biénio 2026-2027	4
Tabela 2: Identificação das Metas da Entidade do Tesouro e Finanças para o biénio 2026-2027	4
Tabela 3: Investimentos previstos da Entidade do Tesouro e Finanças para o biénio 2026-2027(c/IVA)	5
Tabela 4: Identificação e caraterização da Entidade do Tesouro e Finanças	6
Tabela 5: Determinação da redução dos consumos de recursos	15
Tabela 6: Determinação da redução dos GEE	15
Tabela 7: Determinação do Período de Retorno de Investimento	15
Tabela 8: Histórico de versões do modelo <i>Word</i>	19

Introdução

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março, a Entidade do Tesouro e Finanças (ETF) sucede à extinta Direção Geral do Tesouro e Finanças, com a fusão nesta Entidade da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP).

Dando cumprimento ao previsto na **Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2024, de 30 de outubro**, que altera a **Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro**, a qual aprova o **Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública para o período até 2030 (ECO.AP 2030)**, designadamente as metas para o triénio 2025-2027¹, assim como as orientações, compromissos e políticas internas que visam melhorar os indicadores de sustentabilidade ambiental e de descarbonização, é elaborado o presente documento que se traduz no **Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (PED ECO.AP 2030) para o biénio 2026-2027 da Entidade do Tesouro e Finanças**.

Este PED ECO.AP 2030, aprovado em 10/12/2025 pelo Sr. Diretor-Geral da Entidade do Tesouro e Finanças, Doutor José Manuel de Matos Passos, possui como objetivo estratégico a promoção da eficiência de recursos para que se possa atingir em 2027 um nível de eficiência de recursos superior aos atuais valores. Com a prossecução deste objetivo estratégico pretende-se contribuir para:

- Dotar a ETF de informação sobre o uso de recursos (onde, como e quanto) nas suas atividades e respetivos impactos económicos e ambientais;
- Definir, implementar e monitorizar uma estratégia de melhoria de eficiência de recursos (sustentabilidade) e alocação de recursos necessários à sua concretização;
- Melhorar o desempenho energético, hídrico e de materiais, contribuindo para a melhoria das condições de utilização dos equipamentos públicos e redução da fatura associada aos consumos de energia, água e materiais;
- Cumprir as metas e objetivos do ECO.AP 2030 e descarbonização das atividades desenvolvidas pelo Estado;
- Reduzir do consumo de recursos energéticos, hídricos e de materiais;
- Reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE);

A Resolução do Conselho de Ministros n.º **150/2024, de 30 de outubro** determina:

1 — Da execução do ECO.AP 2030 pelas entidades da Administração Pública deve resultar o cumprimento das seguintes metas agregadas até 2030:

a) Relativamente a 2021, reduzir em, pelo menos, 1,9 %/ano o consumo total de energia final;

b) Relativamente a 2019:

i) Eficiência energética: reduzir 40 % dos consumos de energia primária;

ii) Autoconsumo: contribuir para que 10 % do consumo de energia seja abastecido através de soluções de autoconsumo, com origem em fontes de energia renovável;

iii) Eficiência hídrica: contribuir para uma redução hídrica de 20 % do consumo;

iv) Eficiência material: reduzir 20 % do consumo de materiais;

¹ Consultar em [Legislação - EcoAP](#) os despachos publicados em Diário da República pelas Áreas Governativas. Caso não identifique o Despacho da Área Governativa onde se inclui a sua entidade, consulte o documento [FAQs ECO.AP 2030](#), constante no menu “Perguntas e Respostas” na área reservada do [Barómetro ECO.AP](#).

Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (biénio 2026-2027) Entidade do Tesouro e Finanças

c) Relativamente a 2024, renovar, pelo menos, 3 %/ano da área construída total de edifícios propriedade da Administração Pública, a fim de serem transformados, pelo menos, em edifícios com necessidades quase nulas de energia ou edifícios com emissões nulas.

2 — As entidades da Administração Pública sujeitas ao ECO.AP 2030 deverão, aquando da formalização de novos contratos de aquisição de energia elétrica, assegurar que a mesma deverá ter, pelo menos, uma componente de 30 % renovável até 2028 e de 60 % até 2030.

Nesta perspetiva, a Entidade do Tesouro e Finanças por se integrar no edifício do Ministério das Finanças gerido pela respetiva Secretaria Geral, com exceção da UTAP, contribuirá solidariamente no esforço do cumprimento dos objetivos definidos pela Secretaria Geral no seu Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030.

A ETF prosseguirá autonomamente ainda os seguintes objetivos e metas designadamente na redução do consumo de energia (FROTAS) e materiais (PAPEL), conforme elencado nas Tabela 1 e Tabela 2.

Tabela 1: Identificação dos objetivos da Entidade do Tesouro e Finanças para o biénio 2026-2027

Objetivos	Estratégias
O1. Aumentar a poupança energética (contributo para as metas definidas pela SGMF)	Substituição das luminárias existentes por lâmpadas de tecnologia LED Substituição de viaturas de serviço a combustão por viaturas de propulsão elétrica Promoção e divulgação de ações de sensibilização promovidas pela SGMF junto dos funcionários da ETF
O2. Reduzir o consumo de energia na frota automóvel	Substituição de viaturas de serviço a combustão por viaturas de propulsão elétrica
O3. Reduzir o consumo de água nas instalações (contributo para as metas definidas pela SGMF)	Promoção e divulgação de ações de sensibilização promovidas pela SGMF junto dos funcionários da ETF
O4. Reduzir o consumo de materiais	Potenciar a desmaterialização processual e consequente redução do número de impressões e cópias
O5. Sensibilizar utentes para a eficiência energética, hídrica e de materiais	Promoção e divulgação de ações de sensibilização promovidas pela SGMF junto dos funcionários da ETF

Tabela 2: Identificação das Metas da Entidade do Tesouro e Finanças para o biénio 2026-2027

Metas	Ano 2026	Ano 2027
Meta 1 – Contributo para a redução em, pelo menos, 1,9 %/ano do consumo total de energia final no edifício sede do MF, relativamente a 2021;	Substituição de luminárias existentes por lâmpadas LED 40% Substituição de unidades AVAC com melhor desempenho energético Promoção e divulgação de ação temática de sensibilização	Substituição de luminárias existentes por lâmpadas LED 60% Substituição de unidades AVAC com melhor desempenho energético Promoção e divulgação de ação temática de sensibilização
Meta 2 - Redução do consumo de energia na frota automóvel	Substituição de 2 viaturas de combustão por viatura elétrica	-

Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (biénio 2026-2027) Entidade do Tesouro e Finanças

Meta 3 – Redução do consumo de água nas instalações da ETF no edifício sede do Ministério das Finanças	Promoção e divulgação de ação temática de sensibilização	Promoção e divulgação de ação temática de sensibilização
Meta 4 - Redução do consumo de materiais	Manutenção da redução de consumo de papel obtida em 2024 face ao ano 2019 - 70%	Manutenção da redução de consumo de papel obtida em 2024 face ao ano 2019 - 70%
Meta 5 – Disponibilização de informação sobre eficiência energética, hídrica e de materiais a todos os trabalhadores da ETF	Promoção e divulgação de ação temática de sensibilização	Promoção e divulgação de ação temática de sensibilização

Para a ETF atingir estes objetivos e metas, foram considerados necessários os seguintes investimentos em Medidas de Eficiência de Recursos (MER) a implementar durante o biénio nas áreas de atuação que se apresentam na seguinte tabela.

Tabela 3: Investimentos previstos da Entidade do Tesouro e Finanças para o biénio 2026-2027 (s/IVA)

INVESTIMENTOS e POUPANÇAS, por tipologia de atuação (valores s/IVA)				
Área de atuação	Investimentos			Poupanças [€/biénio]
	Ano 2026 [€/ano]	Ano 2027 [€/ano]	Total 26-27 [€/biénio]	
Energia nas Instalações ILUMINAÇÃO	1 000€	1 000€	2 000€	2 560€
Energia nas Instalações SENSIBILIZAÇÃO	-	-	-	330€
Energia nas Instalações AVAC	25 000€	25 000€	50 000€	865€
Energia nas Frotas	20 000€	20 000€	40 000€	2 540€
Água SENSIBILIZAÇÃO	-	-	-	60€
Recursos Materiais	-	-	-	330€
TOTAL	46 000€	46 000€	92 000€	6 685€

1. Dados Gerais da Entidade

A 01 Abril de 2025, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março, a Entidade do Tesouro e Finanças sucede à extinta Direção Geral do Tesouro e Finanças, com a fusão nesta Entidade da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP). A Entidade do Tesouro e Finanças (ETF) tem por missão assegurar a efetivação das operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público administrativo e empresarial e da função acionista do Estado.

A ETF é dirigida por Diretor-Geral, coadjuvado por 3 Subdiretores-Gerais. A organização interna dos serviços obedece ao modelo estrutural misto, hierarquizada e matricial conforme respetiva lei orgânica.

1.1. Caracterização da Entidade

Apresentam-se na **Tabela 4** os dados gerais que permitem fazer a identificação e caracterização da Entidade do Tesouro e Finanças, desde o ano 2019 até ao ano 2025 (a 31/12 do respetivo ano).

Os dados reportados resultam do somatório das 3 entidades antecedentes que agora integram a Entidade do Tesouro e Finanças.

Tabela 4: Identificação e caracterização da Entidade do Tesouro e Finanças

Administração (ex.: Área Governativa; Municípios, etc.) (selecionar da droplist)		Finanças							
Nome da entidade		Entidade do Tesouro e Finanças							
Classe da entidade (selecionar da droplist)		Administração Direta - SPA							
Nome do(s) Dirigente(s) Superior(es)		José Manuel de Matos Passos							
Nome do Gestor de Energia e Recursos (GER)		Rui Manuel Pacheco Ferreira de Carvalho							
Ano de reporte		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
N.º de Trabalhadores da entidade		145	147	144	137	125	115		
N.º de Visitantes/Utilizadores		60				25	30		
N.º de Instalações associadas à entidade		6	6	6	6	6	6		
N.º de Instalações por tipologia (conforme classificações no Barómetro ECO.AP)	Serviços	2	2	2	2	2	2		
	Ensino								
	Saúde								
	Militar								
	Infraestruturas								
	Infraestruturas de transporte								
	Iluminação Pública								
	Habitação Pública (espaços comuns)								
	(em caso de Outra, identificar)	Armazém							
	4	4	4	4	4	4	2		
N.º total de Instalações registadas no Barómetro ECO.AP		2	2	2	2	2	2	2	
N.º de Viaturas associadas à entidade		4	2	2	2	2	2	2	
N.º de Viaturas por tipo de uso à data do Plano (conforme classificações do SGPVE - Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado)	Ligeiros de Passageiros e Mistos	4	2	2	2	2	2	2	
	Ligeiros de Mercadorias								
	Motociclos								
	Pesados de Mercadorias								
	Pesados de Passageiros								
	Reboques								
	Quadríciclos								
	Ciclomotores								
	Triciclos								
	Pesados Esp. p/ Unidade de Saúde								
	Recolha de resíduos								
	Limpeza urbana								
	(em caso de Outra, identificar)								
Utiliza o SGPVE gerido pela eSPap? (Sim/Não) (selecionar da droplist)		SIM							

2. Caracterização dos Consumos e Custos, nos anos de referência (2019 e 2023)

A Entidade do Tesouro e Finanças sucede à extinta Direção Geral do Tesouro e Finanças, com a fusão nesta Entidade da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP).

A DGTF e a UTAM desenvolviam a totalidade da sua atividade nas instalações partilhadas do Ministério das Finanças, Praça do Comércio Ala Oriental geridas pela Secretaria Geral, situação que se mantém.

A área útil de 5 400m², correspondente a 6 532 m² de área bruta, ocupada pelas instalações da DGTF, tem-se mantido constante desde 2019, correspondendo a cerca de 15,1% do total da área servida pelos mesmos contadores de água e eletricidade no edifício sede do Ministério das Finanças.

A UTAM ocupava uma área bruta de 276m², ou seja cerca de 0,6% do total da área bruta de todo o edifício do Ministério das Finanças. Com a fusão na ETF foi realocada nas instalações que transitaram da extinta DGTF, desocupando as instalações até ali utilizadas.

A UTAP encontra-se sediada numa fração arrendada de um edifício de serviços propriedade da ESTAMO, SA, sito na rua Braamcamp n.º 90 - 6º, 1250-051 LISBOA com a área útil de 311m² (SIIE 37971) que mantém. A UTAP não contrata diretamente fornecimento de energia e abastecimento de água. A ESTAMO, SA proprietária e gestora do edifício assegura ambos os fornecimentos para a totalidade do mesmo e procede ao rateio pelos diversos inquilinos. O rateio relativo à UTAP está convencionado em 11,89%.

Atualmente estão afetos exclusivamente à ETF mais 2 imóveis com usos de arquivo e depósito nos quais não existe permanência de funcionários ou quaisquer postos de trabalho instalados, a saber:

SIIE 117 FORTE DO CARRASCAL ARMAZÉM B, RUA DA QUINTA DOS GRILOS 22, 2790-476 CARNAXIDE

SIIE 125 ARQUIVO DGTF, RUA QUINTA DAS LAVADEIRAS, N.º 6A, 1750-239 LISBOA

Destas, unicamente o SIIE 125 ARQUIVO DGTF, RUA QUINTA DAS LAVADEIRAS, N.º 6A, 1750-239 LISBOA possui contrato de fornecimento de energia e abastecimento de água. Embora registados no Barómetro ECO-AP, os respetivos consumos são absolutamente residuais pelo que não são objeto de quaisquer medidas de eficiência no presente plano.

Quanto a viaturas, a DGTF em 2019 possuía 1 viatura com combustível gasolina e 3 com combustível gasóleo. Em 2023 a DGTF possuía 1 viatura com combustível gasolina, e 1 com combustível gasóleo que atualmente mantém.

A UTAP e UTAM não possuíam viaturas, sob qualquer regime.

2.1. Consumos de Referência de Recursos

Para efeitos da caracterização dos cenários de referência (ano de 2019 e 2023), serão contabilizados o total dos consumos e custos de energia e recursos das entidades antecessoras conforme a seguir se indica.

2.1.1. Energia nas Instalações

O consumo de energia associado ao funcionamento do edifício sede do Ministério das Finanças, onde se integra a ETF, é gerido pela SGMF e encontra-se caracterizado no plano daquela entidade (o total de consumo de eletricidade no edifício em 2019, segundo registo foi de 1 731.526 kWh, a que correspondem 372,28 tep. O consumo total de energia elétrica em 2023 foi de 1 250.383 kWh a que correspondem 268,83 tep, aplicando-se em ambas situações o fator de conversão de 0,000215.

Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (biénio 2026-2027) Entidade do Tesouro e Finanças

Para efeito de cálculo de impacto das medidas previstas, apesar de não haver medição desagregada do consumo de eletricidade, estimou-se um consumo de 259 730kWh em 2019 (55.85tep) e 187 560kWh (40.32 tep) em 2023, na proporção da ocupação da DGTF e UTAM no edifício.

Quanto às instalações na rua Braamcamp n.º 90 - 6º, 1250-051 LISBOA onde se mantém a UTAP, não foi possível confirmar valores.

Em ambas as instalações não existem consumos de outras fontes de energia.

2.1.2. Energia nas Frotas

O consumo e custos totais de energia, em 2019, associado à(s) frota(s) foi de 1,99 tep (1,87 tep de gasóleo e 0,12 tep gasolina), desagregado pelas diferentes fontes de energia utilizadas para suprir as necessidades energéticas, de acordo com o indicado na tabela seguinte:

FROTAS - CONSUMOS DE COMBUSTÍVEL - 2019

Viaturas	Combustível	Consumo (l)	Consumo s/IVA (€)	Consumo c/ IVA (€)	%
3	Gasóleo	2 185,60	2 388,75 €	2 938,16 €	94%
1	Gasolina	151,55	189,67 €	233,29 €	6%

FROTAS - CONSUMOS DE COMBUSTÍVEL - 2023

Viaturas	Combustível	Consumo (l)	Consumo s/IVA (€)	Consumo c/ IVA (€)	%
1	Gasóleo	1 312,00	1 319,17 €	1 622,58 €	77%
1	Gasolina	394,00	446,55 €	549,26 €	23%

FROTAS - CONSUMOS DE COMBUSTÍVEL - 2024

Viaturas	Combustível	Consumo (l)	Consumo s/IVA (€)	Consumo c/ IVA (€)	%
1	Gasóleo	2 427,33	3 040,52 €	3 739,84 €	80%
1	Gasolina	602,97	836,27 €	1 028,61 €	20%

Através dos valores apresentados nas tabelas supra verifica-se que o gasóleo, cujo consumo mantém em 2024 os valores de 2019, pese embora o crescimento relativo e em termos absolutos do combustível gasolina no período considerado.

2.1.3. Água

O consumo de água associado ao funcionamento do edifício do Ministério das Finanças onde se integra a ETF, é gerido pela SGMF e está caracterizado no plano daquela entidade onde se registaram os consumos de 12 791 e 7 971m³ em 2019 e 2023. Assumindo o pressuposto de relação de n.º de pessoas da DGTF e total de pessoas no edifício sede, estima-se que o consumo de água da DGTF e UTAM seja cerca de 15% do consumo total no edifício, ou seja 1.917 m³ em 2019 e 1196m³ em 2023.

Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (biénio 2026-2027) Entidade do Tesouro e Finanças

Quanto às instalações na rua Braamcamp n.º 90 - 6º, 1250-051 LISBOA onde se mantém a UTAP, não foi possível apurar registos de consumos para os anos 2019 e 2023.

Em ambas a instalação só existe consumo de água potável fornecida pela EPAL SA.

2.1.4. Materiais

Na DGTF não existem registos de consumo de materiais de uso único (plástico descartável) no ano de referência (2019), tampouco nos anos seguintes (2020-2024).

A caracterização do consumo de papel na DGTF incluindo respetivo custo em 2019 - 2024 é apresentado na tabela seguinte:

DGTF - MATERIAIS - CONSUMOS DE PAPEL – 2019 - 2024

Ano	N.º de folhas (consumo)	Tx. de redução	Valor s/IVA (€) (aquisição)	Valor c/ IVA (€) (aquisição)
2019	486 000	-	954,84€	1 174,45€
2023	163 500	66%	834,00€	1 025,82€
2024	124 000	75%	308,70€	379,70€

Não foram obtidos dados referentes aos consumos de papel da extinta UTAM.

Quanto à UTAP conseguiu-se obter unicamente informação sobre aquisições e o atual stock em armazém.

UTAP - MATERIAIS – AQUISIÇÃO DE PAPEL – 2019 - 2024

Ano	N.º de folhas (aquisição)	Tx. de redução	Valor s/IVA (€) (aquisição)	Valor c/ IVA (€) (aquisição)
2019	30 000	-	615,00€	756,45€
2020	45 000		169,92€	209,00€
2021	20 000		s/ dados	s/ dados
2022	0		0,00€	0,00€
2023	5 000		38,00€	46,74€
2024	10 000		95,00€	116,85€

Existências à data de 13NOV2025: A3 - 75 resmas e A4 - 309 resmas.

2.1.5. Gases Fluorados

No que respeita aos gases fluorados existentes nas instalações e que contribuem para a emissão de GEE (quantidades repostas nos equipamentos, derivadas de fugas), não existem registos na DGTF permitam quantificação para os anos 2019-2023.

Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (biénio 2026-2027) Entidade do Tesouro e Finanças

Em 2024 não se verificaram recargas de Gases Fluorados derivados de fugas nos equipamentos de climatização que os utilizam nas instalações da entidade, pelo que a quantidade e o custo associado aos mesmos foram zero (0).

Não foi possível obter informação referente à UTAP ou UTAM.

2.2. Emissões de Gases com Efeito de Estufa

Considerando que os consumos de energia relativa a instalações da DGTF foram englobados pela SGMF e como tal considerados no Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP. 2030, as Emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) que estão associados à atividade então gerida pela DGTF são provenientes exclusivamente do consumo de combustível automóvel e apresentados na tabela seguinte:

FROTAS - GASES DE EFEITO DE ESTUFA - 2019 – 2024 [tCO₂eq/ano]

Anos	Gasóleo (l)	Gasolina (l)	GEE [tCO ₂ eq/ano]	%
2019	2 185,60	151,55	6,18	-
2023	1 312,00	394,00	4,38	- 29%
2024	2 427,33	602,97	7,38	+ 19%

3. Medidas de Eficiência de Recursos (MER)

Com as medidas a seguir preconizadas, pretende-se que a ETF, obtenha em 2027 um melhor nível de eficiência de recursos no âmbito da sua exclusiva gestão, face ao verificado no período de referência (ano de 2019) traduzidas nas seguintes metas:

- Eficiência Energética – 15% de redução de consumo de energia – FROTAS
- Eficiência Material – manutenção da redução **70%** de papel (CÓPIA & IMPRESSÃO) alcançada em 2024 face a 2019
- Eficiência Energética, Hídrica e Material – Realização de ações de divulgação de informação e sensibilização sobre eficiência energética, hídrica e recursos.

A ETF contribuirá igualmente para aumentar a eficiência energética em instalações contribuindo para os objetivos e metas da SGMF, com:

- a) Substituição das luminárias existentes por lâmpadas de melhor desempenho energético (LED);
- b) Ações de sensibilização para a eficiência de recursos energéticos e hídricos;
- c) Substituição de 20 unidades AVAC com melhor desempenho energético.

Quanto às instalações da UTAP sitas na rua Braamcamp n.º 90 - 6º, 1250-051 LISBOA não são propostas por ora quaisquer MER aguardando-se melhor reflexão sobre a continuidade destas.

3.1. Energia**3.1.1. Energia nas Instalações, sem Renováveis****Medida EEI 1**

- **Título da Medida:** Substituição do Sistema de Iluminação

- **Descrição Sumária da Medida:**
Nas instalações da ETF existem 558 luminárias do tipo T8, com potência total instalada de 32,364kW, que garantem a iluminação dos compartimentos com postos de trabalho instalados. Pretende-se com a presente medida reduzir os consumos de energia elétrica associada à iluminação das salas com ocupação efetiva, garantindo a adequação dos níveis de iluminação aos respetivos tipos de utilização. Para tal prevê-se a substituição de 232 luminárias do tipo T8 58W com potência total de 13,500kW por lâmpadas LED com uma potência unitária de 22W, perfazendo uma redução de potência total instalada de 8,350kW. Considerando 7 horas diárias e 250 dias/ano de utilização/trabalho, apresenta-se em seguida as estimativas de poupança gerada.
- **Poupanças estimadas:** 14 600kWh/ano; 3,14tep/ano; o valor médio de kWh passou de 0,13€ em 2019 para 0,27€ em 2023. Considerando o valor de 0.175kWh como referência, pode-se estimar uma poupança de 2 560€/ano associada a esta medida;
- **Investimento estimado:**
 - 2026 - [100 un. aquisição] 1 000,00€
 - 2027 - [100 un. aquisição] 1 000,00€
- **Data prevista de conclusão da implementação:** 12/2027

Medida EEI 2

- **Título da Medida:** Ações de sensibilização para a eficiência de recursos energéticos
- **Descrição Sumária da Medida:**
Ações intangíveis de sensibilização ou ações de capacitação que visam conduzir a comportamentos mais eficientes pelos trabalhadores e utilizadores, e consequentemente à redução dos consumos promovidas pela SGMF junto dos funcionários da ETF, a realizar anualmente.

Podemos considerar que esta medida contribuirá para a redução de consumos, ainda que seja impossível a sua quantificação.

De acordo com a FAQ 32 do documento “FAQ ECO.AP 2030_v1.2”, na ausência de informação que sustente outras poupanças, pode-se assumir que essas ações conduzem à redução de 1% do consumo total.

259 730kWh em 2019 (55.85tep) e 187 560KWh (40.32 tep) em 2023, na proporção da ocupação da DGTF e UTAM no edifício

Fazendo o exercício hipotético a partir da área ocupada pela ETF no edifício do Ministério das Finanças (cerca de 15% da área total), e para efeito de cálculo de impacto das medidas previstas, apesar de não haver medição desagregada do consumo de eletricidade, estimou-se um consumo de 259 730kWh em 2019 (55.84tep) e 187 560KWh (40.33 tep) em 2023, na proporção da ocupação da DGTF e UTAM no edifício, e usando como valor médio de referência de 0,175€/kWh.
- **Poupanças estimadas:** 1 900kWh/ano; 0,41tep; 330€/ano
- **Investimento estimado:** 0.00 €
- **Data prevista de conclusão da implementação:** 12/2027

Medida EEI 3

- **Título da Medida:** Substituição de 33 unidades AVAC com melhor desempenho energético

- **Descrição Sumária da Medida:**

Do levantamento em curso nas instalações da DGTF existem:

- 22 unidades anteriores a 2000 com gás R22 com o volume total declarado de 32,26Kg (potência arrefecimento 75.35kW);
- 11 unidades datadas entre 2005 e 2016 com gás R410A com o volume total declarado de 16,36Kg (potência arrefecimento 20,38kW).

Pretende-se retirar no decurso dos anos 2026 e 2027 toda a instalação com gás R22 e R410A, substituindo 33 unidades cuja potência nominal instalada soma 46kW (330 000/ 390 000BTU arref./aquec.). Para o efeito prevê-se a substituição com novas unidades mais eficientes e com gás menos nocivo ao ambiente com classificação A++ relativa ao desempenho energético.

Considerando os seguintes pressupostos:

- o consumo de energia=potência efetiva x horas de uso
- a potência efetiva=potência nominal/eficiência
- a relação de SEER (eficiência de arrefecimento) e SCOP (eficiência de aquecimento) entre a classe A++ (referência para os equipamentos a adquirir, com SEER entre 6,1 e 8,5 e SCOP entre 4,6 e 5,1) e uma classe C (referência para os equipamentos existentes, em que podemos ter SEER entre 4,1 e 4,6 e SCOP 2,8 e 3,1), ou seja, uma melhoria média de eficiência de cerca de 36% em relação aos equipamentos existentes (sobre os quais não temos dados exatos).
- uma utilização média diária de 5 horas para 120 dias por ano (total anual de 600 horas de utilização).

Estimaram-se os seguintes valores de consumo para os equipamentos existentes e novos:

- Consumo de 1 BTU em modo de arrefecimento: novo 0,000048 kWh (SEER 6,1); existente 0,0000714 kWh (SEER 4,1)
- Consumo de 1 BTU em modo de aquecimento: novo 0,0000637kWh (SCOP 2,8); existente 0,000104 kWh (SCOP 4,6)

Resultaram os seguintes valores de consumo total anual considerando os dados acima referido (metade das horas em aquecimento e a outra metade em arrefecimento):

- Existente: $(0,0000714\text{kWh} \times 330\,000 + 0,000104\text{kWh} \times 390\,000) \times 300 = 12\,875\text{kWh/ano}$
- Novo: $(0,000048\text{kWh} \times 330\,000 + 0,0000637\text{kWh} \times 390\,000) \times 300 = 7\,928\text{kWh/ano}$

Resulta desta análise uma poupança estimada em cerca de 4 950kWh/ano que se traduzirá numa redução anual da despesa em cerca de 865€ (tomando por base o valor médio de 0,175€ por kWh).

- **Poupanças estimadas:** 4 950kWh/ano; 1,05tep/ano; 865€ ano
- **Investimento estimado:** 50 000€
- **Data prevista de conclusão da implementação:** 12/2027

3.1.2. Energias nas frotas

Medida ERF 1

- **Título da Medida:** Substituição de veículos em fim de vida

- **Descrição Sumária da Medida:**

Por forma a aumentar a eficiência do parque de viaturas, a DGTF tem vindo a reduzir o número de viaturas ao serviço. De 2019 para 2023 passou-se de 4 viaturas (3 a gasóleo e 1 a gasolina) para apenas 2 (1 a gasóleo e 1 a gasolina). Para reforçar esta orientação, propõe-se no início do ano 2026 a substituição em a.o.v. de ambas as viaturas por propulsão elétrica.

As poupanças que se estima alcançar no final de 2027, têm como referência a situação inicial em 2019.

Estimam-se os consumos anuais de 7 500kW (15kW por 100 Km - +- 50 000Km/ ano, a que corresponderá uma despesa estimada em 1 315€/ ano (usando o valor médio de 0,175€/ kWh). A despesa que estava associada ao consumo de combustíveis em 2019 foi €2 581,67.

Consideram-se os valores para o a.o.v. da Deliberação n.º 484/2025 que procedeu à atualização da tabela 1 anexa ao Despacho n.º 7891-A/2023 de 31JUL: 815.69€ * viatura/ mês.

Energia	Consumos (l.trsr) (tep)				Previsão de resultados (l.trsr/ kWh) (tep)			
	2019		2023		2026		2027	
TOTAIS (tep)		1,94		1,39	7 500,00	1,61	7 500,00	1,61
Gasolina	151,55	0,11	394,00	0,29	-	-	-	-
Gasóleo	2 185,60	1,82	1 312,00	1,10	-	-	-	-
Eletricidade	-	-	-	-	7 500,00	1,61	7 500,00	1,61

- **Poupanças estimadas:** 0,35tep/ ano | 1 270€/ ano
- **Investimento simulado estimado:** 20 000€/ ano (2*815.69€/mês * 12 meses)
- **Data prevista de conclusão da implementação:** 01/2026

3.1.3. Água

Medida EHI 1

- **Título da Medida:** 2 ações de sensibilização para a eficiência de recursos hídricos
- **Descrição Sumária da Medida:**

Ações intangíveis de sensibilização ou ações de capacitação que visam conduzir a comportamentos mais eficientes pelos trabalhadores e utilizadores, e consequentemente à redução dos consumos promovidas pela SGMF junto dos funcionários da ETF, a realizar anualmente.

Podemos considerar que esta medida contribuirá para a redução de consumos, ainda que seja impossível a sua quantificação.

O consumo de água associado ao funcionamento do edifício do Ministério das Finanças onde se integra a ETF, é gerido pela SGMF e está caracterizado no plano daquela entidade onde se registaram os consumos de 12 791 e 7 971m³ em 2019 e 2023. Para efeito de cálculo de contributo das medidas deste plano, e apesar de não haver medição desagregada por entidade.

Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (biénio 2026-2027) Entidade do Tesouro e Finanças

Assumindo o pressuposto de relação de n.º de pessoas da ETF e total de pessoas no edifício sede, estima-se que o consumo de água da ETF seja cerca de 15% do consumo total no edifício, ou seja 1 917 m³ em 2019 e 1 196m³ em 2023.

Quanto às instalações na rua Braamcamp n.º 90 - 6º, 1250-051 LISBOA onde se mantém a UTAP, não foi possível apurar encontrar registos de consumos para os anos 2019 e 2023.

De acordo com a FAQ 32 do documento “FAQ ECO.AP 2030_v1.2”, na ausência de informação que sustente outras poupanças, pode-se assumir que essas ações conduzem à redução de 1% do consumo total. Ou seja, poderá estimar-se que estas ações darão um contributo de redução de cerca de 12m³. Estimando um custo aproximado de 5€/m³.

Não foi possível obter consumos relativos às instalações da UTAP.

- **Poupanças estimadas:** 12m³/ano; 60€/ano
- **Investimento estimado:** 0.00 €
- **Data prevista de conclusão da implementação:** 12/2027

3.1.4. Materiais

Medida EMI 1

- **Título da Medida:** Redução do consumo de papel em cópia e impressão
- **Descrição Sumária da Medida:**

Pretende-se implementar um sistema de gestão de CÓPIA & IMPRESSÃO com dotações mensais pelas direções de serviço/ divisões e por funcionários de forma a garantir a continuidade de redução efetivada em 2024 de 70% o consumo de papel (CÓPIA & IMPRESSÃO) face a 2019.

As poupanças que se estima alcançar no final de 2027, têm como referência a situação inicial em 2019, com a despesa associada de 1 744€ (s/iva). Face ao ano de referência 2023 os valores são:

- **Poupanças estimadas:** 39 500f.l\$/ano; 330€/ano
- **Investimento estimado:** 0.00 €
- **Data prevista de conclusão da implementação:** 12/2026

3.2. Resumo

Apresenta-se seguidamente, na **Tabela 5, 6 e 7** e um resumo do PED ECO.AP 2030 da entidade para o biénio 2026-2027:

Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (biénio 2026-2027) da Entidade do Tesouro e Finanças

Tabela 5: Determinação da redução dos consumos de recursos

IDENTIFICAÇÃO DO CONSUMO	CONSUMO NO ANO DE REFERÊNCIA (2023)	REDUÇÃO ANUAL DE CONSUMO FACE A 2023		METAS 2026		UNIDADES
		Valor da redução <u>prevista</u> [valor]	Valor da redução <u>prevista</u> [%]		METAS 2027	
Energia nas Instalações (Não renovável)	40,33	4,61	11%	=< 38,00	=< 35,70	tep/ano
Energia nas Instalações (Renovável)	-	-	-	-	-	tep/ano
Energia nas Frotas	1,39	-0,22	-16%	=< 1,60	=< 1,60	tep/ano
Água potável	1 200,00	12,00	1%		<=1 988,00	m³/ano
Água não potável	-	-	-	-	-	m³/ano
N.º de impressões e cópias (eq. A4)	163 500	39 500	24%	=< 124 000	=< 124 000	folhas eq. A4/ano
Copos de uso único	-	-	-	-	-	copos/ano
Recipientes com/sem tampa de uso único	-	-	-	-	-	recipientes/ano
Garrafas de uso único (eq. 500ml)	-	-	-	-	-	garrafas eq. 500ml/ano
Gases Fluorados repostos (quantidades)	-	-	-	-	-	kg/ano

Tabela 6: Determinação da redução dos GEE

IMPACTE AMBIENTAL ATRAVÉS DOS GEE	GEE NO ANO DE REFERÊNCIA (2023) [tCO ₂ eq/ano]	REDUÇÃO ANUAL DE GEE		METAS 2026 [tCO ₂ eq/ano]	METAS 2027 [tCO ₂ eq/ano]
		Valor da redução <u>prevista</u> [tCO ₂ eq/ano]	Valor da redução <u>prevista</u> [%]		
Energia nas Instalações (Não renovável)	46,90	5,40	12%	=< 44,10	=< 41,30
Energia nas Frotas	4,39	2,51	57%	=< 1,90	=< 1,90
Gases Fluorados repostos ou substituídos	-	-	-	-	-
TOTAL	51,29	7,91	15%	-	-

Tabela 7: Investimento

IMPACTE ECONÓMICO	CUSTOS ANUAIS NO ANO DE REFERÊNCIA (2023) [€]	REDUÇÃO ANUAL DE CUSTOS		METAS DE REDUÇÃO ANUAL DE CUSTOS 2026 - 2027	
		Valor da redução <u>prevista</u> [€]	Valor da redução <u>prevista</u> [%]	METAS 2026 [€]	METAS 2027 [€]
Energia nas Instalações (Não renovável)	32 830,00 €	3 755,00 €	11%	=< 31 000,00€	=< 29 000,00€
Energia nas Instalações (Renovável)	- €	- €	-		
Energia nas Frotas	2 180,00 €	1 270,00 €	58%		=< 910,00€
Água potável	6 000,00 €	60,00 €	1%		=< 5 940,00€
Água não potável	- €	- €	-		
N.º de impressões e cópias	1 365,00 €	330,00 €	24%	=< 1 035,00€	=< 1 035,00€
Copos de uso único	- €	- €	-		
Recipientes com/sem tampa de uso único	- €	- €	-		
Garrafas de uso único	- €	- €	-		
Gases Fluorados repostos ou substituídos	- €	- €	-		
TOTAL	42 375,00 €	5 415,00 €	13%		

4. Monitorização do Consumo de Recursos

O plano de monitorização dos objetivos e metas, incluindo o consumo de recursos e o autoconsumo de energia, proveniente de fontes renováveis, será adequado à especificidade de cada Medida de Eficiência de Recursos (MER) a implementar.

Desde já se estabelece, no entanto, que para garantir a efetiva persecução dos objetivos traçados, a monitorização será realizada pelo Gestor de Energia e Recursos (GER) da entidade, com o suporte do Barómetro ECO.AP que terá por base a informação disponibilizada pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e serviços, e pelas entidades ou pelos fornecedores de energia, água e serviços, quando aplicável, e validadas pelos respetivos GER.

Por forma a evitar desvios casuísticos e pontuais, deverá ser efetuada uma análise anual comparativa entre o consumo real e o consumo verificado no período homólogo de referência, para todos os setores e/ou instalações e/ou frotas alvo de intervenção, com vista à avaliação dos resultados atingidos.

Tendo por base as conclusões resultantes, deverão ser desenvolvidas ações com vista a corrigir eventuais desvios que ponham em causa os objetivos definidos.

Não obstante a monitorização interna a realizar pelo GER de cada entidade, será disponibilizada no decorrer do próximo ano uma folha de cálculo de apoio para ajudar à monitorização efetiva dos PED ECO.AP 2030 complementarmente por parte das entidades.

FATORES DE CONVERSÃO E DE EMISSÃO

FATORES DE CONVERSÃO E DE EMISSÃO DE FONTES DE ENERGIA

Fonte de Energia	Poder Calorífico Inferior ¹				Fatores de Emissão (versão outubro 2024)			
	Valor	Unidades	Valor	Unidades	Valor ²	Unidades	Valor ³	Unidades
Gasolina (PCI para 100% Fóssil)	44,00	[MJ/kg]	1,051	[tep/t]	69,739	[kgCO ₂ e/GJ]	2.920	[kgCO ₂ e/tep]
Fuelóleo	40,00	[MJ/kg]	0,955	[tep/t]	77,839	[kgCO ₂ e/GJ]	3.259	[kgCO ₂ e/tep]
GPL (Butano, Propano e Gás Auto)	46,00	[MJ/kg]	1,099	[tep/t]	63,267	[kgCO ₂ e/GJ]	2.649	[kgCO ₂ e/tep]
Nafta	44,00	[MJ/kg]	1,051	[tep/t]	73,739	[kgCO ₂ e/GJ]	3.087	[kgCO ₂ e/tep]
Petróleo Bruto	43,04	[MJ/kg]	1,028	[tep/t]	73,739	[kgCO ₂ e/GJ]	3.087	[kgCO ₂ e/tep]
Gás natural*	38,56	[MJ/Nm ³]	0,921	[tep/10 ³ Nm ³]	56,577 ⁴	[kgCO ₂ e/GJ]	2.369	[kgCO ₂ e/tep]
Gasóleo (PCI para 100% Fóssil)	43,00	[MJ/kg]	1,027	[tep/t]	74,539	[kgCO ₂ e/GJ]	3.121	[kgCO ₂ e/tep]
Jets	43,00	[MJ/kg]	1,027	[tep/t]	72,339	[kgCO ₂ e/GJ]	3.029	[kgCO ₂ e/tep]
Coque de Petróleo	32,00	[MJ/kg]	0,764	[tep/t]	97,939	[kgCO ₂ e/GJ]	4.101	[kgCO ₂ e/tep]
Lubrificantes	42,00	[MJ/kg]	1,003	[tep/t]	73,739	[kgCO ₂ e/GJ]	3.087	[kgCO ₂ e/tep]
Biodiesel (FAME)	37,00 ⁶	[MJ/kg]	0,884	[tep/t]	0,439	[kgCO ₂ e/GJ]	18,380	[kgCO ₂ e/tep]
Biogasolina (Bioetanol)	27,00 ⁶	[MJ/kg]	0,645	[tep/t]	0,439	[kgCO ₂ e/GJ]	18,380	[kgCO ₂ e/tep]
Biogasolina (Bio-ETBE)	36,00 ⁶	[MJ/kg]	0,860	[tep/t]	0,439	[kgCO ₂ e/GJ]	18,380	[kgCO ₂ e/tep]
Briquetes / Pellets	18,84	[MJ/kg]	0,450	[tep/t]	9,460	[kgCO ₂ e/GJ]	396,071	[kgCO ₂ e/tep]
Lenhas	10,47	[MJ/kg]	0,250	[tep/t]	9,460	[kgCO ₂ e/GJ]	396,071	[kgCO ₂ e/tep]
Carvão vegetal	29,52	[MJ/kg]	0,705	[tep/t]	5,865	[kgCO ₂ e/GJ]	245,556	[kgCO ₂ e/tep]
Resíduos vegetais	13,08	[MJ/kg]	0,312	[tep/t]	9,460	[kgCO ₂ e/GJ]	396,071	[kgCO ₂ e/tep]
Biogás	22,03	[MJ/Nm ³]	0,526	[tep/10 ³ Nm ³]	0,167	[kgCO ₂ e/GJ]	6,971	[kgCO ₂ e/tep]
Biometano	38,56 ⁵	[MJ/Nm ³]	0,921	[tep/10 ³ Nm ³]	0,167	[kgCO ₂ e/GJ]	6,971	[kgCO ₂ e/tep]
HVO (substituto do gasóleo)	44,00 ⁶	[MJ/kg]	1,051	[tep/t]	0,439	[kgCO ₂ e/GJ]	18,380	[kgCO ₂ e/GJ]

UNIDADES EQUIVALENTES DE ENERGIA

1 tep	=	10 ¹⁰	cal
1 GWh	=	86	tep
1 GWh	=	3600	GJ

UNIDADES PARA INSTALAÇÕES DE COGERAÇÃO

1 kWh	=	0,000085951	tep
1 kWh	=	0,000202	tCO ₂ /ano

UNIDADES EQUIVALENTES PARA CONVERSÃO DE LITROS PARA TONELADAS PARA COMBUSTÍVEIS (de acordo com a Portaria n.º 228/1990, de 27 de março)

¹ Fonte de dados: Balanço Energético 2019 – DGEG.

² Fonte de dados: *Guidelines* IPCC 2006, sendo o fator de emissão de CO₂ equivalente determinado de acordo com os valores de potencial de aquecimento global estabelecidos no 5.º relatório do IPCC (AR5), em que CO₂=1, CH₄=28, N₂O=265.

³ Valor determinado, assumindo que 1 tep = 41,868 GJ.

⁴ Fonte de dados: Instalações abrangidas pelo regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissão + *Guidelines* IPCC 2006

⁵ Fonte de dados: Assumiu-se que o PCI do biometano é equivalente ao do gás natural, conforme BE 2019 (DGEG)

⁶ Fonte de dados: Balanço Energético 2023- DGEG /Anexo III Diretiva (EU) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, na redação atual

1000	litros de gasóleo são	0,835	toneladas
1000	litros de petróleo são	0,783	toneladas
1000	litros de gasolina super são	0,750	toneladas
1000	litros de gasolina normal são	0,720	toneladas

*GÁS NATURAL

A leitura do contador de gás natural é por norma realizada em m³, sendo também disponibilizado, na fatura, o valor em kWh. Para efeitos de conversão para kWh, assume-se o produto entre o consumo, em m³, o fator de correção de volume por temperatura e pressão (FCV) em função da região onde se situa a instalação e o poder calorífico superior (PCS), medido pelo operador de rede de transporte, sendo expresso pela fórmula seguinte:

$$\text{Consumo (kWh)} = \text{Consumo(m}^3\text{)} \times \text{FCV} \times \text{PCS}$$

Onde:

- Fator de Correção de Volume (FCV): 0,96759000;
- Poder Calorífico Superior (PCS): 11,598418 [kWh/m³].

Fonte: <https://poupaenergia.pt/entenda-a-fatura-de-gas-natural/>

ENERGIA ELÉTRICA

Para efeitos de conversão da energia elétrica, entre energia final e energia primária, os fatores a considerar são os seguintes:

1 kWh	=	0,000215	tep/kWh
1 kWh	=	0,250	kgCO ₂ eq/kWh

O valor de 1 kWh = 215 x 10⁻⁶ tep é o que consta no Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho e considera-se que o fator de emissão associado ao consumo de energia elétrica é igual a 0,25 kgCO₂eq/kWh e que provém do Fator de Emissão do Sistema Elétrico Nacional (FESEN) de 2018.

EVOLUÇÃO DAS VERSÕES DO MODELO *WORD*

Apresenta-se seguidamente, na **Tabela 8**, a evolução das versões deste modelo *Word* (Relatório do Plano) e principais alterações introduzidas ao documento.

Tabela 8: Histórico de versões do modelo *Word*

Versão	Data	Alterações
1.0.0	19/05/2025	Versão referente às novas entidades sujeitas ao cumprimento do ECO.AP 2030 em 2024, devido ao alargamento do universo do Programa, cf. definido na RCM nº 150/2024, de 30 de outubro

8.6. Relatório de Formação



Entidade do
Tesouro e Finanças

Relatório de Formação

2025

Índice

Índice de Tabelas	3
Índice de Gráficos	3
Introdução	4
Enquadramento institucional.....	4
Estrutura organizacional da ETF.....	5
Caracterização dos recursos humanos.....	6
1. Distribuição por género.....	6
2. Distribuição por carreiras.....	7
Execução da formação	8
Participação em formação	9
1. Participação por grupo profissional	9
2. Participação por género	10
Caracterização das ações de formação.....	11
1. Introdução à classificação CNAEF.....	11
2. Análise das áreas de formação.....	12
3. Modalidade de realização das ações de formação	14
Encargos com formação.....	15
Avaliação global da formação	16

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Estrutura departamental da ETF e principais áreas de intervenção	5
Tabela 2 - Principais indicadores de formação dos trabalhadores da ETF, 2025.....	8
Tabela 3 - Participações e horas de formação por área de educação e formação (CNAEF), 2025	12

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhadores por género, 31 de dezembro de 2025	7
Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores por carreira, 31 de dezembro de 2025	7
Gráfico 3 - Carga horária de formação por grupo profissional, 2025	9
Gráfico 4 - Participações em ações de formação por grupo profissional, 2025	10
Gráfico 5 - Participações em ações de formação por género, 2025	10
Gráfico 6 - Horas de formação frequentadas por género, 2025	11
Gráfico 7 - Horas de formação por área de educação e formação (CNAEF), 2025	13
Gráfico 8 - Participações em ações de formação por modalidade de realização, 2025	15
Gráfico 9 - Distribuição dos encargos com formação por carreira, 2025	15

INTRODUÇÃO

A formação profissional constitui um instrumento fundamental para o desenvolvimento das competências dos trabalhadores da Administração Pública, contribuindo para o reforço da capacidade institucional das organizações e para a melhoria da qualidade da intervenção pública.

Num contexto marcado pela crescente complexidade das políticas públicas, pela evolução constante do enquadramento jurídico e financeiro e pela necessidade de assegurar elevados níveis de rigor na gestão dos recursos públicos, a atualização permanente de conhecimentos e o desenvolvimento de competências técnicas e transversais assumem particular relevância nas organizações da Administração Pública. Esta necessidade revela-se especialmente evidente em organismos cuja atividade envolve matérias de elevada complexidade técnica, como é o caso da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF).

A formação profissional assume, assim, uma dupla dimensão. Por um lado, constitui um instrumento de valorização individual dos trabalhadores, permitindo reforçar a sua qualificação profissional e promover o desenvolvimento das respetivas carreiras. Por outro lado, representa um instrumento estratégico de desenvolvimento organizacional, contribuindo para reforçar a capacidade técnica das instituições públicas e melhorar a eficiência e a qualidade da ação administrativa.

Neste enquadramento, a definição e execução de planos de formação constitui um elemento central da política de gestão de recursos humanos das organizações públicas. Estes instrumentos permitem alinhar o desenvolvimento de competências com os objetivos estratégicos da entidade e com as exigências decorrentes da evolução das suas atribuições.

O presente relatório tem como objetivo apresentar a análise da execução da formação realizada durante o ano de 2025 na ETF. Em particular, o relatório procura analisar a participação dos trabalhadores nas iniciativas formativas realizadas durante o ano de 2025, caracterizar as ações de formação desenvolvidas e avaliar o contributo da formação para o reforço das competências da organização.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O ano de 2025 ficou marcado por uma alteração estrutural relevante no enquadramento institucional da organização.

O Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março, procedeu à reestruturação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), que passou a designar-se Entidade do Tesouro e Finanças (ETF). A nova entidade sucede à DGTF no exercício das suas atribuições, integrando igualmente competências anteriormente exercidas por outras unidades técnicas.

Esta reorganização institucional teve como objetivo reforçar a articulação das competências institucionais, promovendo uma atuação mais integrada no acompanhamento das participações do Estado, na monitorização do setor público empresarial e na gestão dos instrumentos de intervenção financeira pública.

No âmbito desta reforma procedeu-se igualmente à extinção, por fusão, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP), cujas competências passaram a ser exercidas no âmbito da nova entidade.

A integração destas unidades determinou um alargamento significativo das áreas de intervenção da organização, reforçando as responsabilidades da ETF no acompanhamento financeiro do setor público empresarial e na monitorização de projetos e instrumentos financeiros com impacto relevante nas finanças públicas.

Este processo de reestruturação colocou, igualmente, desafios ao nível da gestão organizacional, designadamente no que respeita à integração de novas equipas, à harmonização de procedimentos de trabalho e à adaptação dos trabalhadores às novas exigências funcionais decorrentes da alteração das atribuições da entidade.

Neste contexto, a formação profissional assumiu particular relevância enquanto instrumento de apoio à adaptação organizacional e de reforço das competências técnicas necessárias ao desempenho das novas responsabilidades atribuídas à entidade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ETF

Na sequência das alterações introduzidas no enquadramento da entidade, a ETF passou a dispor de uma estrutura organizacional composta por quatro departamentos nucleares, responsáveis pela prossecução das principais áreas de intervenção da entidade.

Departamento	Principais áreas de intervenção
DGPE	Gestão e acompanhamento do setor empresarial do Estado
DAF	Gestão de instrumentos de intervenção financeira
DJPC	Apoio jurídico, planeamento e coordenação
DGR	Gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais

Tabela 1 – Estrutura departamental da ETF e principais áreas de intervenção

O Departamento de Gestão de Participações do Estado (DGPE) assegura o acompanhamento do setor empresarial do Estado e o exercício da função acionista do Estado, incluindo a análise da

situação económico-financeira das empresas públicas e a monitorização da execução das orientações estratégicas definidas para o setor.

O Departamento de Apoios Financeiros (DAF) é responsável pela gestão de diversos instrumentos de intervenção financeira pública, incluindo a concessão e acompanhamento de garantias do Estado, empréstimos e outros mecanismos de apoio financeiro.

O Departamento Jurídico, de Planeamento e Coordenação (DJPC) assegura o apoio jurídico à atividade da entidade, participa na preparação e análise de diplomas legais e coordena os instrumentos de planeamento estratégico e monitorização da atividade da organização.

Por sua vez, o Departamento de Gestão de Recursos (DGR) é responsável pela gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais da entidade, incluindo a coordenação das políticas de formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores.

A diversidade das áreas de intervenção da entidade exige elevados níveis de qualificação técnica dos trabalhadores, designadamente nas áreas económica, financeira, jurídica e tecnológica, reforçando a importância da formação profissional para o desenvolvimento das competências necessárias ao desempenho das funções da organização.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A transformação institucional ocorrida em 2025 teve impacto na dimensão e na composição dos recursos humanos da organização.

Em 1 de janeiro de 2025 a entidade integrava 94 trabalhadores em exercício de funções. Ao longo do ano registaram-se diversas movimentações de pessoal associadas ao processo de reorganização institucional e à integração de novas unidades orgânicas.

Em resultado desta evolução, o número de trabalhadores em funções ascendia a 121 em 31 de dezembro de 2025.

1. Distribuição por género

A análise da distribuição dos trabalhadores por género evidencia uma predominância de trabalhadores do sexo feminino, refletindo, em larga medida, a composição da estrutura de recursos humanos da entidade. A respetiva distribuição encontra-se representada no Gráfico 1 – Distribuição dos trabalhadores por género, 31 de dezembro de 2025.

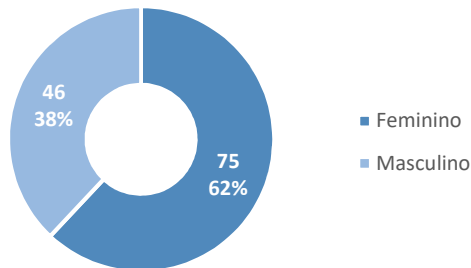


Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhadores por género, 31 de dezembro de 2025

Este crescimento refletiu o alargamento das competências da entidade e a necessidade de reforçar a capacidade técnica da organização para responder às novas exigências institucionais.

Neste contexto, a formação profissional assumiu igualmente um papel importante enquanto instrumento de integração organizacional e de desenvolvimento das competências necessárias ao desempenho das funções.

2. Distribuição por carreiras

Para além da distribuição por género, importa igualmente analisar a composição dos recursos humanos segundo as diferentes carreiras existentes na organização. Este indicador permite caracterizar a estrutura profissional da entidade e identificar o peso relativo das diferentes categorias de trabalhadores.

A distribuição dos trabalhadores por carreira encontra-se representada no Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhadores por carreira, 31 de dezembro de 2025.

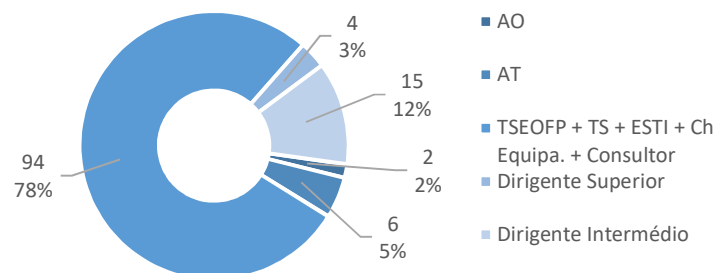


Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores por carreira, 31 de dezembro de 2025

EXECUÇÃO DA FORMAÇÃO

Durante o ano de 2025, os trabalhadores da ETF participaram em 92 ações de formação, correspondendo a 333 participações em iniciativas formativas e envolvendo 117 trabalhadores da entidade.

Os principais indicadores da execução da formação encontram-se sintetizados na Tabela 2 – Principais indicadores de formação dos trabalhadores da ETF, 2025.

Indicador	Valor
Número de ações de formação frequentadas	92
Número total de participações em ações de formação ¹	333
Número de trabalhadores que frequentaram formação ²	117
Número total de trabalhadores da ETF	121
Taxa de participação em ações de formação ³	96,7%
Número total de horas de formação frequentadas ⁴	1751 ⁵

Tabela 2 - Principais indicadores de formação dos trabalhadores da ETF, 2025

A taxa de participação em ações de formação foi de 96,7%, considerando um total de 121 trabalhadores em exercício de funções.

No conjunto das ações realizadas foram frequentadas 1751 horas de formação.

Estes dados evidenciam um elevado nível de participação dos trabalhadores nas iniciativas formativas realizadas ao longo do ano e refletem a importância atribuída ao desenvolvimento contínuo de competências no contexto da organização.

¹ O número de participações corresponde ao total de presenças dos trabalhadores em ações de formação, podendo o mesmo trabalhador participar em mais do que uma ação.

² O mesmo que participantes em ações de formação.

³ A taxa de participação resulta da relação entre o número de trabalhadores participantes e o total de trabalhadores da entidade.

⁴ Soma do total de horas frequentadas pelos trabalhadores em todas as ações de formação, sendo o mesmo que volume de horas de formação.

⁵ Para efeitos do presente Relatório, o total de horas de formação frequentadas foi arredondado, devendo considerar-se como valores efetivos os que constam do Balanço Social e do COFAP.

PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO

1. Participação por grupo profissional

A análise da participação em formação permite caracterizar o envolvimento dos trabalhadores da Entidade do Tesouro e Finanças nas iniciativas formativas realizadas durante o ano de 2025, evidenciando padrões relevantes ao nível das diferentes carreiras da organização.

A distribuição da carga horária de formação por grupo profissional permite identificar os grupos profissionais em que se concentrou o maior volume de formação realizado durante o ano de 2025. Esta distribuição encontra-se representada no Gráfico 2.

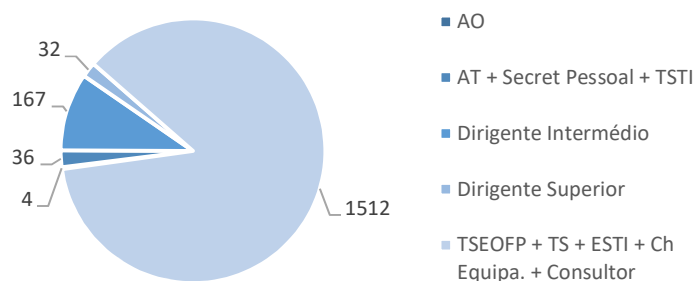


Gráfico 3 - Carga horária de formação por grupo profissional, 2025

A análise da distribuição das horas de formação por grupo profissional evidencia uma predominância clara das carreiras técnicas da organização — designadamente técnicos superiores especialistas em orçamento e finanças públicas, técnicos superiores, especialistas de sistemas e tecnologias de informação, chefes de equipa e consultores — que concentram a maior parte da carga horária de formação realizada. Este resultado é consistente com a natureza das atribuições da entidade, que exigem elevados níveis de qualificação técnica e uma atualização permanente de conhecimentos nas áreas económica, financeira, jurídica e tecnológica.

Regista-se igualmente a realização de horas de formação por parte de dirigentes intermédios, bem como de trabalhadores integrados nas carreiras de assistente técnico, secretariado pessoal e técnico de sistemas e tecnologias de informação. A participação de dirigentes superiores e assistentes operacionais, embora mais reduzida, evidencia também o carácter transversal das iniciativas de formação desenvolvidas no âmbito da organização.

A distribuição das participações por grupo profissional encontra-se representada no gráfico seguinte.

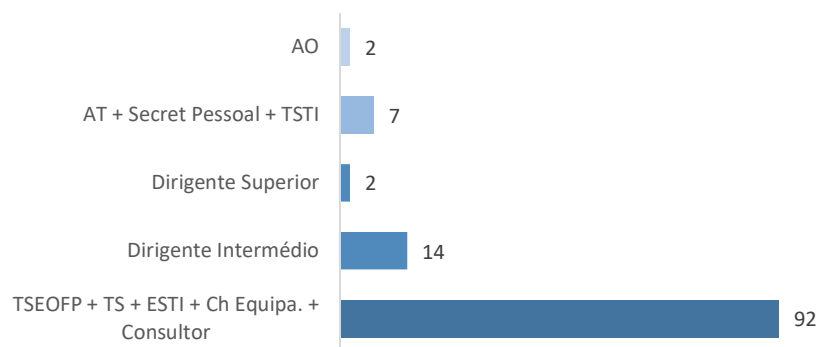


Gráfico 4 - Participações em ações de formação por grupo profissional, 2025

2. Participação por género

A análise da participação em formação por género evidencia uma predominância de trabalhadores do sexo feminino, que representam cerca de 75% do total, enquanto os trabalhadores do sexo masculino correspondem a aproximadamente 25%.

Esta distribuição tende a refletir, em larga medida, a composição da estrutura de recursos humanos da entidade.

A respetiva distribuição encontra-se representada no Gráfico 3 – Participações em ações de formação por género, 2025.

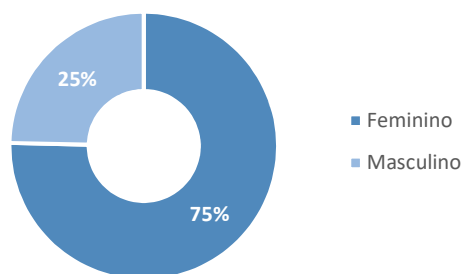


Gráfico 5 - Participações em ações de formação por género, 2025

Para além do número de participações, importa igualmente analisar a distribuição das horas de formação frequentadas, indicador que permite avaliar a intensidade formativa associada à participação em ações de formação.

Neste sentido, verifica-se igualmente uma predominância de horas de formação frequentadas por trabalhadoras do sexo feminino, em linha com o maior número de participações registadas neste grupo.

A distribuição das horas de formação por género encontra-se representada no Gráfico 4 – Horas de formação frequentadas por género, 2025.

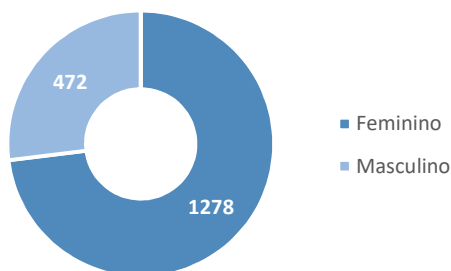


Gráfico 6 - Horas de formação frequentadas por género, 2025

A monitorização da participação em formação segundo o género constitui um instrumento relevante para acompanhar a implementação das políticas de igualdade de oportunidades no acesso à formação e no desenvolvimento profissional dos trabalhadores. Esta análise permite igualmente identificar eventuais diferenças na intensidade formativa entre trabalhadores e trabalhadoras, contribuindo para a avaliação das políticas internas de gestão de recursos humanos.

De forma global, os dados relativos à participação em formação evidenciam um elevado nível de envolvimento dos trabalhadores da ETF nas iniciativas formativas realizadas, refletindo o reconhecimento da importância da atualização contínua de competências para o desempenho das funções da entidade e para o reforço da sua capacidade técnica e institucional.

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

1. Introdução à classificação CNAEF

As ações de formação frequentadas pelos trabalhadores da ETF durante o ano de 2025 abrangeram um conjunto diversificado de áreas temáticas, refletindo a natureza multidisciplinar das atividades desenvolvidas pela entidade e a necessidade de assegurar a atualização permanente de conhecimentos técnicos.

Para efeitos de sistematização e análise estatística, as ações de formação foram classificadas de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF), aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de março. Esta classificação estabelece uma estrutura normalizada para a identificação das áreas de educação e formação com base no conteúdo dominante das iniciativas formativas, permitindo assegurar a comparabilidade estatística da informação relativa à formação profissional no âmbito do Sistema Estatístico Nacional.

A distribuição das participações e das horas de formação por área de educação e formação encontra-se apresentada na Tabela 3 – Participações e horas de formação por área de educação e formação (CNAEF), 2025.

Código CNAEF	Área de educação e formação	Participações	Horas de Formação
090	Desenvolvimento pessoal	76	517
223	Língua e literatura materna	2	60
313	Ciência política e cidadania	1	2
314	Economia	2	6
322	Biblioteconomia, arquivo e documentação	1	3
343	Finanças, banca e seguros	1	7
345	Gestão e administração	12	358
380	Direito	29	141
422	Ciências do ambiente	1	3
481	Ciências informáticas	25	144
482	Informática na ótica do utilizador	43	226
861	Proteção de pessoas e bens	2	8
862	Segurança e higiene no trabalho	138	276

Tabela 3 - Participações e horas de formação por área de educação e formação (CNAEF), 2025

O número elevado de participações na área de formação classificada com o código 862 resulta da realização de ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho, dirigidas a um número alargado de trabalhadores.

2. Análise das áreas de formação

A análise dos dados evidencia uma concentração significativa da formação em áreas relacionadas com o desenvolvimento de competências transversais e técnicas relevantes para o desempenho das funções da organização.

Em termos de volume de horas de formação, destaca-se a área do desenvolvimento pessoal, com 517 horas distribuídas por 76 participações, refletindo a importância atribuída ao reforço de competências comportamentais, organizacionais e de gestão individual do trabalho. A área da gestão e administração apresenta igualmente um volume expressivo de formação, com 357,8

horas, evidenciando a relevância das competências associadas à gestão organizacional, liderança e funcionamento das organizações públicas.

Regista-se também um volume significativo de formação na área da segurança e higiene no trabalho, com 276 horas, associado sobretudo ao cumprimento das obrigações legais em matéria de segurança e saúde no trabalho e à realização de ações dirigidas a um número alargado de trabalhadores.

No domínio das competências digitais, as áreas de informática na ótica do utilizador (226 horas) e de ciências informáticas (144 horas) representam igualmente uma parcela relevante da formação realizada, refletindo a crescente importância das ferramentas digitais no tratamento e análise de informação económica e financeira e na modernização dos processos de trabalho da Administração Pública.

A área do direito regista igualmente um volume relevante de formação, com 141 horas distribuídas por 29 participações, evidenciando a necessidade de atualização permanente de conhecimentos no enquadramento normativo aplicável à atividade administrativa e financeira do Estado.

Por sua vez, outras áreas — como língua e literatura materna, economia, finanças, ciência política, biblioteconomia, ciências do ambiente e proteção de pessoas e bens — apresentam um volume de formação mais reduzido, mas contribuem para o reforço de competências específicas relevantes para determinadas funções da organização.

A distribuição das horas de formação por área de educação e formação encontra-se representada no Gráfico 5 – Horas de formação por área de educação e formação (CNAEF), 2025.

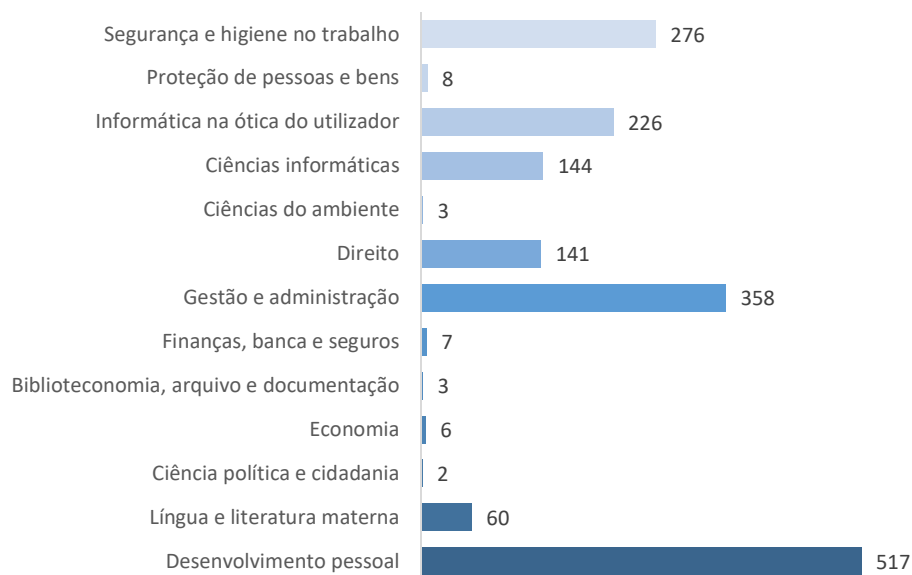


Gráfico 7 - Horas de formação por área de educação e formação (CNAEF), 2025

De forma global, a diversidade das áreas formativas frequentadas evidencia a preocupação da entidade em assegurar simultaneamente a atualização técnica dos trabalhadores e o desenvolvimento de competências transversais relevantes para o desempenho das suas funções.

3. Modalidade de realização das ações de formação

As ações de formação frequentadas durante o período em análise foram realizadas através de diferentes modalidades pedagógicas, refletindo a crescente diversificação dos formatos de aprendizagem utilizados na formação profissional.

A análise da distribuição das participações por modalidade de realização evidencia uma predominância das iniciativas realizadas à distância em regime assíncrono, que totalizam 163 participações, representando o formato mais utilizado ao longo do ano. Este resultado reflete a crescente utilização de plataformas de e-learning, que permitem aos trabalhadores aceder aos conteúdos formativos de forma flexível e compatível com as exigências da atividade profissional.

As plataformas mais utilizadas na modalidade acima referida foram a *NAU – Ensino e formação online para grandes audiências*, no âmbito da formação de competências previstas no Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), e a *Microsoft Learn*, no âmbito da informática na ótica do utilizador.

As ações realizadas à distância em regime síncrono, que correspondem a 89 participações, constituem igualmente uma componente relevante da formação realizada. Este formato caracteriza-se pela realização de sessões formativas em ambiente virtual com interação em tempo real entre formadores e participantes, combinando as vantagens da formação presencial em termos de interação pedagógica com a flexibilidade proporcionada pelas tecnologias digitais.

As ações de formação presenciais continuam também a assumir um peso significativo, registando 78 participações. Este tipo de formação revela-se particularmente adequado em iniciativas que beneficiam de uma interação direta entre formadores e participantes ou que envolvem atividades práticas e discussão aprofundada de conteúdos.

Por sua vez, as modalidades mistas, que combinam momentos de formação presencial e à distância, bem como as iniciativas que articulam diferentes modalidades de ensino a distância, apresentam uma expressão residual no conjunto das participações registadas.

A distribuição das participações por modalidade de realização encontra-se representada no Gráfico 6 – Participações em ações de formação por modalidade de realização, 2025.

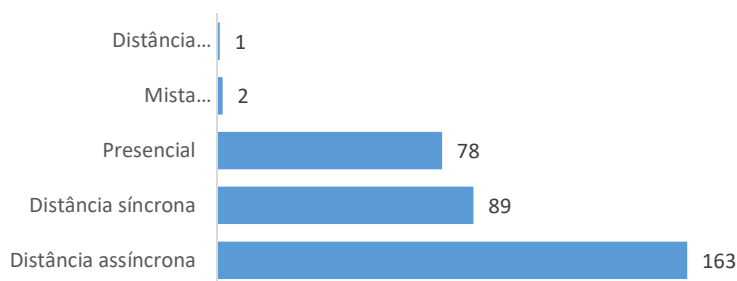


Gráfico 8 - Participações em ações de formação por modalidade de realização, 2025

ENCARGOS COM FORMAÇÃO

A participação dos trabalhadores da ETF em ações de formação durante o ano de 2025 implicou encargos associados, designadamente ao pagamento de inscrições em cursos e programas de formação especializada promovidos por diversas entidades externas.

No total, os encargos com formação ascenderam a 4 857,70 euros ao longo do ano de 2025. Este valor corresponde ao conjunto das despesas suportadas pela entidade com a participação dos trabalhadores em iniciativas formativas externas.

A análise da distribuição destes encargos evidencia que a maior parte das despesas com formação se concentrou nas carreiras técnicas da organização, designadamente técnicos superiores especialistas em orçamento e finanças públicas, técnicos superiores, especialistas de sistemas e tecnologias de informação, chefes de equipa e consultores, que representam 3 907,70 euros do total de encargos registados. Esta concentração é consistente com a natureza das funções exercidas por estes profissionais, que requerem um elevado nível de especialização técnica e uma atualização permanente de conhecimentos em matérias económicas, financeiras, jurídicas e tecnológicas.

A distribuição dos encargos com formação por carreira encontra-se representada no Gráfico 7 - Distribuição dos encargos com formação por carreira, 2025.

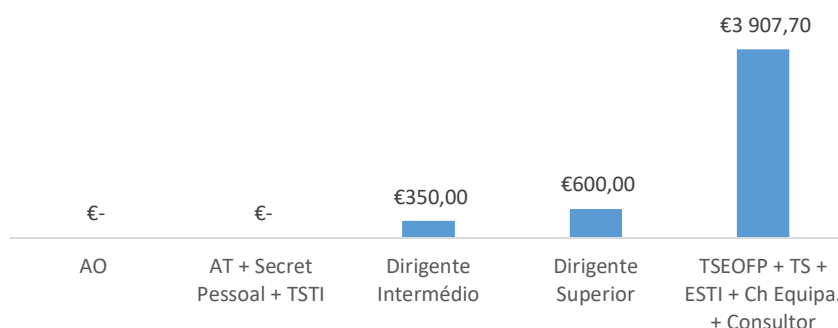


Gráfico 9 - Distribuição dos encargos com formação por carreira, 2025

Registam-se igualmente encargos associados à participação de dirigentes, no montante total de 950 euros, dos quais 600 euros correspondem a dirigentes superiores e 350 euros a dirigentes intermédios, refletindo a necessidade de reforçar competências de gestão e de liderança associadas às funções de direção.

Importa salientar que não se registaram encargos com formação relativamente a assistentes operacionais e a trabalhadores integrados nas carreiras de assistente técnico, secretariado pessoal e técnico de sistemas e tecnologias de informação, uma vez que as ações de formação frequentadas por estes trabalhadores foram disponibilizadas sem custos de inscrição ou promovidas por entidades públicas.

Considerando o número total de 92 ações de formação frequentadas, 333 participações registadas e 117 trabalhadores participantes, os encargos com formação traduzem um investimento relativamente reduzido face ao volume de formação realizado, evidenciando uma gestão eficiente dos recursos financeiros afetos à formação profissional.

Neste contexto, as despesas com formação devem ser entendidas não apenas como um custo operacional, mas sobretudo como um investimento estratégico no desenvolvimento do capital humano da organização, contribuindo para o reforço das competências técnicas dos trabalhadores e para a melhoria da qualidade da intervenção pública nas áreas da responsabilidade da Entidade do Tesouro e Finanças.

AValiação Global da Formação

A análise da execução do Plano de Formação de 2025 evidencia um nível muito elevado de participação dos trabalhadores da ETF em ações de formação, traduzindo-se numa taxa de participação de 96,69%. Este resultado demonstra o forte envolvimento dos recursos humanos da ETF nas atividades de desenvolvimento de competências e confirma a relevância atribuída à formação profissional enquanto instrumento estratégico de valorização profissional e de reforço da capacidade institucional.

A diversidade das áreas de formação frequentadas, abrangendo domínios técnicos especializados — como direito, economia, finanças e tecnologias de informação — bem como áreas transversais associadas ao desenvolvimento pessoal, gestão organizacional e competências digitais, evidencia uma abordagem equilibrada ao desenvolvimento das competências dos trabalhadores. Esta abordagem permitiu responder simultaneamente às necessidades de atualização técnica associadas às atribuições da entidade e ao reforço de competências transversais relevantes para o funcionamento organizacional.

Importa igualmente destacar o contributo da formação no contexto específico da reorganização institucional ocorrida em 2025, marcada pela transformação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças em Entidade do Tesouro e Finanças e pela integração de novas competências decorrentes da fusão de unidades técnicas especializadas. Neste enquadramento, as iniciativas

formativas desempenharam um papel relevante na facilitação dos processos de adaptação organizacional, contribuindo para a harmonização de práticas de trabalho e para a consolidação de novas dinâmicas de colaboração interna.

De forma global, os resultados obtidos evidenciam que a formação profissional constituiu, em 2025, um instrumento eficaz de apoio ao desenvolvimento das competências dos trabalhadores e ao reforço da capacidade técnica da organização, contribuindo para melhorar a qualidade da intervenção pública nas áreas de responsabilidade da Entidade do Tesouro e Finanças.

8.7. Balanço Social



Entidade do
Tesouro e Finanças



BALANÇO SOCIAL 2025



Índice

Glossário	4
Nota Introdutória	6
1. Situação e Evolução.....	6
2. Caracterização de efetivos	8
Distribuição por género e carreira	8
Distribuição por escalão etário	9
Distribuição por antiguidade.....	11
Distribuição por habilitação	11
Profissionais portadores de deficiência	12
Relações profissionais	13
Movimentos de pessoal	13
Mudança de situação de efetivos	15
Modalidades de horário	15
Trabalho suplementar	15
Absentismo.....	16
3. Remunerações e encargos	17
Estrutura remuneratória por género	17
Total de encargos com pessoal	18
4. Higiene e Segurança	19
5. Formação Profissional	19
6. Indicadores de Gestão.....	21

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição de efetivos por grupo profissional	6
Gráfico 2 - Distribuição de efetivos ao longo dos últimos 10 anos.....	7
Gráfico 3 - Distribuição de efetivos por unidades orgânicas	7
Gráfico 4 - Distribuição de efetivos por género	8
Gráfico 5 - Distribuição de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o género	9
Gráfico 6 - Pirâmide Etária da ETF.....	9
Gráfico 7 - Distribuição etária dos efetivos por género	10
Gráfico 8 - Distribuição de efetivos por antiguidade	11
Gráfico 9 - Distribuição de efetivos por habilitação académica.....	11
Gráfico 10 - Motivo das entradas em 2025.....	13
Gráfico 11- Motivo das saídas em 2025.....	14
Gráfico 12 - Distribuição dos profissionais pelos horários praticados na ETF	15
Gráfico 13 - Motivo de ausência	16
Gráfico 14 - Estrutura remuneratória por escalões e género	17
Gráfico 15 - Distribuição dos encargos com pessoal em 2025.....	18
Gráfico 16 - Participantes em ações de formação por grupo profissional.....	20

Índice de tabelas

Tabela 1 - Distribuição de efetivos por género, carreira e habilitação	12
Tabela 2 - Distribuição das horas de formação por grupos profissionais	19
Tabela 3 - Indicadores de gestão dos últimos 3 anos	21
Tabela 4 - Perfil profissional-tipo da ETF.....	21

Glossário

ACIP	Acordo de Cedência de Interesse Público
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CTFP	Contrato de Trabalho em Funções Públicas
DAF	Departamento de Apoios Financeiros
DG	Gabinete do Diretor-Geral
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGPE	Departamento de Gestão de Participações do Estado
DGR	Departamento de Gestão de Recursos
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DJPC	Departamento Jurídico, de Planeamento e Coordenação
EAS SPE	Equipa de Avaliação e Supervisão do Setor Público Empresarial
EGSI	Equipa Multidisciplinar de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação
ESTI	Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação
ETF	Entidade do Tesouro e Finanças
NAU	Ensino e Formação Online para Grandes Audiências
PCC	Procedimentos Concursais Comuns
POC	Procedimentos de Oferta de Colocação
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RH	Recursos Humanos
SD	Gabinete da Subdireção
SIADAP	Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública
SS	Segurança Social
TSEOF	Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Balanço Social foi elaborado com referência a 31 de dezembro do ano 2025, nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, com dados e indicadores que permitem a caracterização dos recursos humanos (RH) da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), visando contribuir para uma melhor gestão dos efetivos que asseguram o trabalho desenvolvido nesta Entidade.

Este documento constitui uma ferramenta essencial para o ciclo anual de gestão aliado a outros instrumentos de planeamento como o Plano de Atividades, o Relatório de Atividades e o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), que devolvem uma quantidade de informações sobre o estado organizacional, ressaltando os pontos fortes e as oportunidades a alcançar na gestão de recursos humanos.

Com o intuito de melhorar a sua qualidade informativa, são apresentados quadros e gráficos acompanhados de uma breve análise onde se evidenciam os aspetos mais relevantes do desenvolvimento do capital humano desta Entidade, permitindo uma visão integrada da gestão dos recursos humanos na ETF, o que constitui um fator de apoio na tomada de decisões.

O cenário de escassez de recursos humanos tem exigido um investimento significativo no reforço dos postos de trabalho. Torna-se, portanto, necessário, de forma prospetiva, aumentar a taxa de fixação laboral na organização e, preventivamente, assegurar a compensação das saídas futuras, em particular por aposentação, considerando a distribuição etária observada na ETF. Regista-se, com elevado nível de preocupação, que a classe modal da variável “idade” situa-se entre os 60 e 64 anos, contabilizando-se 21 profissionais em 31/12/2025.

No decorrer do ano, após a conclusão dos Procedimentos Concursais Comuns (PCC) e dos Procedimentos de Oferta de Colocação (POC), que haviam sido publicitados no ano anterior, ingressaram na ETF 15 profissionais, maioritariamente de idades mais jovens e sem antiguidade na Administração Pública, estando ainda previsto o ingresso de mais 6 profissionais no início do ano de 2026.

1. Situação e Evolução

O mapa de pessoal da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF) aprovado, previa a ocupação para o ano de 2025, de 206 postos de trabalho, sendo que em 31 de dezembro, se encontravam ocupados 121 postos.

Os mesmos encontram-se distribuídos, e apresentados de acordo com os mapas padronizados pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), pelos cargos de dirigentes superiores de 1.º e 2.º grau, dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau, e pelas carreiras de técnico superior¹, assistente técnico², assistente operacional e informática³.

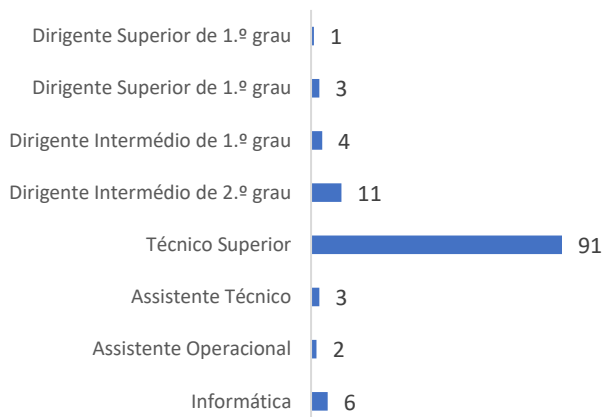


Gráfico 1 - Distribuição de efetivos por grupo profissional

No ano de 2025, observa-se um crescimento do número de efetivos por força da reestruturação⁴ da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), extinção, por fusão, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP), absorvendo os trabalhadores destas unidades e criando a Entidade do Tesouro e Finanças.

A maior parte dos trabalhadores das extintas unidades exercem funções em regime de comissão de serviço, em cargos de consultores, sendo que para efeitos de Balanço Social, serão integrados na carreira de técnico superior, para além destes, contabiliza-se ainda duas assistentes técnicas, que se encontravam nas referidas unidades a exercer funções em regime de mobilidade, que transitam, a sua situação profissional a decorrer, para a ETF.

¹ A carreira de técnico superior engloba 10 técnicos superiores, 64 técnicos especialistas em orçamento e finanças públicas do Ministério das Finanças (TSEOPF), 15 consultores e 2 chefes de equipa multidisciplinar.

² A carreira de assistente técnico contabiliza 1 secretária, em regime de comissão de serviço, que pertence à carreira de assistente técnico, na origem.

³ A carreira de Informática engloba 3 especialistas em sistemas e tecnologias de informação e 3 técnicos em sistemas e tecnologias de informação.

⁴ Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março.

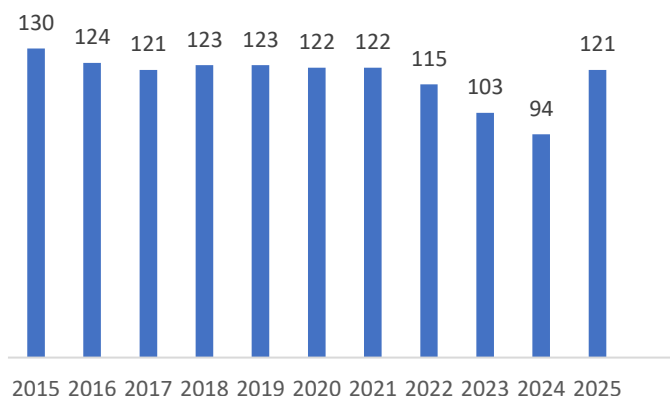


Gráfico 2 - Distribuição de efetivos ao longo dos últimos 10 anos

A distribuição dos efetivos evidencia uma concentração mais significativa no Departamento de Gestão de Participações do Estado, que reúne 28 colaboradores, correspondendo a 23,14% do total. Segue-se o Departamento de Gestão de Recursos, com 26 efetivos (21,49%), e o Departamento de Apoios Financeiros, que integra 18 colaboradores (14,88%).

O Departamento Jurídico, de Planeamento e Coordenação representa 13,22% do total, com 16 efetivos, enquanto a Subdireção conta com 4 colaboradores (3,31%) e o Gabinete do Diretor-Geral com 3 (2,48%).

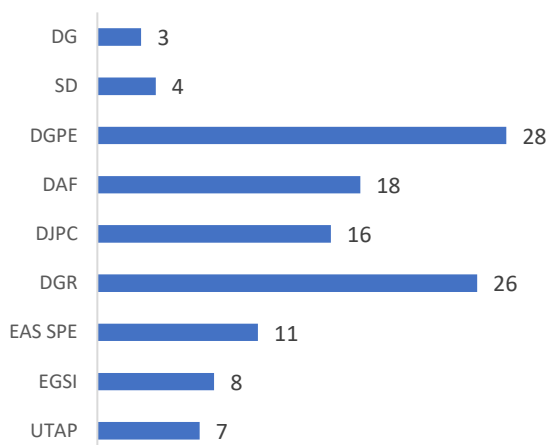


Gráfico 3 - Distribuição de efetivos por unidades orgânicas

As estruturas de apoio especializadas, nomeadamente a Equipa de Avaliação e Supervisão do Setor Público Empresarial (EAS SPE) e a Equipa Multidisciplinar de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação (EGSI), dispõem respetivamente de 11 (9,09%) e 8 efetivos (6,61%). Por fim, a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP) integra 7 colaboradores, correspondendo a 5,79% do total.

2. Caracterização de efetivos

A ETF, em 31 de dezembro de 2025, contabilizava um total de 121 trabalhadores/as, encontrando-se 36 em comissão de serviço (15 homens e 21 mulheres), em cargos de dirigentes e consultores, e os restantes 85 em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por tempo indeterminado (31 homens e 54 mulheres).

Distribuição por género e carreira

Em 2025, o género mais representativo na ETF corresponde ao género feminino com 75 efetivos, situando-se a taxa de feminização⁵ nos 61,98%, inferior à taxa registada em 2024 de 63,83%.



Gráfico 4 - Distribuição de efetivos por género

Em relação à distribuição de género dos efetivos pelos grupos profissionais/cargos/carreiras, verifica-se que somente na carreira de assistente operacional não existe elementos de ambos os sexos, só contando com 2 elementos do género masculino por contraposição com a carreira de assistente técnico, que conta com 3 elementos do género feminino. O grupo profissional das carreiras de informática apresenta um valor igualitário na distribuição dos efetivos pelos géneros. Em relação aos grupos profissionais dirigentes e técnico superior, o género feminino é o mais representado.

⁵ A taxa de feminização corresponde ao somatório dos efetivos do género feminino / Total de efetivos x 100.

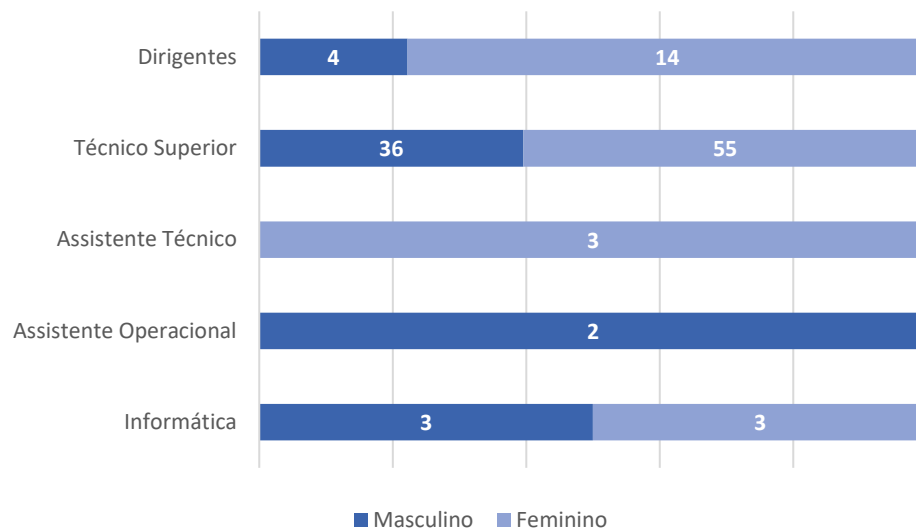


Gráfico 5 - Distribuição de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Distribuição por escalão etário

A média de idades dos efetivos da ETF é de 51 anos, destacando-se que, a 31 de dezembro de 2025, o trabalhador mais novo tinha 22 anos e o mais velho 68 anos.

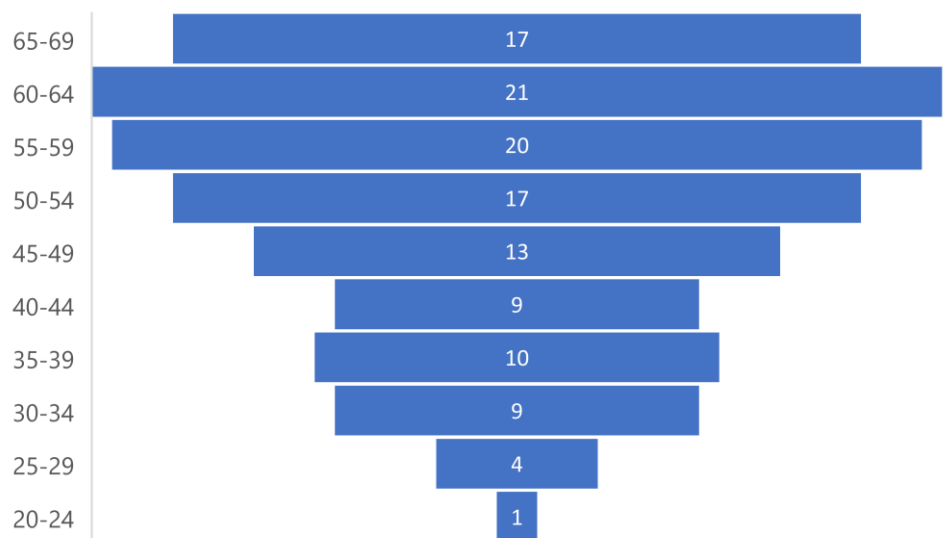


Gráfico 6 - Pirâmide Etária da ETF

Da análise do gráfico supra, respeitante à pirâmide etária dos nossos profissionais, podemos verificar que o escalão com maior representatividade se situa, à semelhança dos anos anteriores, entre os 60-64 anos de idade, integrando 21 dos 121 trabalhadores (17,36%), seguido do escalão 55-59 com 20 trabalhadores (16,53%) e os escalões 65-69 e 50-54 anos ambos com 17 trabalhadores (14,05% cada).

Os escalões etários menos representativos, situam-se no intervalo 20-24 anos com 1 trabalhadora (0,83%) e 25-29 anos com 4 trabalhadores (3,31%).

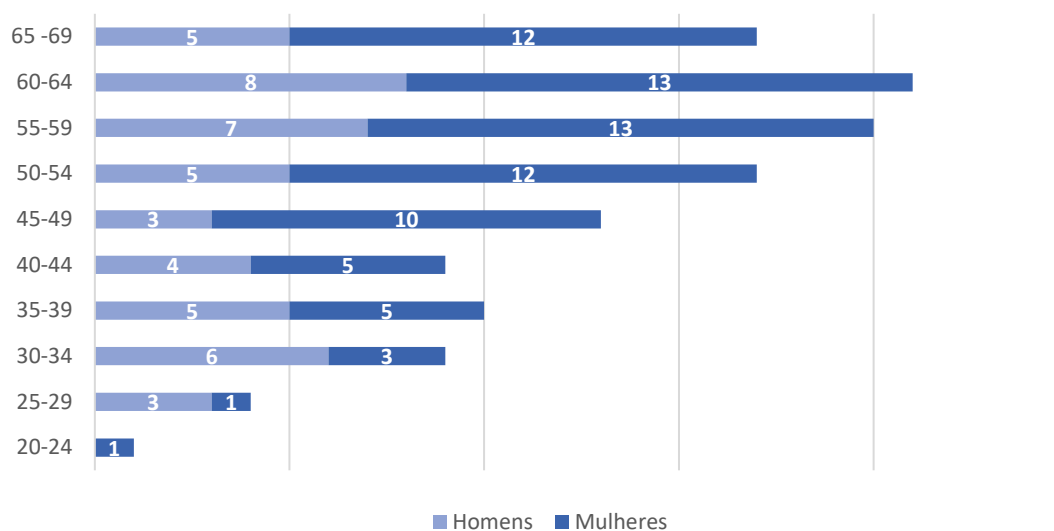


Gráfico 7 - Distribuição etária dos efetivos por género

Em relação à distribuição de efetivos por escalões etários e género, verifica-se que o maior número de mulheres bem como o maior número de homens em funções na ETF situam-se nas faixas etárias dos 60-64 anos e 55-59 anos, com 13 trabalhadoras cada no lado feminino, e com 8 e 7 trabalhadores respetivamente, no lado masculino.

A média etária dos RH do género feminino situa-se nos 53 anos e a média etária dos RH do género masculino situa-se nos 49 anos.

Verifica-se uma redução da idade média relativamente a 2025, passando de 55 anos para 51 anos, resultado da saída de vários profissionais por aposentação e da integração de colaboradores mais jovens.

Importa ainda salientar que, a 31.12.2025, a moda da variável idade é de 65 anos, correspondendo a 12 profissionais. Este dado evidencia a necessidade de assegurar a renovação contínua do quadro de pessoal, sob pena de se comprometer o cumprimento das atribuições desta ETF nos próximos anos, caso não se mantenha a tendência de recrutamento verificada no presente ano.

Distribuição por antiguidade

A antiguidade dos trabalhadores em funções na ETF apresenta uma média de 22 anos, em 2025, valor inferior ao verificado no ano anterior (27 anos) e resultado da saída de diversos profissionais por aposentação, e entrada de novos profissionais na Administração Pública.

Com a entrada de novos profissionais na AP, verificou-se um crescimento das classes etárias mais jovens, com 35 profissionais com até 9 anos de serviço, que começam progressivamente a equilibrar o peso das classes mais envelhecidas. Ainda assim, mantém-se uma presença significativa de profissionais com 25 ou mais anos de serviço, com 64 profissionais, evidenciando uma estrutura etária ainda marcada por elevados níveis de antiguidade.

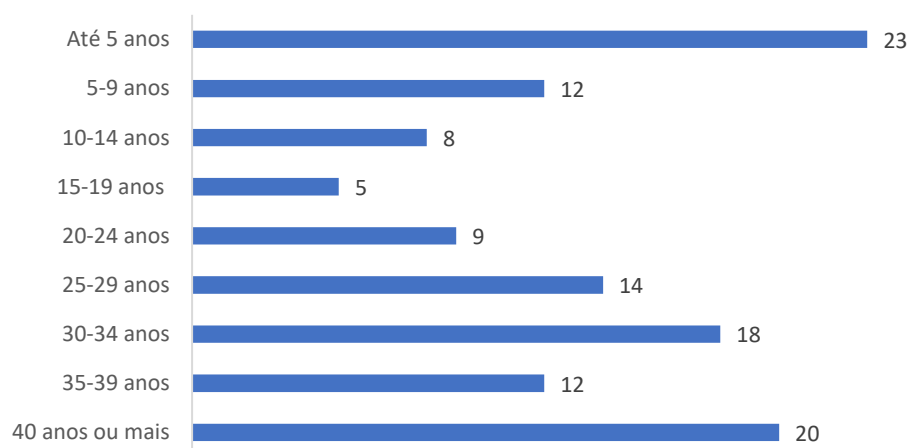


Gráfico 8 - Distribuição de efetivos por antiguidade

Distribuição por habilitação

O grupo habilitacional com maior representatividade (69%) é o de efetivos com licenciatura, verificando-se uma concentração de profissionais superior a 96,69% do pessoal, com habilitação igual ou superior ao 12.º ano.

Por contrapartida, somente 3,31% dos profissionais da ETF têm como habilitação o 6.º, 9.º e 11.º anos de escolaridade.

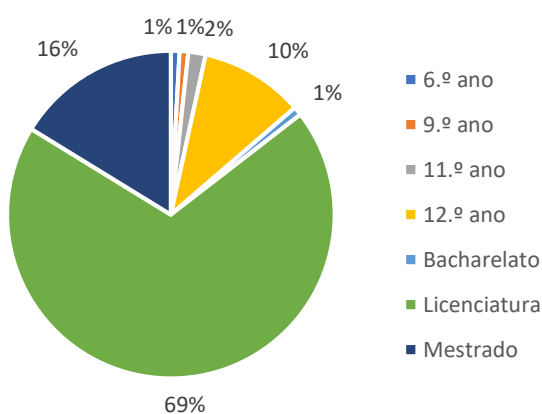


Gráfico 9 - Distribuição de efetivos por habilitação académica

	Dirigente superior de 1º grau		Dirigente superior de 2º grau		Dirigente intermédio de 1º grau		Dirigente intermédio de 2º grau		Técnico Superior		Informática		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Doutoramento	1								1	2							4
Mestrado				1		2			8	8							19
Licenciatura			1	1	1	1	2	9	24	37	2	3					81
Bacharelato										1							1
12.ª ano									2	6	1			3			12
11.ª ano									1	1							2
9.ª ano															1		1
6.ª ano															1		1
Total	1	0	1	2	1	3	2	9	36	55	3	3	0	3	2	0	121

Tabela 1 - Distribuição de efetivos por género, carreira e habilitação

Em relação à distribuição de efetivos por carreira, género e habilitação académica, verifica-se que dos 81 licenciados, 61 são técnicos superiores, 5 são da área da informática e os restantes licenciados encontram-se a exercer funções como dirigentes. De referir que a maioria das licenciaturas pertencem às seguintes áreas de educação e formação: financeira, direito, ciências sociais e engenharias.

Relativamente aos detentores de mestrado, estes dividem-se entre a carreira de técnico superior (16) e cargos dirigentes (3), com especial incidência nas áreas de Direito, Economia e Gestão. Já o doutoramento é detido por 4 profissionais: um em cargo de direção superior de 1.º grau e três na carreira de técnico superior

Salienta-se que, em 2009, foram englobados no grupo profissional “Técnicos Superiores” efetivos pertencentes à extinta carreira de regime especial de Técnico de Fazenda do Tesouro, nos termos do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, motivo pelo qual 10 dos profissionais da carreira “Técnico Superior”, não possuem o grau habilitacional de licenciatura ou superior.

Profissionais portadores de deficiência

Do cômputo de 121 efetivos, à data de 31 de dezembro de 2025, 8 são trabalhadores com grau de deficiência declarada, representando 6,61% do peso total dos efetivos, sendo que 7 pertencem à carreira de técnico superior (6 mulheres e 1 homem), e uma mulher da carreira de informática.

Relações profissionais

A 31 de dezembro de 2025, na ETF, observa-se uma taxa de sindicalização de 4,96%, correspondendo a 6 profissionais, 5 da carreira de técnico superior e outra da carreira de assistente técnica.

Movimentos de pessoal

No ano de 2025, foram admitidos ou regressaram à ETF 84 trabalhadores, 55 pertencente à carreira de técnico superior, 20 em cargos de dirigente, 5 da carreira de assistente técnico, 2 da carreira de assistente operacional e 2 da carreira de informática, pelos seguintes motivos:

- 43 em comissão de serviço;
- 15 recrutamentos externos;
- 7 admissões/regressos de mobilidade;
- 2 regressos por fim de ACIP – Acordo de Cedência de Interesse Público;
- 17 regressos por “outras situações”, nomeadamente, regresso de baixa médica de longa duração (3), fim da designação para o exercício de funções noutros organismos (9), cessação de comissões de serviço ou funções como chefe de equipa multidisciplinar (5).

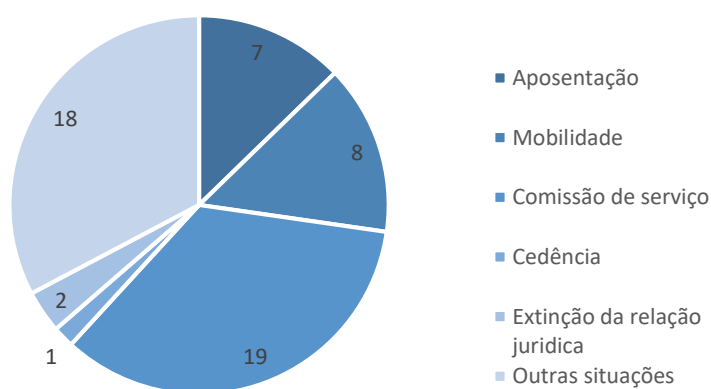


Gráfico 10 - Motivo das entradas em 2025

Em relação às saídas, registaram-se 55 saídas durante o ano de 2025, 31 na carreira de técnico superior, 16 em cargos de dirigentes, 4 na carreira de assistente técnico, 2 na carreira de assistente operacional e 2 na carreira de informática de acordo com os seguintes motivos:

- 7 por aposentação;
- 8 por mobilidade;
- 19 por comissão de serviço;
- 1 por cedência;
- 2 por extinção da relação de emprego por causa imputável ao trabalhador ou à entidade empregadora e exoneração a pedido do trabalhador;
- 18 por “outras situações”, nomeadamente, baixa médica superior a 6 meses (3), designação para o exercício de funções noutros organismos (9), cessação de designação como chefe de equipa multidisciplinar ou dirigente (4), início de licença sem vencimento (1), início de período experimental noutra entidade (1).

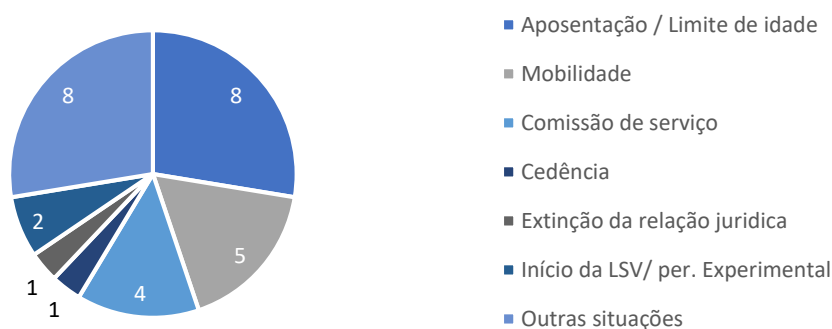


Gráfico 11- Motivo das saídas em 2025

Assim sendo, verifica-se que a taxa de admissão foi de 69,42% e a taxa de saída corresponde a 45,45%. O número das entradas/regressos bem como as saídas aumentou exponencialmente no ano de 2025 devido à reestruturação da ETF, com a cessação dos cargos de dirigentes e novas designações bem como com a entrada dos profissionais das extintas unidades (UTAM e UTAP).

O indicador “Turn Over”⁶ exprime o número de rotação de efetivos que entraram e saíram da organização, sendo que em 2025, situou-se em 57,44%, com um aumento face ao ano anterior (27,13%).

Observa-se também a saída de um efetivo contratado para a prestação de serviços em regime de avença.

⁶ Turn Over = [(N.º Admissões + N.º Saídas) / 2] / Efetivo global x100

Mudança de situação de efetivos

Em 2025, verificou-se 3 mudanças de situação discriminadas por motivos de consolidação da mobilidade na categoria, na carreira de técnico superior, bem como 57 mudanças por motivo de alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, maioritariamente como resultado da aplicação do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 28 de agosto.

Modalidades de horário

Os regimes de trabalho predominantes na ETF dividem-se entre o horário flexível e a isenção de horário. O primeiro é adotado por 21 colaboradores (17,36%), com períodos de presença obrigatória (plataformas fixas) das 10h00 às 12h00 e das 14h30 às 16h30. Já a isenção de horário abrange a maioria da estrutura (80,17%), num total de 97 profissionais, incluindo dirigentes, técnicos superiores e pessoal de informática.

Para além dos tipos de horário acima referidos, verifica-se que existem 3 efetivos que praticam jornada contínua (2,48%), correspondendo a 30 horas semanais.

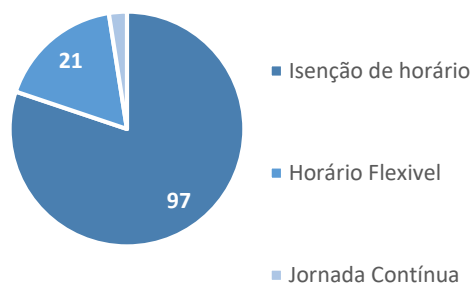


Gráfico 12 - Distribuição dos profissionais pelos horários praticados na ETF

É de salientar que existe a promoção da prestação do trabalho ao abrigo do regime de teletrabalho ocasional, possibilitando o acesso a 6 dias de teletrabalho mensais à maioria dos trabalhadores, bem como a celebração de acordos de teletrabalho em regime híbrido ou permanente entre a ETF e o trabalhador, quando solicitado, permitindo uma maior conciliação entre a vida profissional, a vida pessoal e a vida familiar com impactos visíveis ao nível da motivação organizacional.

Trabalho suplementar

Na ETF, o trabalho suplementar foi desenvolvido por um trabalhador da carreira de assistente

operacional, cuja permanência ao serviço para além do horário de trabalho é indispensável, tendo prestado ao longo do ano um total de 1096 horas de trabalho suplementar, executadas em dia normal de trabalho e no período diurno.

Absentismo

No decorrer do ano de 2025 registaram-se 1.367 dias de ausência ao trabalho, traduzindo-se num decréscimo de 6% face ao valor registado em 2024, motivado principalmente por uma diminuição das ausências por doença que, no cômputo geral corresponde a uma percentagem de 74,84% face às ausências registadas.

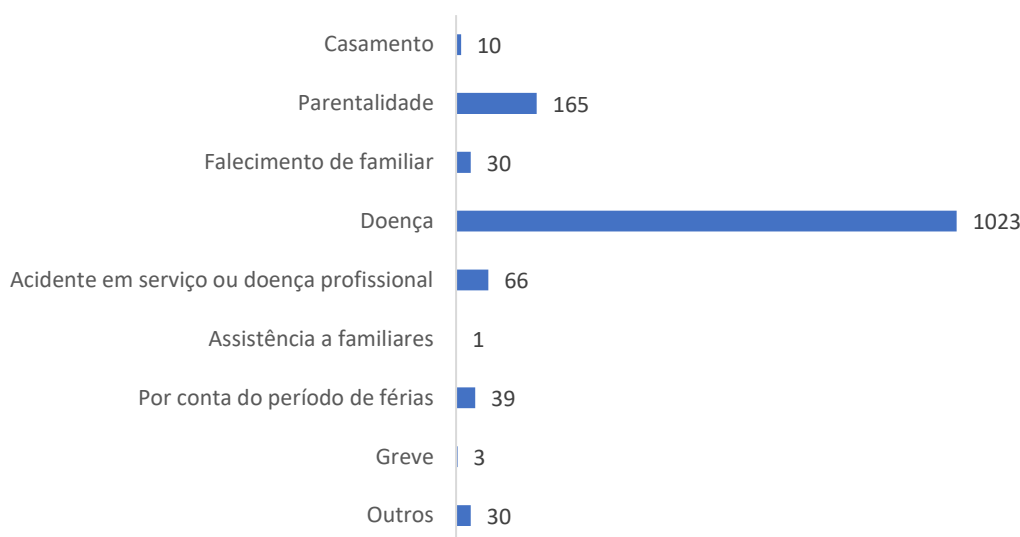


Gráfico 13 - Motivo de ausência

A taxa de absentismo⁷ em 2025 situou-se em 4,59% o que representa um decréscimo de 1,63% face ao ano anterior e o número médio de dias de absentismo⁸ foi de 11,30 dias. A carreira que registou o maior número de ausências foi a de técnico superior, carreira que integra o maior número de trabalhadores da ETF, com 1173 dias, destas 72% correspondem ao género feminino.

Importa salientar que foram registadas três ausências por motivo de greve, totalizando 21 horas de trabalho, correspondentes a três trabalhadores da carreira de técnico superior.

⁷ Taxa de absentismo = $\left[\frac{\text{n.º de ausências para efeitos de absentismo}}{\text{n.º anual de dias trabalháveis} \times \text{n.º de efetivos a 31 de dezembro}} \right] \times 100$

⁸ Número médio de dias de absentismo = $\left[\frac{\text{n.º de ausências para efeitos de absentismo}}{\text{n.º de efetivos a 31 de dezembro}} \right] \times 100$

3. Remunerações e encargos

Estrutura remuneratória por género

A análise da estrutura remuneratória por género tem como período de referência o mês de dezembro de 2025 e as remunerações mensais base ilíquidas acrescidas dos suplementos remuneratórios regulares.

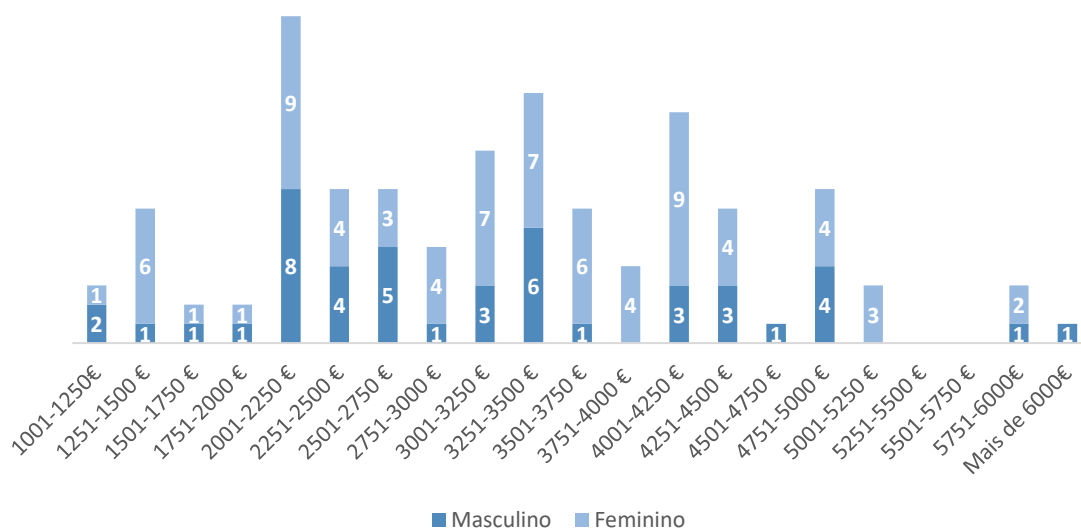


Gráfico 14 - Estrutura remuneratória por escalões e género

Verifica-se que a estrutura remuneratória dos trabalhadores incide entre os escalões remuneratórios 1001€-1250€ e mais de 6000€, sendo o escalão remuneratório 2001-2250€ aquele que concentrou o maior número de profissionais, correspondendo a 14,05% do total dos trabalhadores, seguido do intervalo entre 3251-3500€, que concentrou 10,74% dos efetivos. A análise do gráfico supra também permite concluir que no ano de referência, 75,21% dos trabalhadores da ETF auferiram remuneração ilíquida mensal entre os 2001 e os 4500€.

A remuneração mensal mínima auferida nesta Entidade é de 1.074,14€, que é auferida por um trabalhador da carreira de assistente operacional do sexo masculino e a remuneração mensal máxima é de 7.234,73€, remuneração auferida por recurso masculino, com cargo dirigente superior de 1.º grau.

O leque salarial ilíquido⁹, que consiste na relação entre o vencimento ilíquido mais alto e o mais baixo é de 6,74, verificando-se um aumento face a 2024 (1,98%).

⁹ Leque salarial ilíquido = (7.234,73€/1.074,14€)

Total de encargos com pessoal

Os encargos com pessoal em 2025 assumem o montante total de 5.975.791,84€ traduzindo-se num aumento face ao ano anterior de 32%, estando distribuídos da seguinte forma:

- Remuneração Base - 4.039.987,91€, onde constam para além da remuneração base os subsídios de férias e natal;
- Suplementos Remuneratórios – 466.549,08€, no qual foram englobados os custos com trabalho suplementar, ajudas de custo, despesas de representação, e outros suplementos;
- Prestações Sociais - 286.432,46€, correspondente a encargos com doença, parentalidade, subsídio de refeição e outros;
- Outros encargos com pessoal - 1.182.822,39€, onde se incluem encargos da entidade patronal com a CGA e SS, abonos devidos com pessoal a aguardar aposentação ou cessação da relação jurídica.

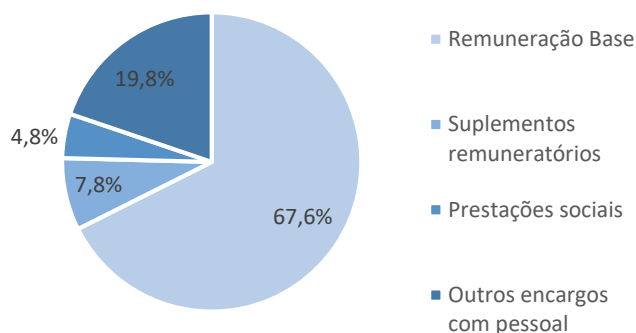


Gráfico 15 - Distribuição dos encargos com pessoal em 2025

Salienta-se que o crescimento dos encargos com pessoal verificados no ano de 2025 deveu-se à atualização das remunerações base, quer por aplicação da tabela remuneratória única em vigor para 2025, quer por aplicação das remunerações e suplementos remuneratórios previstos para os cargos dirigentes nos termos dos Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março; à integração dos consultores¹⁰ das extintas UTAM e UTAP, nos termos do mesmo diploma legal, bem como à atribuição de suplementos remuneratórios regulares relativos ao exercício de atividades críticas e transversais do Estado aos cargos dirigentes e às carreiras de TSEOPF e ESTI¹¹, nos termos do Decreto-Lei n.º 61/2025, de 2 de abril.

¹⁰ Integrados na carreira de técnico superior para efeitos do balanço social.

¹¹ TSEOPF – Técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas do MF; ESTI – Especialista de sistemas e tecnologias de informação. Estas duas carreiras encontram-se englobadas para efeitos de Balanço Social, na carreira de técnico superior e informática, respetivamente.

4. Higiene e Segurança

Em 2025, foi celebrado um contrato de prestação de serviços externos de saúde e segurança no trabalho. No âmbito da medicina do trabalho, foram realizados 103 exames médicos, dos quais 22 correspondem a exames de admissão de novos trabalhadores e 81 a exames periódicos.

No âmbito do referido contrato, destaca-se ainda a realização de três ações de formação, que contaram com a participação de 108 trabalhadores da ETF.

Registaram-se ausências por baixa médica de 32 dias, de um trabalhador pertencente à carreira de técnico superior, diretamente relacionada com acidente ocorrido no ano anterior. Regista-se também, por motivos de doença profissional, a ausência de 34 dias de baixa médica de uma trabalhadora pertencente à carreira de Informática.

5. Formação Profissional

Em 2025, registaram-se 333 participações em ações de formação externa, correspondendo a 1750:32 horas de formação, distribuídas, por grupo profissional, da seguinte forma:

Grupo/cargo/carreira/Horas despendidas	Total de horas em ações de formação
Dirigente Superior de 1º Grau	0:00:00
Dirigente Superior de 2º Grau	31:30:00
Dirigente Intermédio de 1º grau	38:00:00
Dirigente Intermédio de 2º grau	129:15:00
Técnico Superior	1218:47:00
Assistente Técnico	14:00:00
Assistente Operacional	4:00:00
Informático	315:00:00
Total	1750:32:00

Tabela 2 - Distribuição das horas de formação por grupos profissionais

O número de participantes atingiu um valor de 117 num universo médio de 108¹² profissionais, o que totaliza uma taxa de participação¹³ de 108,33%, taxa essa que é bastante superior ao registado em 2024 de 62,77%, o que demonstra a aposta da ETF na formação profissional dos seus trabalhadores com o objetivo de promover o respetivo desenvolvimento pessoal e a

¹² 108 = Média do ano, uma vez que a 01.01.2025 contabilizava-se 94 trabalhadores, e a 31.12.2025 contabilizava-se 121 trabalhadores.

¹³ Taxa de participação = ((N.º de participantes/ média do n.º de efetivos) x100).

atualização dos conhecimentos técnicos necessários ao seu bom desempenho profissional.

Verifica-se que a taxa de participação por grupo profissional ocorreu em quase todos os grupos, com exceção do dirigente superior de 1.º grau, destacando-se a participação de todos os assistentes operacionais e assistentes técnicos.

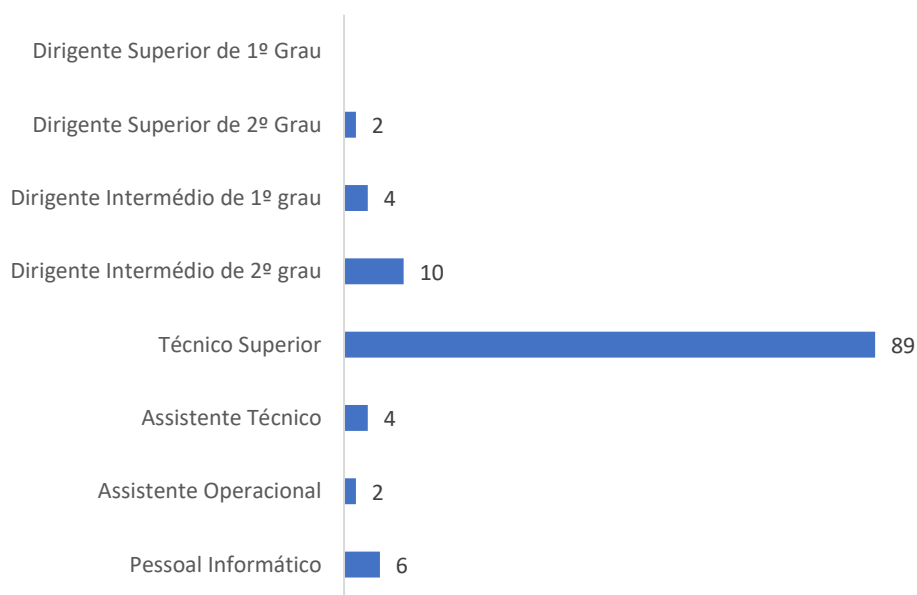


Gráfico 16 - Participantes em ações de formação por grupo profissional

O investimento da ETF para o período em análise em ações de formação cifrou-se em 4.857,70€, valor este referente apenas a ações de formação externas. Este valor é inferior ao registado em 2024 (14.744,00 €), uma vez que muitas das ações realizadas decorreram sem custos, designadamente as ações promovidas pela plataforma NAU (ensino e formação online para grandes audiências) no âmbito do SIADAP bem como as ações de formação no âmbito do contrato de prestação de serviços externos de saúde e segurança no trabalho, que não tiveram um custo direto associado, estando as formações integradas no contrato.

6. Indicadores de Gestão

Apresentam-se as tabelas infra com alguns indicadores de gestão que retratam a evolução dos recursos humanos nos últimos 3 anos e o perfil profissional da ETF.

Indicador	Fórmula de cálculo	2023	2024	2025
Taxa de feminização	Somatório dos efetivos do género feminino / Total de efetivos x 100	66,99%	63,83%	61,98%
Taxa de enquadramento	Somatório do pessoal dirigente/ Total de efetivos x 100	15,53%	17,02%	15,70%
Idade média	Somatório das idades / Total de efetivos	54	55	51
Nível médio de antiguidade	Somatório das antiguidades / Total de efetivos	28	27	22
Taxa de tecnicidade (sentido restrito)	Pessoal técnico superior + pessoal especialista informática / efetivos a 31 de dezembro * 100	62,14%	78,72%	77,69%
Índice de formação de grau igual ou superior ao bacharelato	Mestrado + licenciatura + bacharelato ou curso médio / efetivos a 31 de dezembro	0,79	0,83	0,87
Taxa de admissões/regressos	N.º de admissões e regressos / total de efetivos a 31 de dezembro x 100	21,36%	22,34%	69,42%
Taxa de saídas	N.º de saídas /total de efetivos a 31 de dezembro x 100	33,01%	31,91%	24,79%
Taxa de reposição	N.º de admissões e regressos / n.º de saídas x 100	64,71%	70%	153%
Taxa de absentismo	N.º de ausências para efeitos de absentismo / n.º anual de dias trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de dezembro * 100	5,27%	6,22%	4,59%
Remuneração base média anual	Total dos encargos com remuneração base / Total de efetivos	31.940,74€	35.345,59€	37.581,28€
Custo médio anual por trabalhador	Total dos encargos com pessoal / média do n.º efetivos	43.104,69€	47.699,61€	55.588,76€
Taxa de participação em ações de formação	N.º de participantes/ média do n.º de efetivos x100	40,37%	62,77%	108,33%
Taxa de custo c/formação face aos encargos c/ pessoal	Total de custos com formação profissional / n.º de horas trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de dezembro x 100	2,47%	9,00%	3,75%

Tabela 3 - Indicadores de gestão dos últimos 3 anos

Género	Carreira	Habilitação	Média Idade	Média Antiguidade	Relação Jurídica de emprego	Regime de horário trabalho
Feminino	Técnica Superior/TSEOF	Licenciatura	51	22	CTFP	Isenção

Tabela 4 - Perfil profissional-tipo da ETF